

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Gabriela Rotilli dos Santos

**DESABUSADAS E LEVADAS DO DIABO: MULHERES POBRES NO
AMBIENTE URBANO DE SANTA MARIA NO INÍCIO DO SÉCULO
XX (1903-1918)**

Santa Maria, RS

2021

Gabriela Rotilli dos Santos

**DESABUSADAS E LEVADAS DO DIABO: MULHERES POBRES NO AMBIENTE
URBANO DE SANTA MARIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX (1903-1918)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**

Orientador: Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti

Co-orientadora: Prof. Dra. Mariana Flores da Cunha Thompson Flores

Santa Maria, RS

2021

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Santos, Gabriela Rotilli dos
Desabusadas e Levadas do Diabo: Mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903-1918) / Gabriela Rotilli dos Santos.- 2021.
185 f.; 30 cm

Orientador: Luís Augusto Ebling Farinatti
Coorientadora: Mariana Flores da Cunha Thompson Flores
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2021

1. História das Mulheres e das Relações de Gênero 2. Pobreza 3. Cidade 4. Saúde I. Ebling Farinatti, Luís Augusto II. Flores da Cunha Thompson Flores, Mariana III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, GABRIELA ROTILLI DOS SANTOS, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Gabriela Rotilli dos Santos

**DESABUSADAS E LEVADAS DO DIABO: MULHERES POBRES NO AMBIENTE
URBANO DE SANTA MARIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX (1903-1918)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**

Aprovado em 30 de Abril de 2021

Luís Augusto Ebling Farinatti, Dr. (UFSM)
(presidente/Orientador)

Mariana Flores da Cunha Thompson Flores, Dra. (UFSM)
(Co-orientadora)

Paulo Roberto Staudt Moreira, Dr. (Unisinos)

Daiane Silveira Rossi, Dra. (Fiocruz)

Santa Maria, RS

2021

AGRADECIMENTOS

Acredito ser a função dos agradecimentos colocar as mãos que escrevem esse trabalho em perspectiva, revelando-as como as peças componente de um mosaico colorido.

É nesse sentido que o ato de agradecer excede mera formalidade, e é também a maneira de deixar registrado a quem vier aqui por olhos, de que essa pesquisa não se fez sozinha. De maneira muito especial, agradeço:

- à minha mãe pela enorme facilidade com que sempre me acolheu, mesmo diante dos meus piores humores, que sempre me permitiu a acolher de volta, tramando entre os fios do tricô que me ensinou uma amizade além da existência;

- ao meu pai que sempre indicou o lado da trincheira a se ocupar, mostrando mesmo quando eu ainda não compreendia que a docência era revolucionária;

- à Mariana, não só por ser minha irmã, mas minha referência da vida inteira, pelo diálogo de olhares que dizem mais que as palavras faladas, por ter sempre acreditado em mim, pelas vezes que me permitiu acompanhar os momentos difíceis, e sem menor importância por ter chacoalhado a alma rindo juntas até a exaustão;

- à Liv, tão pequena e já tão gigante, por ser tão inteligente, alegre e curiosa, por ter gerado uma revolução, me fazendo olhar pra criança que eu fui com mais carinho e buscar sempre ouvir e melhorar pelas crianças do amanhã;

- ao José Paulo, polo oposto da vida inteira, que na convivência diária não só foi companhia de irmão, mas apoio que me trouxe sã até aqui, sem o qual eu talvez não chegasse;

- ao Yuri, que mesmo em um mundo profissional tão distante se esforçou pra me ajudar em tudo que precisei durante o mestrado, limpando minhas lágrimas, sendo o abraço e o carinho que me mantiveram inteira;

- ao Farinatti e à Mariana por serem exemplos de pesquisadores, por terem me acolhido em todas as situações que me orientar foi (e como!) difícil, principalmente quando fui (muito) além dos prazos, exigindo de vocês em horários além do comercial. Não tenho palavras e nem *obrigados* o suficiente por terem acreditado em mim e nessa pesquisa, sempre tão humanos. É um orgulho ter sido orientada por vocês;

- aos professores do PPGH pela oportunidade de aprender e crescer com os ensinamentos, em especial o Adriano, coordenador da pós, e à Patricia, secretária, por não terem medido esforços para viabilizar que essa dissertação saísse, mesmo com um ano de atraso, sendo sempre tão compreensivos;

- ao GEPA, feito de tantos corações enormes, por serem um respiro e, como eu já disse, serem a flor que brota do asfalto, construindo um espaço horizontal de pesquisa e de apoio mútuo revolucionário, que fundamentou meu caminho até aqui;

- aos meus amigos e amigas, pertos e distantes, que me deram o suporte nesse ano de pandemia e mesmo antes, naquele tempo que parece de outro mundo em que partilhávamos choro e risadas com um latão de cerveja gelada em um bar qualquer da cidade;

- à Izadora, Felipe e Angélica por terem realizado o fichamento dos registros do Hospital de Caridade, por embarcarem nessa jornada lá em 2016 e possibilitarem todas as análises aqui construídas;

- à Daiane Rossi — que cedeu os registros do Caridade, que sempre foi tão solícita e acolhedora — e ao Paulo Moreira por terem aceitado avaliar pela segunda vez esse trabalho, pela compreensão diante dos prazos e dos atrasos, pelo exemplo de pesquisadores humanos que me inspiram a fazer o que faço, e por todas as correções, sugestões e apontamentos que tanto contribuíram para o crescimento e enriquecimento da dissertação;

- à Andressa de Mello Cabistrani e ao Douglas Brum Carrión, que dedicaram seu tempo e conhecimento em programação, auxiliando de maneira decisiva na construção de todas os quadros presentes nesse trabalho;

- À Phoebe, Debra, Leia, Pretucha e Whoopi, por serem os animais que são, companheiras em tantos momentos, me reerguendo de onde não achava possível retornar;

E, por último, a todas instituições públicas que frequentei desde que iniciei os estudos, por formarem meu caráter e reforçarem a certeza de que a luta por uma educação pública, democrática e de qualidade deve ser constante, e também à CAPES por ter financiado essa pesquisa, mesmo num Brasil tão desigual e cada vez mais avesso à ciência comprometida, séria e transparente.

Santa Maria é a cidade da família do meu pai. A conheci quando completei o primeiro mês de vida extrauterina e foi, também, quando meu umbigo caiu. Relatos afirmam que foram longos dias e noites aguardando tal momento.

O trajeto era sempre o mesmo: descendo a serra, dobrando a Euclides na Marechal Deodoro, para depois seguir até a rua Sete e, por fim, entrar na primeira esquerda até o número 43 da Itaimbé. Santa Maria tinha o cheiro do Cadena, da chimia de abóbora da minha avó, do pão com presunto e queijo, do café passado no bule branco e roxo, do lugar onde meu avô criava e consertava coisas. Era a Santa Maria da minha infância, a maior cidade que eu conhecia, a cidade que ressoava o samba e o chorinho do meu avô e dos meus tios, do violão e do pandeiro.

Santa Maria me acolhe como casa há exatamente 11 anos e é possível lembrar de mim entre risos e prantos em tantos dos seus lugares, acompanhando a trajetória que é também de reencontro com um tempo além de mim, de uma ancestralidade. Santa Maria é a cidade da família do meu pai, a cidade de homens e mulheres negros que nem sempre figuraram nas narrativas, apartados de um passado que merece ser ouvido e estudado.

Ponciá sabia dessas histórias e de outras ainda, mas ouvia tudo, como se fosse pela primeira vez. Bebia os detalhes remendando cuidadosamente o tecido roto de um passado, como alguém que precisasse recuperar a primeira veste, para nunca mais se sentir desamparadamente nua.

RESUMO

DESABUSADAS E LEVADAS DO DIABO: MULHERES POBRES NO AMBIENTE URBANO DE SANTA MARIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX (1903-1918)

AUTORA: Gabriela Rotilli dos Santos

ORIENTADOR: Luís Augusto Ebling Farinatti

CO-ORIENTADORA: Mariana Flores da Cunha Thompon Flores

Nos últimos anos os estudos e pesquisas dedicados a refletir o cotidiano e as experiências da população pobre têm não apenas crescido, como também elaborado suas análises a partir de fontes ainda não tão exploradas pela historiografia para pensar esses sujeitos. Nesse sentido, o presente trabalho financiado com bolsa CAPES/DS, inserido na linha de pesquisa Cultura, Migrações e Trabalho se dedica a elaboração dos perfis sociais e as experiências das mulheres pobres no ambiente urbano da cidade de Santa Maria, localizada no interior da região central do estado do Rio Grande do Sul, nos anos iniciais do século XX (1903-1918). Essa construção se dará através de documentações referentes a saúde, como os Registros de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, e à justiça, como os processos-crime. O contexto em que as mulheres por nós estudadas traçaram suas trajetórias refere-se ao pós-abolição, onde nos derradeiros anos do império e nas primeiras décadas da República brasileira uma sorte de transformações se manifestam, sejam relas relativas às geografias das cidades pelas obras de modernização pautadas por um urbanismo higienista como também a nível dos cotidianos, onde as formas de controle da população foram reorganizadas, e o recrutamento da empreitada persecutória às classes populares foram expressos. As diferentes condições de acesso à igualdade e à cidadania as quais foram expostos homens e mulheres egressos do cativo, como também seus descendentes, se soma à incapacidade urbana de absorver o enorme contingente de trabalhadores agora disponíveis. A intensificação do estímulo à imigração europeia não só adiciona mais e mais pessoas nas ruas das cidades, como também é combustível para animosidades que refletem a profunda racialização social, bem como os agravos e atenuantes que marcadores sociais como sexo, cor, classe e nacionalidade geram no sentido de acesso ao afeto, à cidade, aos empregos e à saúde neste momento. Através de uma análise micro-histórica, serial e interseccional, buscamos atentar para as diferenças e especificidades constituintes das mulheres estudadas.

Palavras-chave: história das mulheres e das relações de gênero, mulheres pobres, cidade, saúde.

ABSTRACT

DESABUSED AND TAKEN BY THE DEVIL: POOR WOMEN IN THE URBAN ENVIRONMENT OF SANTA MARIA IN THE EARLY 20TH CENTURY (1903-1918)

AUTHOR: Gabriela Rotilli dos Santos

ADVISOR: Luís Augusto Ebling Farinatti

CO-ADVISOR: Mariana Flores da Cunha Thompon Flores

In recent years, studies and researches dedicated to reflecting the daily life and experiences of the poor population have not only grown, but also elaborated their analyzes from sources not yet explored by historiography to think about these subjects. In this sense, this work financed with a CAPES/DS grant, inserted in the Culture, Migration and Work research line, is dedicated to the elaboration of social profiles and the experiences of poor women in the urban environment of the city of Santa Maria, located in the interior of the region. the center of the state of Rio Grande do Sul, in the early years of the 20th century (1903-19018). This construction will take place through documentation related to health, such as the Patient Entry Records of the Hospital de Charidade de Santa Maria, and to justice, such as criminal proceedings. The context in which the women studied by us traced their trajectories refers to the post-abolition period, where in the last years of the empire and in the first decades of the Brazilian Republic a sort of transformation manifested itself, whether related to the geographies of cities by the works of modernization guided by a hygienist urbanism as well as at the level of daily life, where the forms of population control were reorganized, and the resurgence of the persecution of the popular classes was expressed. The different conditions of access to equality and citizenship to which men and women egressed from captivity, as well as their descendants, were exposed, adds to the urban inability to absorb the huge contingent of workers now available. The intensification of the stimulus to European immigration not only adds more and more people to the streets of cities, but also fuels animosities that reflect the deep social racialization, as well as the harm and mitigation that social markers such as sex, color, class and nationality generate in the sense of access to affection, the city, jobs and health at this time. Through a micro-historical, serial and intersectional analysis, we seek to pay attention to the differences and specificities that constitute the studied women.

Keywords: history of women and gender relations, poor women, city, health.

LISTA DE ABREVIATURAS

AHMSM	Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
CSM	Comarca de Santa Maria
CPM	Código de Posturas Municipais
HCSM	Hospital de Caridade de Santa Maria
LMESCPA	Livro de Matrícula de Enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
LREPHCSM	Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria
SCMPA	Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Vila Operária Brasil.....	53
Imagem 2 – Hospital de Caridade de Santa Maria	58
Imagem 3 – Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria.....	67
Imagem 4 – Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade (continuação)	67
Imagem 5 – Anúncio de Bertha Potter	79
Imagem 6 – Anúncio da Clínica Médica de Bemvinda S. Lobato	80
Imagem 7 – Anúncio dos serviços de Carolina Sabó	80
Imagem 8 – Maria Thereza da Conceição	98
Imagem 9 – Maria Costa da Conceição.....	99
Imagem 10 – Domingos e Maria dos Santos	99
Imagem 11 – Notícia d'O Federalista	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População de Santa Maria 1872-1920.....	45
Gráfico 2 – Registros gerais dos enfermos do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e ano (1903-1918) - com repetições	77
Gráfico 3 – Registros gerais das enfermas do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e ano (1903-1918) - com repetições	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População de Santa Maria por sexo segundo os censos de 1900 e 1920.....	76
Quadro 2 – Registros dos e das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo sexo - com repetições	76
Quadro 3 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor - com repetições	84
Quadro 4 – Registros das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor - com repetições.....	85
Quadro 5 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e nacionalidade (1903-1908) - sem repetições.....	88
Quadro 6 – Registros das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e nacionalidade (1903-1908) - sem repetições	89
Quadro 7 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e residências (1903-1918) - com repetições.....	91
Quadro 8 – Registros das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e residências (1903-1918) - com repetições	92
Quadro 9 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e faixa-etária (1903-1918) - com repetições	93
Quadro 10 – Registros das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e faixa-etária (1903-1918) – com repetições.....	94
Quadro 11 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e estado civil (1903-1918) - com repetições	101
Quadro 12 – Registros das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e estado civil (1903-1918) - com repetições	101
Quadro 13 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e profissões (1903-1918) - com repetições	106
Quadro 14 – Registros dos enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e profissões (1903-1918) - com repetições	109
Quadro 15 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e diagnósticos (1903-1918) - com repetições.....	117
Quadro 16 – Registros das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e diagnósticos (1903-1918) - com repetições.....	118

Quadro 17 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e alta (1903-1918) - com repetições	119
Quadro 18 – Registros dos enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e alta (1903-1918) - com repetições	120
Quadro 19 – Diagnósticos referentes à gravidez, parto, estado puerperal, aborto, ao útero, mamárias, vaginais etc. das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria (1903-1918) – com repetições.....	121
Quadro 20 – Relação dos processos-crimes da Comarca de Santa Maria utilizados (1910-1918)	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. “NÃO É DE SE ESPANTAR QUE SANTA MARIA VENHA JÁ ADQUIRINDO UM POUCO – ARES DE CIDADE GRANDE”: O <i>LOCUS</i>	29
1.1 “É UM ESTRANHO POLVO A DISTENDER OS TENTÁCULOS DE SUA CASARIA SUBURBANA, IRRADIANDO DO CENTRO PARA TODOS OS PONTOS, N’UMA VERTIGEM DE CONQUISTA, N’UMA NEVROSE DE PROGRESSO”	30
1.2 PERDENDO O BAFIO DO PROVINCIALISMO	42
1.3 “NÃO RESGUARDAVA OS POBRES DE MORREREM A MÍNGUA DOS RECURSOS MAIS ELEMENTARES”: A POBREZA E O HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTA MARIA	54
2 PENSANDO MULHERES POBRES ATRAVÉS DE FONTES HOSPITALARES	63
2.1 “POBRES SEM QUALQUER DISTINÇÃO”: GÊNERO, COR, IDADE, NACIONALIDADE E RESIDÊNCIA.....	70
2.2 CONDIÇÕES DESIGUAIS: AFETOS E PROFISSÕES	100
2.3 “MUITA GENTE TRÁS SEUS MORIBUNDOS PARA MORREREM NO HOSPITAL E, ASSIM, RECEBEREM OS FUNERAIS GRATUITAMENTE”: OS DIAGNÓSTICOS E AS CONDIÇÕES DE ALTA.....	115
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
3. “QUE FAZ PARTE DESSAS MULHERES PARA QUEM O PUDOR E O DECORO NÃO SÃO NEM POR PALAVRAS CONHECIDAS DE SEUS SENTIMENTOS DETURPADOS”: SOB O PRISMA DA JUSTIÇA	127
3.1 AS RELAÇÕES DE AFETO, FAMÍLIA, CONFLITOS E SOLIDARIEDADES.....	132
3.2 ENTRE SOBRADOS, CHALÉS, CASEBRES E CASINHAS: COTIDIANO DOS TRABALHOS E MORADIAS	148
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
4. CONCLUSÃO	161
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
6. FONTES	172

INTRODUÇÃO

Tarde da noite no verão de 1903, ano inicial do recorte da presente pesquisa, Angelina Francisca dos Santos, Luiza Cabral, Maria Candida de Mello e Maria Antonia Rodrigues vagavam pelas ruas da cidade de Santa Maria. Por tal ocorrido, foram todas recolhidas ao xadrez da Intendência. O responsável por noticiar o fato, o jornal local *O Estado* as define então como *desabusadas*¹. Em outra edição do mesmo periódico, a *mulherzinha* Rosa Alves da Cunha figura como autora do roubo de uma saia e do pedido de empréstimo de 5\$000 (cinco mil réis) à amiga de Manoelinha, companheira de Rosa e dona da roupa que primeiramente fora roubada. A cena é ilustrada pela adjetivação de Rosa enquanto *levada do diabo*, e a polícia, desenrolando a meada, deu com ela também no xadrez². Estes são apenas dois exemplos dos vários que seriam possíveis elencar e foram pontualmente escolhidos para nomear nosso estudo. Destes, por si só, eclodem infinitas perguntas sobre os cotidianos, os afetos e os conflitos que permeavam o passado das mulheres de Santa Maria no alvorecer da República brasileira: que complexos universos os casos comportam? Que cores tinham suas protagonistas e como isso ajudava a modular sua condição social? Em quais lugares da cidade residiam e por onde circulavam? Que redes acionavam em momentos de lazer ou de dificuldade? Ou, ainda, que espaços frequentavam? Quais suas ocupações? Que arranjos afetivo-familiares compunham? Suas nacionalidades? É diante destes desconhecimentos que desempenhamos a pesquisa construída nas linhas abaixo que consiste, no seu geral, em uma tentativa de trazer novos elementos e preencher, pelo menos parte, das lacunas historiográficas sobre mulheres, pobreza e cidade.

Notícias como a de Angelina, Maria Luiza, Antonia e Maria Candida têm há décadas servido a pesquisadores e pesquisadoras para demonstrar o que foram os derradeiros anos do século XIX, os princípios do século XX, e a multiplicidade de transformações ocorridas nos mais diversos aspectos da vida social, política, cultural, também nas geografias de cidades tais como grandes centros e, neste caso, como a região central do interior gaúcho. A fundação de Santa Maria remonta aos últimos anos do século XVIII, entre 1795 e 1797, com o estabelecimento de comandantes militares e o acampamento levantado pela 2ª Subdivisão Demarcadora na elevação onde hoje, segundo Ênio Grigio (2018), se encontra o centro da cidade que, em 17 de maio de 1858, emancipou-se politicamente. O recorte temporal

¹ O ESTADO, 11 fevereiro de 1903, Ano VI, edição número 37. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

² O ESTADO, 18 fevereiro de 1903, Ano VI, edição número 37. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

escolhido inicia em 1903, e se justifica por ser o ano da inauguração do Hospital de Caridade de Santa Maria — instituição que nos fornece uma das principais fontes deste trabalho: os Livros de Registro de Entrada de Pacientes — e se estende até 1918, que além de completos os quinze primeiros anos da instituição foi também quando o mesmo, segundo as crônicas das Irmãs Franciscanas, transformou-se em um grande hospital de isolamento dada a epidemia de gripe espanhola que assolava a cidade³.

Importantes estudos que tomaram Santa Maria como seu *locus* de pesquisa, seja antes e/ou depois da instauração da República e da Lei de 13 de maio de 1888, têm evidenciado o caráter de *caldeirão étnico*⁴ que a cidade adquiriria após a década de 1880⁵. A complexificação social se deve, como aponta Daniela Carvalho (2005)⁶, ao estabelecimento das linhas da malha ferroviária que elevaria Santa Maria à relevante centro e entreposto comercial, unindo Uruguaiana na fronteira oeste do estado à capital Porto Alegre. Outros fatores ainda devem ser elencados para que o contexto de existência das mulheres que intuímos estudar seja compreendido melhor. São eles: a implantação do 4º Núcleo Colonial de Imigração Italiana (1878) em região vizinha à cidade e, como dito inicialmente, o início do período republicano e o pós-abolição. Desta maneira, Santa Maria se configurou enquanto localidade atrativa para sujeitos interessados na empregabilidade emergente da reorganização das atividades produtivas e, ainda, figurou como estratégia de afastamento para homens e mulheres dos locais onde vivenciaram o cativeiro, como bem demonstra Franciele Oliveira (2017) ao acompanhar a trajetória e estabelecimento na cidade da família de José Francisco do Nascimento e Innocência Maria Joaquina.

³ ISAIA, Antônio. **Os 80 anos do Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo 1903-1983**. Edição Comemorativa do 80º aniversário de inauguração do HOSPITAL de CARIDADE de SANTA MARIA.

⁴ Expressão utilizada por Daniela Vallandro Carvalho (2005) para definir o cenário santa-mariense do final do século XIX, e início do século XX.

⁵ Cabe dizer que anteriormente à 1880 Santa Maria não era uma “bonita aldeia suíça” ou se quer contava com uma “singularidade alemã” como observara o médico Robert Avé-Lallemant em 1858 de passagem pela cidade. Para contrapor tal afirmação, que ainda goza de certa popularidade nos dias atuais, Ênio Grigio destaca a significativa presença de homens e mulheres escravizados, da população negra livre e de suas agências, como na organização da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, antes mesmo da Abolição. Ver mais em: GRIGIO, Ênio. **“No alvoroço da festa, não havia corrente que os prendesse nem chibata que os intimidasse”**. A comunidade negra de Santa Maria e sua Irmandade do Rosário (1873-1942). Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2018, p. 94.

⁶ As referências bibliográficas no decorrer da escrita serão realizadas diferentemente daquilo que consta indicado nas normas da ABNT por entendermos que, do modo como são previstas, acabam muitas das vezes por invisibilizar produções de autoria feminina quando da supressão de seus primeiros nomes em detrimento de seus sobrenomes. Portanto, **as primeiras citações serão feitas de maneira a evidenciar o gênero**, através da colocação do primeiro nome de quem as escreveu.

Neste contexto de mudanças, incluem-se obras de modernização e instalação de equipamentos urbanos, tais como a substituição da iluminação pública, antigamente realizada por lampiões de querosene, pela eletricidade, e o calçamento de ruas com pedras irregulares⁷. As maneiras de habitar, circular e estar no ambiente urbano são afetadas e sentidas também no nível de seus cotidianos. As tentativas de regulamentação e moralização da vida cidadina por parte do poder público, que já ocorriam através dos Códigos de Posturas Municipais, em períodos anteriores, tiveram continuidade durante o século XX por meio da reformulação destas. Nesses dispositivos, preocupações com a higiene pautam não só políticas públicas de regulação de moradias, do tamanho das ruas, dos lugares e condições de despejo dos dejetos, do exercício de determinados labores, como também articulam elites locais, municipalidade e o governo estadual afim de lidar com o problema que a modernidade, a nível nacional, tornava cada vez mais evidente: a pobreza.

As inquietudes geradas pelas precárias condições de saneamento e as epidemias sistemáticas eram incompatíveis com os projetos de urbanização, assim como eram os *lugares da pobreza*, pensados não só como espaços de degeneração, mas também como vetores de doenças⁸. Entre os anos finais dos oitocentos e o início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro é remodelada, suas avenidas alargadas e moradias populares são demolidas⁹. A crescente investida persecutória às classes pobres, assim como as ações aqui elencadas, são recorrentes em outras cidades, como São Paulo¹⁰ e Porto Alegre¹¹, que testemunham esse urbanismo sanitário. Tais modificações, como demonstrado, não são exclusividades santamarienses, uma vez que o interior do estado para o qual dirigimos nosso olhar reflete, a seu modo, o projeto de modernização e higiene pública.

No período estudado, Santa Maria vivenciava um significativo crescimento populacional. No censo do ano de 1900 são quantificados 30.185 habitantes e, no censo de 1920 a população já era formada por 54.410 pessoas¹². Entre as décadas destes

⁷ GRUNEWALDT, Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do século XIX e início do século XX. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira. **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2010.

⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880- 1920*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994.

⁹ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febre** - cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Cia. Das Letras, 1996.

¹⁰ ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

¹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

¹² Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

levantamentos, onde nossas histórias se desenrolaram, a população quase dobrou em quantidade. Apesar de termos em conta que o *locus* de análise continua sendo uma pequena cidade interiorana, devemos considerar também que homens e mulheres vindos de diversos continentes povoam as ruas desta cidade em surto de urbanização e passaram a conviver, a dividir moradias e postos de trabalho com pessoas que ali já estavam. A população egressa da escravidão — outrora escravizada não só por proeminentes famílias da elite local, mas também pelas de lavradores nacionais¹³ e imigrantes¹⁴ — agora, livres, vivenciavam uma liberdade precarizada¹⁵ e disputavam, como podiam, por condições de igualdade e cidadania estruturalmente desiguais¹⁶.

Teorias darwinistas sociais e eugênicas se popularizavam, e juntamente com novos estudos de antropometria e antropologia criminal forneceram *tipos padrões* de criminosos que serviram de suporte às empreitadas de criminalização da pobreza e da população não-branca no pós-abolição. As percepções negativadas de determinada *cores*¹⁷, como aponta Marcus Vinicius Rosa (2014) para o contexto de Porto Alegre, não foram somente trazidas *de fora* ou impostas *de cima para baixo*, de maneira que homens e mulheres que conviviam em diversos lugares e partilhavam a experiência da pobreza também as percebiam e as articulavam do modo que lhes fossem mais favoráveis, nos ajudando a entender a pobreza que visualizaremos a seguir como plural, formada por sujeitos que também perpetuaram preconceitos referentes à raça e gênero.

Neste ponto que a leitora ou o leitor já está, pelo menos em parte, a par do contexto geral e local da pesquisa, nos cabe agora elucidar um pouco os diálogos que nos ajudam a circunscrever a definição de mulheres pobres, correspondentes ao grupo foco do estudo. O central não é realizar aqui um compêndio completo de todas as obras produzidas sobre a temática mulheres e/ou pobreza, mas elencar algumas, das mais clássicas às mais recentes, que auxiliam de forma ímpar na construção e execução de nosso objetivo. Mas é certo, porém, que por mais interessantes e dedicadas que tenham sido as produções sobre elas ou

¹³ FARINATTI, Luís Augusto E. **Sobre as Cinzas da Mata Virgem**: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880). Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

¹⁴ GRIGIO, Ênio. 2018, p. 94.

¹⁵ CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**. São Paulo, n. 19, p. 33-62, 2010.

¹⁶ RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

¹⁷ Entendidas aqui como construção social, baseada conjunção da percepção de características fenotípicas e de *lugares sociais*,

que esta mesma intente ser quando finalizada, as abordagens que lhes dizem respeito estão longe ainda de serem esgotadas ou de representarem a totalidade do que foram suas experiências passadas.

Na historiografia, a ampliação do leque das fontes documentais passíveis de serem utilizadas ou dos sujeitos que *poderiam* ser estudados foi possível não sem certo esforço e enfrentamento. A Escola dos *Annales*, iniciada entre as décadas de 1920 e 1930 por Marc Bloch e Lucien Febvre, propôs estudos históricos que fossem além da história política e que, através de abordagens interdisciplinares, compreendessem mais do que grandes eventos e sujeitos poderosos acessados em fontes oficiais¹⁸. Já nos anos 1960, a chamada *History from Below* — denominada assim pelo artigo de mesmo nome escrito por Edward P. Thompson — denunciava a necessidade de a História entender *os perdedores/vencidos* em seus próprios termos¹⁹ e não a partir de um olhar *de cima*. Estes foram movimentos de abertura e suas discussões trouxeram à baila estudos de grupos outrora ignorados como mulheres, operários, crianças, populares, prisioneiros e vários outros. A História antes dos *grandes homens*, então protagonistas universais de todo e qualquer processo histórico era, portanto, limitada e não tão imparcial como se pretendia.

Para o estudo dos grupos populares obras clássicas são de menção incontornável. Sidney Chalhoub e seus estudos do Rio de Janeiro, seja pelo prisma das empreitadas sanitaristas (1996), seja pelos *trabalhos, lares e botequins* (2012) ou, ainda, pelas *visões da liberdade* (2011), não só demarcam seu pioneirismo ao empregar processos-crime nas pesquisas históricas como desnudam as múltiplas complexidades comportadas nas existências da população pobre e, principalmente, de sujeitos que vivenciaram a escravidão e a liberdade. É preciso pontuar, também, as digressões acerca dos distintos aspectos da criminalidade e dos cotidianos na *Belle Époque* paulista construídas por Boris Fausto (1984). Para o cenário gaúcho, contribuições importantes foram feitas, entre elas destaque-se as obras de Sandra Pesavento (1994, 2001), Paulo Roberto Moreira (2009) e Silvia Maria Arend (2001) que enriquecem nossas análises, fornecendo um completo conjunto de estudos sobre Porto Alegre do fim do XIX e início do século XX, seja da população pobre, suas ocupações, de seus agentes repressivos, dos lugares de socialização, festividade, entrave, controle e perseguição ou, ainda, de seus arranjos afetivo-familiares.

¹⁸ BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: A Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

¹⁹ THOMPSON, Edward P. **A formação da Classe Operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Abordando a cidade de Santa Maria, Daniela Carvalho (2005) é referência importante por ter elaborado um panorama do universo popular da cidade entre os anos de 1885 e 1915, através das solidariedades e animosidades construídas entre esse grupo plural. Carecem também de destaque outros estudos. Ênio Grigio (2018), voltando-se à formação e atuação da Irmandade do Rosário aborda questões acerca da vigência da escravidão no interior gaúcho, do pós-abolição, o papel de imigrantes e sua inserção neste contexto, as articulações da população negra local em torno da construção de espaços de posituação de suas identidades e de noções próprias de liberdade. Os trabalhos de Franciele Oliveira (2015; 2017), ao acompanhar a formação do Clube União Familiar, da Vila Brasil e a trajetória da família de Innocência Maria Joaquina e José Francisco do Nascimento, compreendendo suas lutas para concretização de seus projetos de liberdade. E, por último, tanto a dissertação quanto a tese de Daiane Rossi (2015; 2019) que se dedicou a reconstruir as movimentações e esforços em torno da assistência à saúde na cidade, o diálogo entre instituições e indivíduos que pensaram a pobreza e como administrá-la nesse período.

Questões caras ao entendimento das mulheres pobres foram abordadas em todas as obras acima elencadas, ainda que estas não as tivessem como foco principal de suas digressões. Já no que se refere à historiografia alusiva a estas foi perceptível, a partir dos anos 1970, um avanço da visibilidade deste grupo, assim como da sua compreensão enquanto agentes históricos. O livro *Condição feminina e formas de violência* (1989) de Rachel Sohiet é referência importante no sentido de prover a observação das atuações femininas no espaço carioca no recorte temporal que vai de 1890 a 1930, mas acaba construindo uma narrativa da *autonomia* financeira das mulheres pobres mais como um indicador de igualdade, avesso à subjugação em relação aos seus parceiros, do que fruto da desigualdade estrutural que às compeliavam a realizarem múltiplas jornadas para sobreviverem.

Para o mesmo contexto temos o *Meninas Perdidas* de Martha Abreu Esteves (1989), investigando como o aparelho jurídico instituía seu poder frente ao que, pela ótica dos projetos moralizadores da época, se constituíam como práticas de corrupção dos costumes. Com foco nos processos de crimes sexuais, traça importantes contribuições sobre o *cotidiano do amor* entre grupos populares, nos servindo com percepções sobre suas formas de construção de afetos, seja através dos namoros, dos casamentos ou dos amasiamentos.

O trabalho desenvolvido por Sandra Graham (1992) ao descrever, reconstruir e desnudar os por menores da vida das mulheres que exerciam funções de serviço doméstico, criadas, cozinheiras, amas de leite, e outros múltiplos afazeres demandados pelo espaço

privado da casa, lança luz sobre o exercício dos labores *portas a dentro e portas a fora*. O detalhamento com que aborda o cotidiano das cidades, as diferentes apropriações dos espaços da rua e da casa, são inestimáveis.

O livro *Em defesa da Honra* de Sueann Caulfield (2002) ao pensar também o Rio de Janeiro, mas do período que vai do final da Primeira Guerra Mundial até o início do Estado Novo, elabora uma análise primorosa dos códigos criminais que remontam ao final do Império até aqueles presentes no século XX. A autora, atenta às especificidades das mulheres e aos cenários que faziam parte, traça importantes apontamentos sobre os cotidianos da violência e seus agravos de classe, gênero e cor.

História das Mulheres no Brasil, produção organizada por Mary Del Priore (2001), significou um esforço tremendo no sentido de juntar peças historiográficas de peso e fôlego, dedicadas a refletir sobre os *mundos femininos*. Desta, importantes artigos como o de Joana Maria Pedro e Claudia Fonseca, nos auxiliam muitíssimo por referirem-se às mulheres, mães e pobres, e as acepções sobre estas no sul do Brasil.

Foram fundamentais para este trabalho a monografia e dissertação de mestrado de Priscilla Almaleh (2015; 2012) e a dissertação e tese de Daniel Oliveira (2012; 2018) que merecem destaque não só pelo pioneirismo de pensar mulheres pelo viés dos registros médicos, como por fornecerem e enriquecerem o panorama da pobreza feminina, suas vidas e mortes entre as últimas décadas dos oitocentos. Destes trabalhos que inspiraram, em muito, nossa pesquisa, eclodem uma infinidade de comparações possíveis do cenário que encontramos para o nosso recorte e daquele que foi observado em Porto Alegre, assim como tornam possível um delineamento mais atento de quem foram e como viveram as mulheres pobres do passado. Certamente nem o trabalho deles nem os nossos esgotam as possibilidades comportadas nos registros, mas iluminam um ponto muito contundente por onde novas pesquisas podem continuar.

Os estudos de gênero estruturam este trabalho. A definição por nós utilizada tem por base os apontamentos de Joan Scott (2019), em que além de um esforço para prover uma definição de gênero como categoria histórica, a autora demarca a insuficiência deste marcador quando utilizado sem considerar outros como *etnia/cor* e *classe*. Angela Davis (2016) denunciou, em *Mulher, Raça e Classe*, a solidariedade seletiva e limitada de mulheres brancas com mulheres de outras *cores*, e sobretudo negras, em processos históricos que atravessam séculos até os dias atuais. Essa obra é considerada referência obrigatória à

pesquisa dedicadas às mulheres justamente por insistir nas desigualdades emergentes da interação entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo.

Kimberlé Crenshaw (2002), falando às instituições internacionais dedicadas à identificação e combate de violações dos direitos humanos a partir das questões raciais referentes ao gênero, articula o conceito de interseccionalidade para a área do direito. Esta seria, portanto, uma ferramenta metodológica capaz de dar conta das (ainda) superficiais análises sobre as quais políticas públicas para mulheres vinham sendo pensadas. A autora destacou que, ao tratarmos determinados problemas como *de mulheres* e outros como *de raça*, apenas, incorremos em narrativas super ou supra inclusivas, esquecendo que tais marcadores sociais, como as avenidas das cidades ao redor do mundo, se cruzam, se interseccionam, gerando condições de vida e experiências específicas que, por serem combinadas, produzem também agravantes e atenuantes quanto à incidência de múltiplas opressões.

Uma vez que o arcabouço teórico que nos servimos já foi contemplado, agora devemos expor os aspectos metodológicos, ou seja, explicitar o *como*, desnudar os passos e instrumentos utilizados na análise das fontes que dispomos, esta parte que constitui, portanto, uma das bases do fazer historiográfico. Nossas fontes principais, registros hospitalares e processos-crime, são deveras diferentes, e as metodologias para seus tratamentos exigem, então, *fazeres* e cuidados também diversos, e deles falaremos abaixo.

Nos idos da década de 1970 autores, principalmente Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, motivados por inquietações não só de cunho teórico-historiográficas, mas sobremaneira também políticas²⁰, pensaram a abordagem micro-histórica. Como prática historiográfica, através da redução da escala de observação, ela tem por objetivo uma retomada da complexificação das análises, contrapondo-se a modelos que, dedicados a apreender grandes conjunturas, soterravam e subsumiam as racionalidades, as escolhas e as solidariedades constituintes dos processos históricos. Os sujeitos e as agências eram, nestas tradições, pensados através de categorias estanques e homogêneas, inexistindo, portanto, diferenças intra-grupais. Segundo Levi:

Microstorie não é, então, necessariamente a história dos excluídos, dos pequenos, dos que estão na margem ou além delas. Antes de tudo, pretende ser a reconstrução dos momentos, situações, pessoas que, observados como olhar analítico, em âmbito

²⁰ LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.) **Ensaio de Micro-História, Trajetórias e Imigração**. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016. p. 18-31

circunscrito, recuperam um peso e uma cor, não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referência dos fatos à complexidade dos contextos nos quais os seres humanos agem²¹.

Este viés micro-histórico orienta metodologicamente este trabalho de modo geral, e é somado a outros tipos de abordagens demandadas pelas especificidades das fontes com as quais trabalhamos. Utilizaremos então a metodologia serial, esta que foi bastante criticada pelos micro-historiadores por gerar categorias fixas e atemporais, principalmente no que dizia respeito às sócio-profissionais, onde

não criticava o fato do historiador nomear a um sujeito do passado como camponês, comerciante, artesão, etc. Mas sim o fato de reduzir as escolhas e os comportamentos desses sujeitos a partir apenas da lógica de funcionamento do estabelecimento rural, da casa comercial, da oficina. Criticava-se, assim, a criação de um “sujeito médio ou modal”, abstrato, que assumiria a forma das características médias ou estatisticamente mais frequentes dentro da categoria sócio-profissional.²²

Através da construção de um banco de dados construído com as informações que se reiteram na fonte, de maneira a permitir uma análise serial destas, buscamos pensar as mulheres pobres do ambiente urbano. As construções dos perfis apresentados neste trabalho partiram do banco de dados nominal elaborado por Daiane Rossi, preenchido por nós e demais historiadores²³, e nele foram transcritas todas as informações que constavam no Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria (LREPHCSM). Destes, foram filtrados apenas aqueles onde o campo sexo era informado, excluindo-se assim os ilegíveis e ausentes (41), uma vez que *sexo* é uma das categorias norteadoras deste estudo. Obtivemos 8194 registros gerais, dos quais 2329 são mulheres e 5865 homens, sendo 4576 pobres²⁴, 2763 homens e 1813 mulheres, é com este grupo que trabalharemos.

Neste sentido, a metodologia serial possibilitou a visualização de um grande grupo de pessoas de maneira que perfis pudessem ser construídos sem ignorar as pontuações críticas

²¹ Ibid. p. 23.

²² FARINATTI, Luís Augusto, Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social, *Anos* 90, v. 15, n. 28, p. 57–72, 2009.p 63.

²³ Desta junção, literal, de forças para abastecimento do banco de dados resultaram, também, os seguintes trabalhos: SANTOS, Gabriela R. dos. **Na saúde e na doença: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903 - 1913)**. 2017. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria; DORNELES, Izadora da S. **Os loucos e a rua: espaço da loucura em Santa Maria/RS 1900-1910**. 2017. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. BRUNHAUSER, Felipe F. **Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917-1921)**. 2018. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria; e SANTOS, Gabriela. R.; BRUNHAUSER, Felipe. F. Sobre pretos, pardos, mistos e morenos: notas de pesquisa acerca do perfil social de trabalhadores no Pós-Abolição a partir de registros hospitalares em Santa Maria nas primeiras décadas do século XX. **Anais do IX Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Universidade Federal de Santa Florianópolis 201p.

²⁴ Debateremos os significados de pobreza e *ser pobre* mais adiante, para efeitos dessa finte e deste estudo.

citadas acima, atentando assim para as agências daquelas e daquelas que estudamos. A justificativa do emprego da fonte médica se dá pelos elementos qualitativos e quantitativos que comporta, o LREPHCSM e o que, através do micro-cosmo do HCSM, é possível inferir sobre o grupo que nos propomos a estudar no princípio do século XX. A excepcionalidade de registros médicos para pesquisas históricas se traduz no fato de condensar, com certo detalhamento, aspectos da vida e da constituição de homens e mulheres em um período em que a cidadania, identidade e liberdade estavam constantemente sendo manejadas, limitadas e colocadas à prova aos níveis de seus cotidianos. Informações referentes à *cor*, que Hebe Mattos (2013) pontua, a partir do seu contexto de pesquisa, terem desaparecido gradativamente em processos-crime e inventários *post mortem* desde a segunda metade do século XIX, estão presentes não só no período por nós estudado, mas também nas décadas posteriores, possibilitando mapearmos, a partir do nome, os estados civis, as ocupações, residências e enfermidades não só da população egressa do cativoiro mas, também, de seus e suas descendentes em Santa Maria. Esta fonte, para além dos *não-brancos*, demonstra os lugares e especificidades da *branquitude*, sendo passível, portanto, de comparação quanto aos diferentes acessos a que esta categoria de racialização dispunha com mais facilidade do que outros grupos sociais, ainda que, como no nosso caso, compartilhem da experiência da pobreza.

Dado que os registros hospitalares oferecem informações de homens e mulheres coletadas na instituição em suas hospitalizações, somá-los a outras documentações é não só primordial, como também exigência da prática historiográfica afim de enriquecer e contemplar os cenários da vida destas e de outras pessoas, além daqueles que já temos. Para este trabalho, então, foram catalogados 274 processos-crimes da Comarca de Santa Maria referentes aos anos de 1910 a 1918, presentes no acervo digital do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, tendo por objetivo mapear aqueles em que mulheres aparecem enquanto réis ou vítimas, e destes, por fim, aqui trabalharemos com 10.

O emprego deste tipo de fonte, pioneiramente utilizados em trabalhos como o de Boris Fausto (1984) e Sidney Chalhoub (2012) para o *locus* brasileiro, requerem um trato diferenciado daquele utilizado para os registros acima descritos. Se olhando para fontes do HCSM emanam perguntas sobre suas condições de produção, da contextualização da instituição frente ao público que atendia e de quem os elaborava, assim como nos exigiu leituras específicas sobre pobreza e saúde, a análise dos documentos do poder judiciário também carrega suas peculiaridades.

Tendo em mente que os processos-crime representam os conflitos que chegam à justiça formal e que, no período estudado, muitas das resoluções se davam no âmbito privado²⁵, o que vemos não pode ser tomado como um retrato exato do universo que intentamos demonstrar aqui, ou que os discursos ali presentes demonstram de maneira fiel a realidade vivenciada por seus atores. O pesquisador ou a pesquisadora que se detém sobre esse tipo fonte esperando encontrar o que realmente se passou, nas palavras de Chalhoub²⁶, tem *uma expectativa inocente*. Ou seja, nelas geralmente são encontradas versões diferentes, conflitantes e contraditórias que ajudam a montar, peça por peça, um quadro de interesses, estratégias e redes que intuem, cada uma, munir seus próprios *lados* de uma verossimilhança que lhes seja favorável, onde

O que se vê aí, nessas palavras esparsas, são elementos da realidade que, por sua aparição em um determinado momento histórico, produzem sentido. É sobre essa aparição que é preciso trabalhar, é nisso que se deve tentar decifrá-lo. Por trás de cada palavra exposta nos autos, pode-se ler a maneira com cada um procura se posicionar diante de um poder coercivo, como cada um articula sua própria vida, com êxito ou não, em confronto com a do grupo social e em relação às autoridades. Para isso, apropria-se, de forma bem-sucedida ou não, do vocabulário dominante e tenta ser ao mesmo tempo o eco inteligível daquilo que pode permitir que o considerem inocente ou o menos culpado possível.²⁷

A possibilidade de descortinar o cotidiano das mulheres pobres a partir do prisma da justiça não se deve apenas pelo que adicionam aos registros médicos, mas pelo que é possível de ser trabalhado a partir dela por si mesma. Casos que abordaremos futuramente demonstram que aspectos da vida que são retratados no LREPHCSM, exemplificando com os estados civis “solteiros”, que são visualizados diferentemente nos processos, de onde emergem as dinâmicas dos amasiamentos. Podemos citar, também, o cotidiano do trabalho doméstico e as circularidades demandadas por estes e diversos outros labores que antecedem ou sucedem os conflitos geradores dos autos.

Um aspecto relevante a se mencionar é que, apesar de se constituírem enquanto importantes ferramentas para observação de grupos populares, não é possível afirmar que a criminalidade no seu geral é protagonizada em sua maioria por estas pessoas, como pontuam tanto Sueann Caulfield (2000), quanto Mariana Flores da Cunha Thompson Flores (2014). Um escrutínio atento dos processos pode, no entanto, trazer à luz padrões, atitudes, acionamentos e discursos tendo por ligação variados marcadores além da *classe*, como

²⁵ CAULFIELD, 2000. p. 38

²⁶ CHALHOUB, 2012, p. 40.

²⁷ FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. p. 35

gênero, idade, relações afetivo-familiares, laços profissionais, conflitos em comum e outros tantos que certamente nos fogem o conhecimento.

As fontes por nós utilizadas tomaram possível somar ao olhar micro-histórico não somente à metodologia serial, mas também à prática interseccional. Como mencionado anteriormente, a interseccionalidade foi em um primeiro momento articulada no campo do direito e acabou por ser apropriada por outras áreas e uma reflexão, a nível metodológico, das maneiras pelas quais os conhecimentos sobre mulheres subalternizadas vinham sendo construído tornou-se ainda mais evidente com a popularização do conceito atualmente. As contribuições de teóricas e militantes do feminismo negro, mesmo que nas suas articulações políticas e em suas produções intelectuais não façam uso deste termo²⁸, exigem o devido destaque e contribuíram de maneira ímpar para construirmos nossas análises.

Para fim de nossas pesquisas, a definição de Carla Akotirene sobre interseccionalidade enquanto sensibilidade metodológica fundamenta nosso trabalho. O uso da perspectiva interseccional, neste sentido

impede reducionismos da política da identidade — elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos das colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais.²⁹

Abordagens super e suprainclusivas e a não articulação das estruturas opressivas em muitos estudos acabaram, e ainda acabam, gerando a noção de que as mulheres, em sua totalidade, compartilham dos mesmos acessos à igualdade, ao afeto, à escolaridade e, inclusive, à produção do conhecimento a partir de si mesmas, o que não se verifica ao observarmos mais atentamente experiências pregressas de mulheres *brancas e não-brancas*, como as que aqui retrataremos. Nesse sentido,

A importância de desenvolver uma perspectiva que releve e analise a discriminação interseccional reside não apenas no valor das descrições mais precisas sobre as experiências vividas por mulheres racializadas, mas também no fato de que intervenções baseadas em compreensões parciais e por vezes distorcidas das condições das mulheres são, muito provavelmente, ineficientes e até contraproducentes. Somente através de um exame mais detalhado das dinâmicas variáveis que formam a subordinação de mulheres racialmente marcadas pode-se desenvolver intervenções e proteções mais eficazes.³⁰

²⁸ Para observar um panorama da construção do pensamento feminista negro nos EUA, ver: COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

²⁹ AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais – Coordenação de Djamilia Ribeiro – Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. p. 54

³⁰ CRENSHAW, Kimberlé. 2002, p. 177.

Explicitados os aspectos fundamentais que constituem a presente pesquisa, apresentaremos então a sua estrutura e, brevemente, um pouco do que discorreremos em cada uma de suas partes.

Explicitados os aspectos fundamentais que constituem a presente pesquisa, apresentaremos então a sua estrutura e, brevemente, um pouco do que discorreremos em cada uma de suas partes. Para além desta introdução e conclusão, a presente dissertação divide-se em três capítulos. No primeiro denominado “*Não é de se espantar que Santa Maria já venha adquirindo um pouco — ares de cidade grande*”: o *locus*, amparamo-nos em documentações como os censos da cidade de Santa Maria referentes aos anos de 1900 e 1920³¹; a Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da cidade de Santa Maria³²; os relatórios do diretor do HCSM, Astrogildo de Azevedo³³; as crônicas das Irmãs Franciscanas³⁴ e de notícias de jornais locais³⁵. Nele realizamos a apresentação do contexto local, estadual e nacional em que os sujeitos aqui estudados desenvolveram suas trajetórias, de maneira a pensar o ambiente urbano e suas transformações, contemplando assim os processos que culminaram na Abolição da escravidão e na instituição da República, bem como a miríade de outras mudanças perceptíveis no cenário urbano santa-mariense e que são caras ao entendimento do que representava este *locus* de pesquisa no período estudado. As movimentações e articulações em torno da necessidade de resolução do problema da pobreza que levaram à inauguração do Hospital de Caridade no ano de 1903, e o cenário da assistência pública serão abordados no subcapítulo. Buscamos responder às perguntas: como se encontrava o ambiente urbano da Santa Maria do pós-Abolição? Que transformações passou entre o fim do século XIX e o início da década de 1920? Como estas afetaram os diversos aspectos da vida de trabalhadores e trabalhadoras pobres?

Na segunda parte, *Pensando mulheres pobres através de fontes hospitalares*, em que através dos registros hospitalares³⁶ traçamos um perfil social das mulheres pobres de Santa

³¹ Disponíveis em: Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

³² REVISTA COMEMORATIVA DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SANTA MARIA. Porto Alegre: Globo, 1914.

³³ Hospital de Caridade de Santa Maria. Comemoração do 25º aniversário da inauguração do Hospital. Publicação do Jornal Diário do Interior, de 25 a 26 de setembro e 3 de outubro de 1928, presente na Casa Memorial Edmundo Cardoso.

³⁴ ISAIA, Antônio. **Os 80 anos do Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo 1903-1983**. Edição Comemorativa do 80º aniversário de inauguração do HOSPITAL de CARIDADE de SANTA MARIA.

³⁵ Jornal “O Estado”. Santa Maria, RS, edições de 1903 e 1904, presentes no acervo do AHMSM.

³⁶ Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, nº 1 e 2, Arquivo do Hospital de Caridade.

Maria. Este capítulo está dividido em outros subcapítulos dedicados a pensar o *sexo*, a forma de entrada no HCSM, nacionalidades, idades dos homens e mulheres, estados civis, das profissões e residências, a última parte, referente às enfermidades e condições de alta, respondendo assim aos questionamentos: Que caracterizações sociais são possíveis observar e como enriquecem a definição de mulheres pobres nos contextos em que se inserem? O que estas têm a dizer acerca das categorias gênero, raça e classe? A nível do cotidiano urbano, o que pode ser observado? Quais contribuições para o entendimento da cidade de Santa Maria no pós-abolição advém de fontes médicas como registros hospitalares?

Chegando no terceiro capítulo “*Que faz parte dessas mulheres para quem o pudor e o decoro não são nem por palavras conhecidas de seus sentimentos deturpados*”: sob o *prisma da justiça*, parte que nos dedicamos a analisar assim como a pensar as experiências das mulheres pobres em Santa Maria pelos processos-crimes em que mulheres figuram como réis e vítimas. Refletindo, assim, sobre as experiências desses sujeitos em Santa Maria a partir das situações anteriores e posteriores aos delitos que produziram as fontes acima referidas. Esta parte teve como objetivo perceber nuances da existência das mulheres pobres respondendo: Quais os cotidianos e conformações dos seus arranjos afetivos-familiares? Que redes acionavam no seu cotidiano, ante a conflitos e à Justiça? Que relações de trabalho estabeleciam e quais as condições em que esses eram executados? Como ocupavam a cidade e as maneiras em que nela residiam? Qual relação estabelecem com a Justiça, e vice-versa?

As mulheres pobres cujos perfis tentamos delinear e sobre os quais traçamos considerações, desenharam suas trajetórias em espaços outros, diferentes daqueles pelas quais chegaram até nós. Desta maneira, é preciso reforçar uma vez mais que a presente dissertação não objetivou esgotar a temática de mulheres e pobreza no contexto santamariense do início do século XIX, mas construir um diálogo com as demais produções do período, bem como também contribuir para o entendimento dessas e das suas particularidades, tendo em vista que são, como quaisquer pessoas hoje mesmo, sujeitos plurais.

Por último, a realização desta pesquisa inserida na linha Cultura, Migrações e Trabalho do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria só foi possível graças à bolsa CAPES/DS.

Esperamos que façam uma boa leitura.

1. “NÃO É DE SE ESPANTAR QUE SANTA MARIA VENHA JÁ ADQUIRINDO UM POUCO – ARES DE CIDADE GRANDE”: O *LOCUS*

Entre trabalhadoras dos serviços domésticos, lavadeiras, cozinheiras, criadas, costureiras, entre jornaleiros, ferroviários, carroceiros, boleiros, militares, agricultores e toda sorte de atividades desempenhadas por homens e mulheres pobres com histórias, *cores*, nomes e sobrenomes que veremos nos capítulos seguintes, emerge uma Santa Maria. No vai-e-vem cotidiano, do cantar do galo ao apagar-se dos lampiões, das velas e da ainda escassa iluminação elétrica, a cidade a que lançamos o olhar nesta pesquisa delinea-se.

A passagem escolhida para intitular esse capítulo refere-se ao relato realizado por João Borges Fortes, membro do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, em passagem pela cidade no ano de 1901 para servir na guarnição federal³⁷. Segundo ele, na nesta terra entre morros, testemunhavam-se mudanças que afastavam paulatinamente Santa Maria do “bafio do provincialismo”, referindo-se ao processo de modernização e crescimento populacional que não só mudou sua estrutura como, também, dava a ela “ares de cidade grande”. Nesse capítulo, portanto, transportamo-nos até o *onde* e esforçamo-nos para gerar apontamentos e pintar, mesmo que parcialmente, os cenários em que algumas das experiências dos atores sociais que protagonizam essa dissertação foram traçadas.

Durante o decorrer desta primeira parte, somos movidos por alguns questionamentos: como encontrava-se a cidade de Santa Maria do pós-abolição, entre os anos de 1903 e 1918 — período que remonta à inauguração do Hospital de Caridade e ao ano em que a cidade foi acometida pela epidemia de Gripe Espanhola? Que transformações foram perceptíveis entre o fim do século XIX e o ano de 1918 e, em termos locais, como o dito coração do Rio Grande do Sul modernizou-se? Como a pobreza era pensada no recorte estudado? E, por último, como o Hospital de Caridade de Santa Maria insere-se nesse contexto?

Para responder a tudo isso, amparamo-nos nas produções que dirigiram suas análises à cidade, nos Códigos de Posturas Municipais³⁸, na revista comemorativa de seu centenário³⁹,

³⁷ MARCHIORI, José Newton Cardoso e NOAL FILHO, Valter Antonio. op. cit. 1981, p. 96.

³⁸ Coletânea da Legislação Municipal de Santa Maria. Volume I, 1892-1901. Of. Graf. do Globo: Santa Maria e Coletânea da Legislação Municipal de Santa Maria, Volume III, 1910-1913. Of. Graf. do Globo: Porto Alegre.

³⁹ **Revista Comemorativa do Primeiro Centenário de Fundação da Cidade de Santa Maria**, Porto Alegre: Globo, 1914. Sem paginação.

nos censos demográficos pertinentes ao período⁴⁰, em relatos de viajantes⁴¹, memorialistas⁴² e em notícias de jornais. Intuindo oferecer um quadro mais rico, no entanto, é importante também pontuar que extrapolamos os quinze anos que compõem nosso recorte temporal de maneira que, por vezes, recuaremos algumas décadas, intuindo a recuperação de importantes e fundamentais pontos para entendermos as condições de existência dos sujeitos abordados, principalmente a partir da metade final do século XIX.

Este capítulo se divide em três momentos distintos: num primeiro olhamos para a localidade estudada no decorrer dos Oitocentos, passando brevemente por considerações sobre a conformação de Santa Maria, das pessoas que ali estavam e, na medida que nos aproximamos do nosso recorte, prestaremos especial atenção às movimentações em torno da extinção gradual da escravidão e seus reflexos nas vidas em liberdade, seja daqueles e daquelas para os quais o cativo fora a realidade do nascimento à morte, seja daqueles que puderam, por toda vida ou em parte dela, gozar da condição jurídica de *livre*; num segundo, acompanhando o acentuado crescimento populacional, temos a Santa Maria do período republicano modificando-se e reordenando-se, seja a partir das legislações municipais, das mudanças nas ruas, da ferrovia e da imigração, seja nas implicações desse contexto para a população pobre que as ocupava em suas atividades cotidianas; e num terceiro, fecharemos pensando o papel ocupado pelo Hospital de Caridade em Santa Maria e as mobilizações da municipalidade em torno da questão da pobreza.

1.1 “É UM ESTRANHO POLVO A DISTENDER OS TENTÁCULOS DE SUA CASARIA SUBURBANA, IRRADIANDO DO CENTRO PARA TODOS OS PONTOS, N’UMA VERTIGEM DE CONQUISTA, N’UMA NEVROSE DE PROGRESSO”

Em meio a disputas demarcatórias entre a coroa portuguesa e espanhola no findar do século XVIII, precisamente no ano de 1797, comandantes militares pertencentes à 2ª Subdivisão Demarcadora decidiram montar acampamento na “elevação onde se encontra hoje o centro da cidade de Santa Maria, território que pertencia ao Padre Ambrósio”⁴³. Com o tempo, a estes foram se somando “pessoas de diversos lugares e logo se formou um

⁴⁰ Censos de 1900 e 1920 presentes em: Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

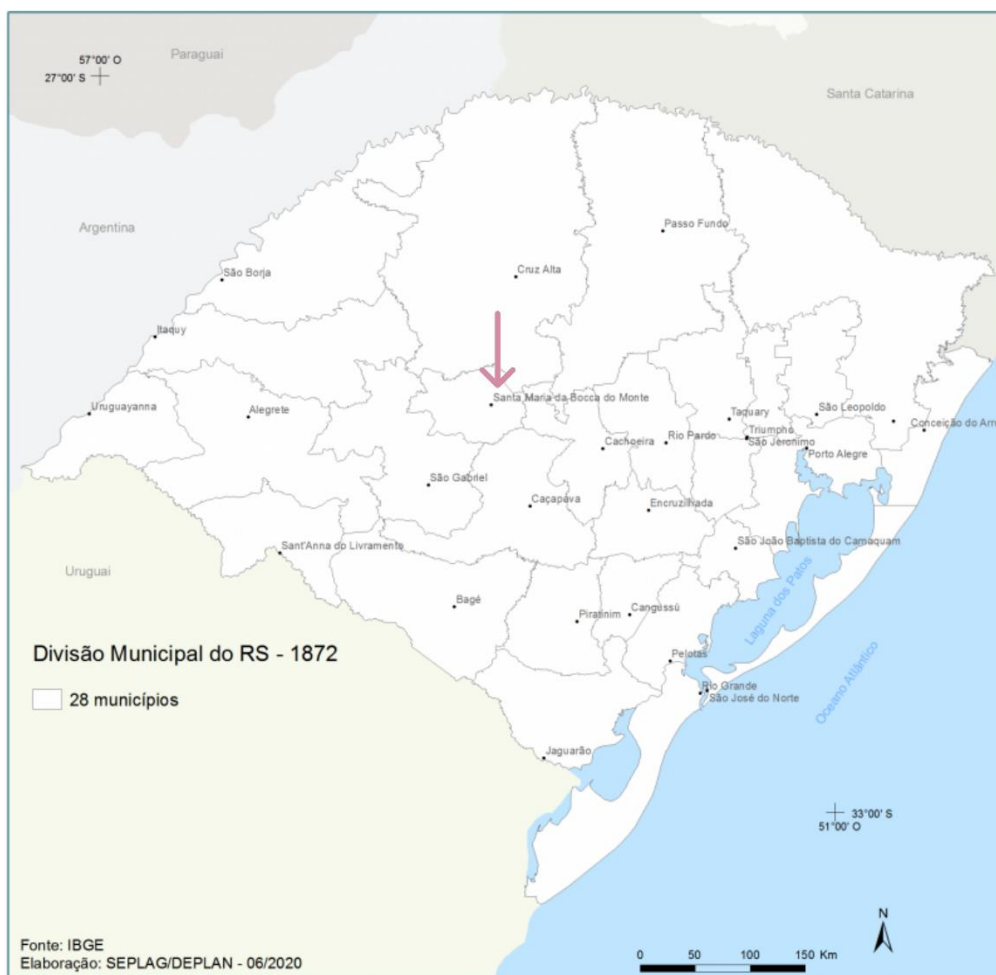
⁴¹ Presentes na obra: MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antonio, **Santa Maria: relatos e impressões de viagem**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

⁴² DAUDT Filho, João. **Memórias**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

⁴³ GRÍGIO, 2018. p. 89.

povoado”⁴⁴. No mapa abaixo podemos observar a localização ocupada pela cidade no território gaúcho.

Mapa 1 – Divisão Municipal do estado Rio Grande do Sul em 1872



Fonte: Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul.⁴⁵

O território que atualmente se reconhece como Santa Maria não era, no entanto, como pontua Luís Augusto Farinatti (2010), uma *terra de ninguém*, nele encontravam-se charruas e minuanos que ocupavam seus campos, manejando gado e cavalo. Com o passar das décadas, como mencionado, pessoas de diversas origens ali chegaram, se estabeleceram, e também dali partiram, uma vez que a Santa Maria fora se constituindo, cada vez mais, enquanto importante ponto de passagem não só aos viajantes que porventura precisavam de descanso para si e os animais que lhes transportavam, mas também de comerciantes ao cruzarem a província.

⁴⁴ Ibid. p. 88.

⁴⁵ Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/>

No transcorrer do século XIX alguns destes viajantes dedicaram linhas e mais linhas à descrição das paisagens da Santa Maria da Boca do Monte, das atividades que ali se desenvolviam, das pessoas que lá habitavam, observando o que consideravam merecer registro. Ainda que considerações tenham sido feitas sobre os *elementos nacionais* e, em tom crítico, sobre os quanto *abrasileirados* eram os ocupantes daquela porção de terra, uma informação bastante recorrente diz respeito à expressiva presença do *elemento germânico* na localidade. Nos testemunhos de Robert Avé Lallemand⁴⁶, Stanislaw Klobukowski⁴⁷ e Herman Soyaux⁴⁸, por exemplo, assim como na *Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria* (1914) e no volume *História do Município de Santa Maria 1797-1933* (1989) escrito por João Belém, a população de procedência germânica sistematicamente ganha atenção, sendo a ela atribuída notável inserção na política e no comércio, virtudes de ordem e progresso, e às grandezas morais e materiais da cidade.

A presença teuta em Santa Maria remonta ao ano de 1828 por consequência do estabelecimento de membros do 28º Batalhão de Estrangeiros⁴⁹. A partir deste momento chegaram à Santa Maria, vindos de outras regiões da província que receberam alemães e alemãs, como é o caso das colônias planejadas de São Leopoldo e Santa Cruz. Estes homens e mulheres ocuparam ruas importantes do incipiente povoado, como a Acampamento e a Pacífica. Mesmo constatando que a presença destes imigrantes e seus descendentes, contrariamente ao que discursaram Avé-Lallemand e outros, não correspondia à maioria da população à época, algumas famílias angariaram significativa influência não só comercial como também política, lançando mão de estratégias, entre elas os casamentos entre si, como demonstra Octávio Becker Pinto (2020), construindo assim redes que, em maior ou menor medida, os auxiliariam na conquista de espaço e prestígio. O destaque aos *tipos germânicos*, portanto, acaba sendo inversamente proporcional a sua representatividade na população em

⁴⁶ Segundo o médico alemão, em 1858, encontrava na Santa Maria da Boca do Monte “singularmente alemã” uma “bonita aldeia suíça, passeios de dar inveja a muitas capitais nórdicas” (MARCHIORI; NOAL FILHO, 2008. p. 48-49).

⁴⁷ Nos anos de 1895 e 1896 considerou que “Prevalece a língua portuguesa, porém esta procedência não se reflete no rosto da maior parte da população. Domina o tipo alemão, não a língua. Notei várias figuras femininas muito bonitas, do tipo alemãs, mas de língua portuguesa. A metade das grandes casas de comércio, todavia, está nas mãos de alemães não aportuguesados.” (Ibid. p. 80). O trecho foi adaptado para o português atual.

⁴⁸ Em 1886, ao mencionar a população alemã, atribui a ela proporção de metade do total de habitantes da cidade. (Ibid. p. 72).

⁴⁹ KULZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento à Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009. p. 43.

termos numéricos. Sobre a dedicação à que viajantes e memorialistas destinaram a estes grupos, Gláucia Kulzer pontua,

Cobrir Santa Maria de um *verniz* europeizante, através do exagero sobre a presença de alemães em seu espaço, foi um estratagema adequado para viajantes e memorialistas que queriam elogiar o vilarejo no qual residiam ou por onde passavam, atribuindo-lhe um cenário *embranquecido e germanizado*. Tais relatos acabam jogando sobre a cidade um véu que invisibilizou não só as categorias de indesejados, como negros e índios, como também aquelas alemães que não adquiriram projeção social e econômica que lhes era destinada pelos arautos da imigração européia, vista como regeneradora da raça e promotora do progresso.⁵⁰

Vale demarcar, também, que parte da historiografia corroborou, a seu modo, assim como a literatura de viagem e as obras de cunho memorialístico, para construção de um imaginário de prevalência da atuação de homens e mulheres europeus em solo riograndense, subestimando e por vezes ignorando as presenças indígenas, negras e nacionais, onde

O apagamento desses atores sociais no discurso histórico, ao lado da minimização do papel dos trabalhadores escravizados serviu e serve para uma retórica que enaltece o Rio Grande do Sul como o mais civilizado, o mais europeu (e, portanto, menos brasileiros) dos estados do Brasil.⁵¹

Vejamos, então, onde e como essa população *não branca* aparece.

Durante a leitura da obra de João Belém, a chegada de famílias guaranis à região nos anos iniciais do século XIX e sua instalação na localidade que passaria a denominar-se Aldeia é um exemplo bastante nítido destas *escolhas* narrativas. Segundo o autor, esses recém-chegados eram “indivíduos que, em virtude da catequese jesuíta exercida em largos anos, estavam *civilizados*, tendo abraçado com *sinceridade* a religião católica”⁵². Avançando para o ano de 1857, Belém dá por concluído que esta população indígena teria, aos poucos, desaparecido no que chamou de *caldeamento da raça nova* e restavam, naquele momento, apenas seus descendentes que “diferente de seus antepassados, na linguagem, nos hábitos e até na cor, eram menos escuros que eles”⁵³.

Max Ribeiro (2013), que em sua dissertação de mestrado dedicou-se a pensar as atuações guaranis na província gaúcha após a conquista lusitana, demonstra como a região central do estado, o que hoje conhecemos como as cidades de Rio Pardo, Cachoeira, São

⁵⁰ Ibid. p. 45-46.

⁵¹ FARINATTI, Luís Augusto E. Lavradores, escravos e criadores de gado: o universo agrário de Santa Maria (meados do século XIX). In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira. **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: [s.n.], 2010.

⁵² BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria 1797-1933**. Santa Maria: Edições UFSM, 1989. p. 89. Destaques nossos.

⁵³ Ibid. p. 90.

Gabriel, Caçapava e Santa Maria⁵⁴, figuraram nas estratégias de migrações destes grupos, estratégias estas elaboradas no âmbito familiar. Das análises dos registros de batismo, Ribeiro pode visualizar que Santa Maria recebeu um importante contingente populacional vindo em pequenos e constantes fluxos desde os anos iniciais do século XIX. Segundo sua pesquisa, estes grupos em sua maioria eram naturais da região das Missões, verificando também, ainda que em menor número, homens e mulheres indígenas naturais “do outro lado do Uruguai” e de outras capelas e freguesias do Rio Grande de São Pedro. Ainda segundo o autor,

Mesmo que o mundo missionário tenha se configurado de modo cada vez mais hostil à organização social dos guaranis, a família missionária, e de igual forma a religião, foram estruturas indígenas sobreviventes e que se reiterava em territórios para além das Missões. O padrão endógeno nos matrimônios entre naturais de um mesmo Povo possibilita levantar algumas hipóteses sobre o perfil da família guarani. Em linhas gerais, poderíamos supor que os fluxos migratórios guaranis missionários para Santa Maria eram compostos por núcleos parentais co-residentes (pai, mãe e filhos). Contudo, um exame minucioso do Banco de Dados (Planilha Batismos) permite ver que estes grupos eram muito maiores. Em muitos casos os padres assentavam a naturalidade dos padrinhos. A partir daí se pode ver que em 12 casos a naturalidade dos padrinhos é a mesma dos pais dos rebentos.⁵⁵

Como veremos no capítulo seguinte nos registros do Hospital de Caridade de Santa Maria (HCSM), o desaparecimento indígena constatado por João Belém não se sustenta.

Através de informações acessadas em inventários e dialogando com demais historiadores, Ênio Grígio (2018) levanta importante contraponto ao discurso das bem-aventuranças germânicas em solo santa-mariense, demonstrando que a prosperidade de famílias como as de João Appel, Otto Brickman, Pedro Cassel, João Niederauer Sobrinho, Martins Höehr, Frederico Guilherme Niederauer e Carlos Henrique Niederauer⁵⁶, deveu-se não somente ao fruto exclusivo de seus trabalhos, mas também às mãos de homens e mulheres por elas escravizados. A Santa Maria que tornar-se-ia cidade em 1858, enfatiza Grígio, nasceu sob o signo da escravidão.

Daniela Carvalho⁵⁷ observou que, para os anos de 1859 e 1872 a porcentagem de escravizados representava, nessa ordem 19,29% e 14,63% do total da população. Também

⁵⁴ RIBEIRO, Max Roberto Pereira. **Estratégias indígenas na fronteira meridional**: os guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História., Porto Alegre, 2013. p. 82

⁵⁵ *Ibid.*, p. 103.

⁵⁶ GRÍGIO, 2018, p. 114.

⁵⁷ CARVALLHO, Daniela Vallandro de. **“Entre a solidariedade e a animosidade”**: Os conflitos e as relações interétnicas populares em Santa Maria — 1885-1915. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

partindo do recenseamento de 1872, Letícia Guterres⁵⁸ contabilizou que, se fossem ignoradas as condições jurídicas, 51,1% da população de Santa Maria era composta por *não brancos* — 21,6% *pardos*, 14,3% *pretos* e 15,2% *caboclos* — enquanto *brancos* perfaziam 48,9%⁵⁹. O cenário que com que se depararam memorialistas e viajantes na metade final dos oitocentos difere significativamente com a realidade apresentada acima. Vê-se nelas uma Santa Maria multiétnica e, principalmente, *não branca*, onde estão presentes homens e mulheres designados *pretos*, *pardos* e *caboclos* contribuindo, em maior ou menor grau, no desenvolvimento econômico de lavradores nas estâncias e no comércio do perímetro urbano.⁶⁰

Nas memórias de João Daudt Filho (1858-1948)⁶¹ temos mencionados homens e mulheres negros escravizados, fossem dos próprios pais do autor ou de outros familiares, com os quais convivera em sua infância e adolescência. Através de Daudt Filho conhecemos Maria, a quem o autor chamava de *Mãe-Preta*. Maria⁶² era escravizada de Nicolau Becker⁶³ e fora emprestada à família Daudt para que amamentasse João, este mencionando inclusive que o carinho destinado a ele por Maria era “verdadeiramente maternal, mais intenso do que o que dava à própria filha, a *Pitoca*, minha irmã de leite”⁶⁴. Segundo Lorena Férres da Silva Telles (2018), a prática de *empréstimo* de mulheres negras cativas para servirem de amas-de-leite das crianças das famílias as quais *pertenciam* não só foi recorrente no Brasil escravista,

⁵⁸ GUTERRES, Letícia Batistella. **Escravidão, Família e Compadrio ao Sul do Império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2013. p. 46

⁵⁹ Ao levantamento populacional acessível por meio do recenseamento de 1872, pesquisadores e pesquisadoras têm dirigido críticas à sua elaboração e aos critérios nele presentes. Quanto à possibilidade de sub-registros, os apontamentos elaborados por Ênio Grégio em diálogo com Paulo Moreira fazem pensar que, em termos das porcentagens referentes à população escravizada, a realidade de Santa Maria é muito possivelmente diferente da apresentada na documentação, uma vez que “Em Santa Maria, a presença negra escravizada ia além dos 1204 escravos recenseados. O número deveria ser maior, pois como informou Paulo Moreira (2003, p. 29), ‘inúmeras amarras prendiam cativos a estágios intermediários até a liberdade definitiva, iludindo as matrículas e diminuindo consistente e gradualmente o número de escravos existentes’.” (GRÉGIO, 2018. p. 93).

⁶⁰ WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880)**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

⁶¹ Segundo Grégio (2018, p. 103-105), João Daudt Filho era neto de Gabriel Haeffner, “natural de Baden, região da atual Alemanha”, que veio para o Brasil enquanto soldado contratado no ano de 1826, estabelecendo-se em São Leopoldo, colônia alemã. Entre indas e vindas, fixou-se em Santa Maria em 1841 com sua família. Entre os filhos que tivera com a esposa Maria Felícia Edler estava Catharina, mãe do memorialista e esposa de João Daudt.

⁶² Informações sobre a vida de Maria são apresentadas na obra de Grégio (2018, p. 132-133).

⁶³ A filha de Nicolau Becker, Ana Becker Pinto, casou-se com Pantaleão José Pinto — médico que atuou no HCSM —, que por sua vez são pais de Nicolau Becker Pinto — também médico do HCSM. A irmã de Nicolau Becker Pinto, Aura Pinto Azevedo, casou-se com Astrogildo César de Azevedo, médico e diretor do HCSM. Ver em: ROSSI, Daiane Silveira. **Ações de saúde pública em Santa Maria/RS na segunda metade do Século XIX**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, 2015. p. 105.

⁶⁴ DAUDT FILHO, 2003. p. 41.

como também gerou formas específicas de violências e influenciou singularmente nas maneiras pelas quais estas mulheres experienciaram a maternidade e a exploração de seus corpos. Ainda segundo a autora, ao amamentar as crianças brancas de seus senhores, não só lhes era negado o exercício da maternidade, como também seus próprios filhos e filhas tornavam-se expostos a um desmame precoce e a uma amamentação insuficiente, complementada muitas vezes de maneira inadequada.

Ainda nas lembranças de Daudt Filho fazem-se presente dois *moleques*, sendo segundo o autor um *preto* e um *mulato*, crianças mais ou menos da idade do mesmo na época, aos quais sequer dedica-se a nomear, apesar de dizer-se íntimo deles e julgar-se “muito feliz em tão boa companhia”⁶⁵. Os dois meninos teriam chegado à família Daudt como *pagamento de uma dívida* e posteriormente *vendidos* em Porto Alegre, fato lamentado por João pois que para ele os meninos, entre outras coisas, “prestavam-se a ser cavalos do meu andar”⁶⁶. A passagem explicita parte do que poderiam ter sido as vivências de crianças cativas e suas relações com as crianças brancas de *seus senhores*. Os casos de Maria e dos *moleques*, analisados também por Ênio Grígio⁶⁷, “indicam que entre os produtos negociados por esses comerciantes estavam mercadorias humanas”, assim como são “exemplos [que] demonstram que os alemães e seus filhos também se envolveram no lucrativo comércio de escravos, comprando, vendendo ou servindo de intermediários de outros interessados em cativos”⁶⁸.

Segundo Camillia Cowling (2018), até a proibição do tráfico no ano de 1850 o Brasil importou, mesmo diante de sanções internacionais a partir do ano de 1831, aproximadamente 45% de todos os escravizados retirados da África e transportados às Américas por meio do tráfico transatlântico⁶⁹, desta maneira, a partir da década de 1860 são intensificadas as atenções políticas para as problemáticas da escravidão, pondo-se em prática uma gradual extinção da instituição, permeada por intensas disputas. É preciso então, neste momento, fazermos um deslocamento para, mesmo que não de maneira extensa, abordarmos alguns avanços quanto aos estudos dedicados à escravidão e a liberdade, seja durante a pós-emancipação⁷⁰ ou no pós-abolição, que impactam e são pertinentes às nossas percepções

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ GRIGIO, 2018. p. 138-139.

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ COWLING, Camillia, **Concebendo a Liberdade**: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades Havana e Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 35

⁷⁰ Entendido pelas experiências de libertação empreendidas ainda sob vigência da escravidão, ou seja, que antecedem maio de 1888. Ver mais em: SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros**: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960). Tese

sobre o período, de maneira que brevemente será preciso também passarmos por questões referentes à legislação abolicionista, com especial atenção para a de 1871.

No Brasil, a historiografia voltada à escravidão, ao pós-emancipação e ao pós-abolição no decorrer do século XX tomou diferentes rumos interpretativos, nesse sentido, a partir da década de 1960 e 1970 percepções articuladas a alguns discursos abolicionistas do século XIX visualizaram sujeitos cativos e libertos em um lugar de anomia e coisificados que, em decorrência da violência da escravidão, foram impedidos de estabelecerem formas de cooperação e ajuda e de constituírem famílias no cativeiro. Essas produções, mesmo significando um avanço em relação às considerações de democracia racial e certa brandura do sistema escravista brasileiro e principalmente gaúcho, não atribuíam aos homens e mulheres escravizados e seus e suas descendentes posições de sujeitos ativos de seus próprios processos de libertação⁷¹. A partir da década de 1980 e do que Chalhoub (2009) denominou como uma *nova agenda de pesquisa*, esse protagonismo foi reavaliado, motivado também pelas comemorações em torno dos centenários da abolição no Brasil e em Cuba, onde a elaboração de estudos das estratégias e atuações empreendidas na escravidão e na liberdade tomaram palco, desafiando polaridades e enfatizando a complexidade das iniciativas escravas⁷².

É a partir da década de 1990 que pesquisas focadas nos associativismos negros, na pluralidade de atuação de intelectuais negros, de homens e mulheres cativos nos processos de abolição, nos associativismos negros e na ampla atuação de ex-escravizados, libertos e ingênuos ganham fôlego, contrapondo de maneira significativa, a “noção, ainda em voga em muitos livros escolares brasileiros, de que os descendentes de escravizados foram abandonados à própria sorte”⁷³. Têm ganhado igual destaque nestes estudos os esforços de pesquisadores e pesquisadoras em entender os processos de racialização, ou seja, os modos pelos quais a raça delineia-se nos cotidianos e em perspectiva histórica, buscando compreender as especificidades dos significados construídos e pautados tanto à nível das instituições como no dia a dia das populações. Segundo Wlamyra Albuquerque,

(Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História., Porto Alegre, 2017.

⁷¹ CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980, **Cadernos AEL**, 2009.

⁷² SCOTT, Rebecca J. Exploring the Meaning of Freedom: Postemancipation Societies in Comparative Perspective, **The Hispanic American Historical Review**, v. 68, n. 3, p. 407–428, 1988.

⁷³ SILVA, Fernanda O. da. 2017, p. 24.

O próprio termo *racialização* ganhou propósito investigativo na medida em que pesquisadores como Barbara Fields passaram a inquirir como e por que a noção de raça fundamentou hierarquias sociais nos Estados Unidos. Para tanto, Fields enfatiza a importância de conferir historicidade à ideia de raça, por exprimir um discurso sempre em construção e à mercê das circunstâncias de cada tempo e lugar. Ela afirma que a “noção de raça, como se expressa popularmente, é uma construção ideológica e acima de tudo um produto histórico”; portanto, diz respeito a contextos e realidades particulares.”⁷⁴

Até a promulgação da Lei 2040 em 28 de setembro de 1871 o princípio do *partus sectur ventrem* estabelecia que crianças de mãe escravizadas nasceriam sob a mesma condição jurídica destas, o que assegurava, também, que filhos de pais livres/libertos ou de senhores de escravos, escravizados também seriam, garantindo, além de tudo, uma reprodução endógena da população cativa uma vez que, como dito, o tráfico transatlântico já era prática ilegal. A chamada Lei do Ventre Livre rompia com esse princípio, estabelecendo que os *ingênuos*, como foram chamadas estas crianças, ficariam sob a autoridade dos senhores de suas mães até os oito anos completos e, posteriormente, teriam estes senhores a opção de ou utilizar dos serviços da criança até seus vinte e um anos — cessando em caso de maltrato e castigo excessivo —, ou de entregá-los ao Estado, recebendo assim uma indenização de 600 mil réis. Outros pontos que merecem destaque são a proibição da venda ou transmissão de escravizados separadamente de seus cônjuges e filhos menores de doze anos, a possibilidade de escravizados acumularem pecúlio e com ele comprarem sua liberdade, assim como a criação de um fundo nacional de emancipação.

Na prática, a Lei 2040 significava uma interferência direta na relação senhor-escravo e associada a um “projeto de controle legal da força de trabalho livre”, regulamentando com a obrigatoriedade de contratos longos de trabalho e severas punições à *vadiagem*, o trabalho do liberto⁷⁵. Segundo Cowling (2018) não só as buscas por alforrias intensificaram-se, inclusive e com frequência através da justiça, como

a lógica do ventre livre operou, historicamente, com pressões vindas tanto de cima para baixo, como de baixo para cima, com as famílias escravas comprando

⁷⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação**. Edição: 1. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009. p. 35. Outros aspectos pertinentes ao entendimento dos conceitos de racismo e racialização são apresentados por Karl Monsma, onde “A racialização – o processo de essencializar um grupo étnico - pode ser positiva ou negativa, ou talvez uma mistura dos dois. Geralmente grupos que racializam outros de maneira negativa também racializam a si mesmos de forma positiva. A distinção entre racialismo e racismo é útil precisamente porque a racialização nem sempre serve como justificativa para a dominação racial. O racialismo é a tendência de perceber qualidades intrínsecas e duradouros de um grupo de suposta origem comum, ao passo que as ideologias racistas são formas de racialismo que afirmam a superioridade de um grupo étnico sobre outra e justificam a dominação racial.” presente em: MONSMA, Karl. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do Pós-abolição paulista. **XXVII Simpósio Nacional de História. Natal**, RN. Jul. 2013.

⁷⁵ MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX**, 3ª edição revisada. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p. 216.

primeiramente a liberdade das mulheres para assegurar que as futuras gerações nasceriam em liberdade.⁷⁶

Cabe frisar o papel das organizações negras no contexto emancipacionista para viabilização da alforria de escravizados e efetivação de projetos para a vida em liberdade, uma vez que datam destes anos as fundações das primeiras organizações negras de Santa Maria, como mencionaremos abaixo.

Tendo em mente a dedicação dessa historiografia em discorrer acerca da presença de homens e mulheres negros em espaços e situações que não remetam única e exclusivamente ao cativo, tanto no já citado livro de Ênio Grégio (2018), como também nas produções de Franciele Rocha de Oliveira (2016, 2017) e na recente obra organizada por estes autores em conjunto com outros historiadores e historiadoras⁷⁷ denominada *Organizações negras de Santa Maria: primeiras associações do século XIX e XX* (2020), temos um quadro amplo e plural do associativismo negro em Santa Maria do quartel final dos oitocentos, avançando pelas décadas do século XX.

Outro ponto importante do cenário emancipacionista é questão da possibilidade de libertos e nascidos livres moverem-se no sentido de permanência ou distanciamento dos lugares onde eles ou seus próximos vivenciaram o cativo. A preocupação senhorial com o futuro destes homens e mulheres não fora somente expressa nas recidivas tentativas de minar o imaginário social com atribuições de desordem e despreparo a livres, libertos e ingênuos, que não só deveriam ser tutelados, como também conduzidos aos *seus melhores interesses* por aqueles que *benevolmente lhes libertaram*⁷⁸. O que também motivou aflição era a incerteza de que essa mão de obra, até muito recentemente empregada de maneira compulsória, uma vez dissolvidos os laços formais da escravidão, não mais manter-se-ia ligada à autoridade senhorial e aos locais onde foram escravizados.

Voltando-nos às produções sobre Santa Maria, Ênio Grégio (2018) nos apresenta sujeitos que foram escravizados em outras localidades da província e, em liberdade, migraram para Santa Maria, construindo uma trajetória fortemente entrelaçada ao associativismo negro. O casal Sisnando Antônio de Oliveira e Leopoldina Maria de Oliveira

⁷⁶COWLING, 2018.

⁷⁷ A nomear: Felipe Farret Brunhauser, Luiz Fernando dos Santos da Silva Rodrigues e Taiane Anhanha Lima.

⁷⁸ A construção e acionamento desse imaginário sobre livres, libertos e ingênuos pelos interessados na manutenção da soberania senhorial é observada em diferentes províncias do período, a exemplo das obras das já citadas de Wlamyra Albuquerque (2009) em que visualizamos o contexto de Salvador e na de Camillia Cowling (2018) para o Rio de Janeiro.

que, no registro do seu casamento em 1890 constam como “hoje livres” são exemplos dessa mobilidade, mesmo diante da ausência de detalhes sobre seus passados cativos, são caros ao entendimento do pós-abolição santa-mariense. Sisnando, que trabalhou como carroceiro, e sua esposa Leopoldina, alugavam também chalés para militares, recebendo Leopoldina importante destaque quanto à aquisição desses terrenos via pedidos de aforamento.⁷⁹ Outro sujeito apresentado é José Francisco do Nascimento, nascido em 1859, que fora escravizado em São Leopoldo e é encontrado pelo autor casando-se com Innocência Maria Joaquina, nascida de ventre livre, filha de Zeferina, escravizada da família senhorial Teixeira Cezar. José, assim como Sisnando, também realizava serviços de transporte como carroceiro e ambos os casais são observados construindo redes e espaços organizativos negros na cidade: Sinando e José eram Irmãos pertencentes à Irmandade do Rosário e fora na casa de Sisnando, inclusive, que se definiu a criação da Sociedade 13 de Maio.

Somos aproximados, de maneira mais detalhada, da trajetória de José Francisco do Nascimento e Innocência Maria Joaquina, assim como de seus e suas descendentes, através da dissertação de mestrado de Franciele Rocha de Oliveira (2017). Ao discorrer sobre o contexto santa-mariense do final do século XIX e início do século XX, a autora elabora digressões extremamente pertinentes para a apreensão desse período e os modos pelos quais as diferentes transformações testemunhadas pela cidade poderiam ter sido sentidas por grupos populares, em especial homens e mulheres negros pobres. Santa Maria teria surgido, então, enquanto horizonte de possibilidade para Sisnandos e Josés, que distanciando-se dos lugares em foram escravizados, estabeleceram-se em Santa Maria. Para além desse distanciamento, as considerações de Hebe Maria Mattos e Ana Maria Rios (2004) traçadas para o sudeste paulista podem ser empregadas também para o espaço santa-mariense, tendo em mente delineamentos específicos da localidade, desta maneira,

A busca generalizada por mais autonomia e controle sobre o tempo e ritmos de trabalho, a busca da proteção da família com a luta (nem sempre vitoriosa) pela retirada das mulheres e das crianças do trabalho cativo nas gangs ou “turmas”, a recusa ao trabalho e as revoltas contra o tratamento que lhes lembrasse da escravidão, dentre eles restrições à mobilidade e os castigos físicos.⁸⁰

As trajetórias de ex-escravizados, livres e nascidos livres em Santa Maria na ocupação do espaço da cidade também foi visualizada por Ênio Grégio (2018) ao analisar os pedidos

⁷⁹ GRÍGIO, 2018. p. 202-213.

⁸⁰RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas, *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 5, n. 8, p. 170–198, 2004. p. 174.

de aforamento de terrenos urbanos à Câmara Municipal dos Vereadores. Essa prática de pedidos vinha sendo realizada desde 1858, quando Santa Maria fora emancipada, e o autor pontua que deste recurso se beneficiaram uma série de famílias componentes da elite comercial, política, militares e estancieiros. Octávio Becker Neto (2020), analisando a documentação camarária, e em especial as requisições para aquisições de terrenos urbanos, demonstra de maneira mais detalhada como vereadores — significativamente alemães e seus descendentes diretos — assim como famílias a eles relacionadas, mobilizaram o legislativo para deferirem requisições de maneira a favorecer o estabelecimento destes grupos nas principais ruas da cidade. Essa prática, observa o autor, foi constante até meados dos anos 1870, data final de seu recorte de pesquisa.

Grígio (2018) evidencia ainda como a população pobre também se mobilizou para a aquisição de terrenos ocupando, no entanto, áreas de menor prestígio, nos apresentando os casos de Maria de Jesus, que requereu terreno no ano de 1873 e dela foi exigido, pela Câmara, a justificação de sua liberdade, e os pedidos de Francisca Maria da Conceição, Generosa Maria da Conceição, e Maria Braúlia de Oliveira⁸¹ cujas requisições foram indeferidas por não se acharem elas em condições de cumprir os compromissos, ou de poderem edificar no período que a Câmara estabelecida, ou seja, de dois anos. Estas exigências restringiam o acesso ao terreno urbano santa-mariense, empurrando a população *menos bem posicionada* das áreas mais visadas pelas elites, em direção às regiões mais periféricas⁸². A questão fundiária santa-mariense esteve, nas palavras de Becker Neto:

permeada pela alteridade étnica. Posição socioeconômica dos requerentes foi um fator determinante levantado pelo legislativo para a emissão do seu aval. A exigência da edificação do terreno concedido dentro de um prazo determinado, assim como o pagamento anual do foro apresentavam-se como fatores limitantes à aquisição fundiária para grupos vulnerabilizados do ponto de vista social, como escravizados e os pobres no geral.⁸³

Até o presente momento buscamos evidenciar como os sujeitos constituintes da população santa-mariense no decorrer do século XIX eram não só etnicamente diversos, mas como atuavam em diversas frentes, ocupavam diferentes espaços e mobilizavam diferentes recursos para sobreviverem, contrariamente aos registros memorialistas e de viajantes. A seguir, continuaremos neste percurso, nos dedicando a pensar o quartel final oitocentista,

⁸¹ GRIGIO, 2018. p 170.

⁸² Ibid.

⁸³ BECKER NETO, Octávio. **Requerimentos e concessões fundiárias:** experiências sociais de apropriação do solo urbano (Santa Maria, Rio Grande do Sul, século XIX). Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020. p. 108

refletindo um pouco mais sobre movimentações abolicionistas próximas ao 13 de maio de 1888, a política imigrantista na cidade, os projetos de modernização implementados e as possíveis significações e impactos de todos esses elementos na vida de trabalhadores e trabalhadoras pobres.

1.2 PERDENDO O BAFIO DO PROVINCIALISMO

A medida em que fim da escravidão se aproximava, as elites escravocratas mobilizavam-se em torno da geração de soluções que lhes garantissem os menores prejuízos possíveis. Essa *contenção de danos* passava pelo controle da narrativa acerca dos protagonismos da libertação dos escravizados, nas palavras de Maria Angélica Zubaran (2009) ao pensar o cenário gaúcho no período, uma *invenção branca da liberdade negra*. Um exemplo pode ser visualizado na jornada abolicionista de 1884 em Porto Alegre, onde abolicionistas percorreram “bairros e subúrbios [...] dirigindo-se de casa em casa para persuadir os donos de escravos urbanos a libertarem seus escravos e conceder-lhes cartas de alforria”⁸⁴ passando a declarar que a capital da província como *cidade livre*, ao mesmo tempo em que políticos gaúchos de diferentes orientações assumiram o compromisso de alforriar seus escravizados, de maneira condicional.

Paulo Moreira (2009) percebeu que, das alforrias concedidas no decorrer de 1884, considerável número era condicional, ou seja, libertava homens e mulheres escravizados através de contratos de serviços que poderiam durar sete anos. A cidade de Porto Alegre não se tornara *tão livre* quanto propagandeavam naquele ano. O papel dos contratos como estratégias de continuidade do poder senhorial e controle das possibilidades de mobilidade dos libertos foram importantes ferramentas empregadas pelos senhores de escravos. Henrique Espada Lima (2005), ao analisar 56 contratos de locação de serviços na cidade de Desterro entre 1849 e 1887 adiciona elementos importantes à interpretação dos modos como estabeleceram-se os contratos de prestação de serviços entre nascidos livres e libertos nesse período, e as interpretações sobre os mesmos. Segundo o autor,

[...] ao contrário do que podem perceber à primeira vista, os contratos de locação de serviços não seguem necessariamente um modelo estereotipado. Olhados individualmente, revelam variações e especificidades que apontam diretamente para uma negociação ativa entre as partes. Suas cláusulas abrangem, por exemplo,

⁸⁴ ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca de liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre, **Fênix — Revista de História e Estudos Culturais**, v. 6, p. 16, 2009. p.8

o cuidado sobre a família, a mobilidade espacial, ou ainda, a possibilidade de ter algum controle sobre tempo e os termos do trabalho.⁸⁵

Adicionando ainda que,

[...] no caso das experiências dos livres e libertos pobres, muitas vezes, enfatiza-se antes de tudo a análise das formas de dominação e as formas arcaicas de dependência, tendo como contraponto uma imagem idealizada de uma sociedade fundada em princípios racionais. [...] sobre a experiência dos pobres e dependentes no Brasil escravista, constrói-se às vezes uma imagem da sociedade brasileira onde se reconhece racionalidade e cálculo para apenas um dos polos da relação senhorial.⁸⁶

O trabalho livre se apresentaria, para Espada Lima, como uma realidade ambígua, onde a ideia de um *corte seco e limpo* apartando o trabalho cativo e o trabalho livre comporiam uma narrativa teleológica da História do Trabalho, quando na realidade elementos próprios do trabalho compulsório e do trabalho livre teriam se entrelaçado no pós-abolição. Estes contratos não seriam “necessariamente, evidências de uma subordinação ou um consentimento passivo”⁸⁷, evidenciando que, diante de um cenário de precariedade, a população agora livre manejava as ferramentas e recursos necessários para enfrentá-lo, o que não quer dizer que o fizessem em pé de igualdade com ex-senhores.

Assim como o observado para Porto Alegre e Desterro, Santa Maria da Boca do Monte fora tomada por iniciativas semelhantes para lidar com a proximidade Abolição, onde embarcando na teatralização da benevolência, vários dos chamados *abolicionistas de última hora* libertaram seus escravizados no último momento possível, recorrendo também aos contratos de serviços, como demonstrado Grégio (2018). O autor, ao elencar as notícias locais sobre o fim da escravidão, destaca o papel de meros expectadores creditado à população negra, construindo uma ideia de que a elite política e intelectual local esteve comprometida com a liberdade antes mesmo de 1888. Ainda pontuando que “as convicções de liberdade e de igualdade dos abolicionistas santa-marienses eram parciais e contraditórias, talvez, por isso, nenhum deles tenha se destacado no imaginário popular como defensores dos escravos”⁸⁸.

As ações empreendidas por estas elites santa-marienses demonstram como seus projetos políticos também alinhavam-se às teorias raciais que tomavam popularidade cada

⁸⁵LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX, *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 6, n. 11, p. 289–326, 2005. p. 304

⁸⁶ Ibid. p. 300.

⁸⁷ Ibid, p. 311.

⁸⁸ GRIGIO, 2018. p. 162–163.

vez maior no findar do século XIX. O darwinismo social e os modelos evolucionistas⁸⁹ desenvolvidos no norte global, principalmente na Europa, observavam o mundo a partir de uma métrica própria, classificando sociedades em estágios evolutivos, atribuindo capacidades inatas a grupos humanos conforme traços fenotípicos, onde a *cor* da epiderme seria elemento importante no posicionamento de pessoas em diferentes *graus de humanidade*. Estas perspectivas manifestaram-se também no surgimento da antropometria e da frenologia⁹⁰, que formularam sistemas classificatórios humanos a partir de parâmetros profundamente enviesados e visualizavam, em especial para grupos *não-brancos*, propensões comportamentais *desviantes*.

Como mencionado por Marcus Vinícius de Freitas Rosa (2019), a abordagem dos modos pelos quais as teorias raciais se manifestaram em solo brasileiro segue dois caminhos complementares, onde

de um lado, estão as análises que enfatizam mais a raça como algo proveniente “de fora” e sua adaptação ao contexto brasileiro a partir “de cima”, mas que permanecem atentas para os desdobramentos que as atitudes das classes dominantes, sempre preocupadas com a questão racial no Brasil, tiveram sobre as camadas mais baixas da população; de outro, estão as análises sobre a reprodução autóctone dos significados raciais, sua presença nas relações de conflito e de solidariedade, bem como seus variados usos por sujeitos pertencentes aos círculos sociais mais baixos da sociedade brasileira.⁹¹

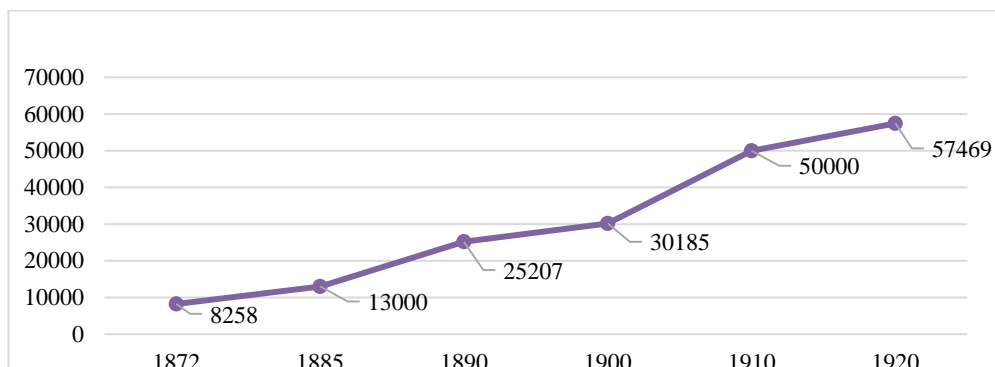
As influências das teorias raciais nas atitudes tomadas pelo Império brasileiro se fizeram sentir, a sua maneira, ao longo de todo território nacional, e serão tratadas um pouco mais adiante. Deste modo, interrompemos essa discussão para discorrermos sobre alguns acontecimentos do final do século santa-mariense.

No gráfico a seguir temos a disposição dos levantamentos populacionais da cidade de maneira que é possível visualizar seu crescimento ao longo de quatro décadas.

⁸⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. [s.l.]: Editora Companhia das Letras, 1993.

⁹⁰ FERRARI, Mercedes García; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do Rio da Prata ao Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 23, p. 171–194, 2016.

⁹¹ ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante a pós-abolição**. [s.l.]: EST Edições, 2019 p. 36.

Gráfico 1 – População de Santa Maria 1872-1920

Fonte: Daiane Silveira Rossi⁹²

Quando Daniela Carvalho (2005) toma a década de 1880 como marco interpretativo para história da cidade de Santa Maria, passando a defini-la, então, como um *caldeirão étnico*, a autora elenca uma série de acontecimentos a partir 1870 para justificar sua interpretação, como a formação do Quarto Núcleo Imperial de Colonização Italiana e a instalação dos primeiros traços da malha ferroviária, que se somam ao contexto que viemos abordando até o momento.

O ideário de modernização, que já no quartel final dos anos 1800 vinha se manifestando constituía-se, entre outras coisas, da percepção estratégica de que a abolição era incompatível com a modernidade. Mas, além disso, que o contingente negro liberto, nascido livre e ex-escravizado, também o era. De tal maneira não só a condução das narrativas sobre as construções das liberdades, como citado, foi uma manobra importante, como também foi o controle desses homens e mulheres no pós-abolição, vistos como inaptos à cidadania e ao trabalho livre. A condução de uma sociedade moderna passaria, desse modo, pela diluição, e futuro desaparecimento, da *raça* negra, e a importação de estrangeiros foi uma das soluções empreendidas.

Ainda que a imigração europeia às províncias brasileiras tenha sido subsidiada desde a primeira metade do século XIX, a exemplo dos imigrantes alemães, o estímulo à vinda de

⁹² Gráfico elaborado pela autora com base nos Recenseamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dos anos de 1872, 1890, 1900 e 1920, e nos levantamentos referentes aos anos de 1885 e 1910 presentes em BELTRÃO, Romeu. 2013. In: ROSSI, Daiane Silveira. **Assistência à saúde e à pobreza no sul do Brasil (1903-1913)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2019, p. 76.

estrangeiros europeus foi se constituindo enquanto política de estado e tomando fôlego conforme o novo século se aproximava e conforme suas primeiras décadas transcorriam.

Em Santa Maria chegaram então famílias italianas, em sua maioria advindas da região do Vêneto, e no ano de 1877 foi inaugurado o Quarto Núcleo de Imigração Italiana nos arredores da cidade, que em 1878 mudaria de nome para Colônia Silveira Martins⁹³. A migração, para essas famílias, já era uma realidade na Itália e a decisão de estabelecerem-se além-mar configurou, para muitos destes homens e mulheres, uma escolha planejada na expectativa de construir melhores condições de vida, o que não significa, no entanto, que a totalidade dos italianos que tomaram Santa Maria como lar tenha sido de despossuídos de qualquer recurso.

Através de correspondências trocadas entre conterrâneos que permaneceram na Itália e os imigrantes que em Santa Maria se estabeleceram, Maíra Vendrame (2013) pode visualizar que a fome, a doença e a miséria foram relatadas como a parte da realidade vivenciada nas suas chegadas, onde diante da qual houve quem mobilizasse recursos relacionais para realizar o trajeto de volta à Itália. Esse ponto é importante porque, já adiantando informações do capítulo seguinte, veremos indivíduos de diferentes origens, entre eles italianos, compartilhando a condição de pobreza em Santa Maria.

No já citado trabalho de Daniela Carvalho (2005) somos apresentados ao conflito envolvendo *nacionais* e italianos no ano de 1890 em Arroio Grande, pertencente ao 4º distrito de Santa Maria, ou seja, à Silveira Martins. Na casa de residência e de negócios de Giovanni Brusnelli, italiano, realizava-se um ajuntamento de 20 a 30 homens também italianos, ocasião na qual chegaram Alexandre Alves de Oliveira e Manoel Jacob da Costa, consumiram duas garrafas de vinho e pediram ainda uma outra. Estabelecida a contenda, sobre a qual se constroem distintas versões, Alexandre saíra morto e Manoel ferido por dois tiros. Diante da culpa assumida por João Vallandro, natural da Áustria, um grupo de 70 homens italianos residentes em Arroio Grande elaborou um abaixo-assinado em favor do réu, que, segundo a autora, contribuiu para sua defesa diante do tribunal do Juri. A autora nos informa que nos diálogos entre os envolvidos, os dois *nacionais* fizeram uso da palavra *gringo* para se referirem aos homens que ali estavam. Não interessa, porém, estendermo-nos em uma análise

⁹³VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de Vingança**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). Tese (Doutorado), PUCRS/FFCH, Porto Alegre, 2013.

pormenorizada desse conflito, mas sim refletirmos sobre como a solidariedade horizontal, e nesse caso, a alteridade étnica, fora acionada entre indivíduos populares.

A situação que terminara na morte de Alexandre Alves de Oliveira ilustra bem como as percepções das *diferenças* eram manejadas, seja demarcando o distanciamento entre *nacionais* e *gringos* no conflito na casa de negócios, seja unindo imigrantes em defesa de *um dos seus* diante da Justiça. O caso de João, Giovanni, Alexandre, Manoel e demais constantes no processo que Carvalho analisou, nos permite visualizar que mesmo entre populares, a proximidade *étnica* fora um elemento importante no delineamento dos comportamentos, solidariedades e animosidades estabelecidas. Sobre o mesmo conflito, Vendrame também pontuou que

Mesmo que imigrantes e brasileiros residissem em uma mesma região colonial, aqueles procuraram manter uma diferenciação através da estigmatização exclusão do outro. De fato não havia condição de igualdade entre eles. A manutenção da fronteira entre indivíduos, para além da questão da cor, tinha eficiência porque os italianos haviam recebido privilégios que os “brasileiros” jamais contaram, como o acesso facilitado a terra. Por isso, ao reagirem com violência às atitudes ou às palavras dos “negros”, os imigrantes demonstravam que não aceitavam aqueles como iguais. Nos povoados coloniais, espaços onde todos eram submetidos à “supervisão dos olhares”, o “brasileiro” que tentasse se impor sofria severas punições, às vezes coletivas.⁹⁴

Carvalho (2005), que discorre sobre esse crime e outros mais, analisou os 275 processos-crime de Santa Maria entre os anos de 1885 e 1915, acessando nominalmente 307 réus dos quais 293 eram homens. Destes 293 homens 21% foi a porcentagem de imigrantes encontrados — em que 60% eram de origem italiana — e 76% dos réus brasileiros. Essas porcentagens demonstram que a Justiça poderia ter dificuldade em adentrar no universo imigrante que se estabeleceu na cidade, confluindo com o demonstrado por Vendrame (2013) ao discorrer sobre as práticas e noções próprias de justiça e resolução de conflitos empreendida por esse grupo em Santa Maria. No entanto, como pontua Carvalho, é flagrante também a preferência da Justiça a determinados sujeitos, e em específico, aos *brasileiros*. Mesmo não sendo possível que os imigrantes representados no processo tenham conhecimento desse levantamento, parece verossímil supor que manejavam essa e outras instituições a partir do que podiam observar da sociedade em que se estabeleceram e, como dito, articulando esses *saberes* da maneira que lhes pudesse beneficiar inclusive, e talvez principalmente, ante à Justiça.

⁹⁴ Ibid. p. 362.

Ainda referente à chegada de imigrantes na cidade, temos mencionado por João Belém a chegada, em 1903, de oitenta famílias judias de nacionalidade russa à Santa Maria, abrigadas na Colônia Philippon fundada pela *Jewish Colonisation Association*.⁹⁵

Além da vinda de um significativo número de imigrantes, outro acontecimento importante contribui para a compreensão do crescimento populacional da cidade de Santa Maria: a chegada da ferrovia, no ano de 1885, com a inauguração da linha que conectava Porto Alegre, Cachoeira e Santa Maria e posteriormente a outras cidades e estados, como São Paulo. Como mencionado por Maria Medianeira Padoin (2010), até a instalação da malha ferroviária o mular era o meio de transporte de mercadorias mais preponderante, e o trem se traduzia em um transporte mais rápido e de menor custo, integrando não só pessoas, mas também diversas regiões do estado e das demais províncias do Império⁹⁶.

No ano de 1898 a *Compagnie Auxiliare des Chemis de Fèr du Brèsil* assumiu a Rede Ferroviária Rio-Grandense, e a continuou administrando até 1920, trazendo consigo famílias belgas e francesas, construindo no ano de 1903 um conjunto de moradias para habitação dos seus funcionários⁹⁷, conhecido até os dias atuais como a Vila Belga.

Mas a ferrovia, além da mudança em termos de deslocamento de mercadorias entre diferentes estações na própria cidade, entre cidades, províncias ou países agitou também outros setores e atividades. Alimentos, animais e pessoas precisavam chegar até a Estrada de Ferro, assim como precisavam ser transportados dela para outras localidades e distritos dentro de Santa Maria, e essa demanda significou uma grande movimentação de cocheiros, choferes, boleiros e demais profissionais dedicados ao transporte urbano, como pontua Maria Inez Machado Borges Pinto (1994),

Na sua luta cotidiana pela sobrevivência, um grande número de trabalhadores pobres se dedicava a pequenas atividades autônomas, associadas ao setor de transporte, tais como: charreteiros, cocheiros, carroceiros, barqueiros e carregadores ambulantes de sacos, fardos variados, malas e mudanças. Esses profissionais independentes, em geral “gente pobre”, eram profundamente úteis. Exerciam funções fundamentais à vida cotidiana da cidade. Realizavam inúmeras pequenas incumbências ligadas à circulação dos alimentos, das mercadorias em geral e até ao transporte de pessoas de menores recursos, assegurando o funcionamento dos serviços, funções de suporte, essenciais à rotina urbana.

⁹⁵ BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930**. [s.l.]: Editora UFSM, 2013. p. 165.

⁹⁶ PADOIN, Maria Medianeira. A Viação Férrea e o desenvolvimento do comércio e da indústria em Santa Maria. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Orgs.). **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: [s.n.], 2010, p. 321–365.

⁹⁷ Ibid.

Executavam tarefas menores, dedicavam-se a ocupações de pouco ganho. [...] Estabelecendo-se como profissionais independentes, sujeitos à grande flutuação na demanda de seus serviços.⁹⁸

Como citado anteriormente, no trabalho de Ênio Grígio (2018) temos o exemplo de José Francisco do Nascimento que fazia parte deste ramo de transporte urbano enquanto carroceiro, já que ele e seu filho eram proprietários e condutores. O autor ainda demonstra, em uma série de comentários publicados no jornal “O Combatente” por Aurélio Pinto em 1901, como a população negra inserida nessa ocupação sofria ataques. Aurélio Pinto expressava o descontentamento com as maneiras de vestir destes profissionais, que andavam descalços, de tamancos e chinelas, utilizavam chapéus desabados, não iluminavam seus carros com lampiões à noite e que seus animais eram mancos ou rengos⁹⁹.

A resposta dos “boleiros e carroceiros” veio por meio do jornal “O Estado”, na edição de 27 de fevereiro de 1901. Em texto publicado “a pedido”, eles reclamaram das censuras e insinuações de Aurélio Pinto, afirmando que diante da “crise medonha” que ocorria, eram os “menos favorecidos de proteção”, que o rendimento que eles obtinham era “menos do que qualquer outra profissão” que “não há negro de pé rachado que ignore que os carros e carroças costumam andar diante dos bucéfalos e burros, assim pois também não costumam andar adianta da distinta sociedade que tanto respeitamos”. E, por fim, que eram uma “corporação de composta da maioria de homens analfabetos que devem ser desculpados por suas faltas, respectivamente ao sentido de tal referência que faz o sr. Aurélio Pinto”. A réplica veio na edição do dia 3 de março de 1901 (O Combatente) e desnuda a questão racial e social dos envolvidos. Aurélio Pinto escreveu sobre a publicação dos “carroceiros e boleiros” e que “nada, porém, atenuará o desleixo com que os etiópicos e mongólicos condutores de carros (alguns) tratam de seu mister”. E afirmou de forma irônica: “perderam o precioso tempo, o latim e o rico dinheirinho, tão choradinho, tão *boleadinho*”.¹⁰⁰

Concordamos com Grígio quando afirma que este caso não pode ser desvinculado do projeto modernista e da ideia de progresso pautadas no momento, em que percepções como as de Aurélio Pinto manifestam de maneira *bem clara* como a higienização dos espaços da cidade, principalmente aqueles de grande circulação e visibilidade, era fortemente aliada à negatização de sujeitos *não brancos*.

Outro dos efeitos diretos da Estrada de Ferro foi também o aumento e incremento de hotéis, pousadas, pensões e restaurantes para receber pessoas de maneira definitiva ou servirem enquanto local de descanso pelo tempo que em que mesmas permanecessem na cidade.

⁹⁸ PINTO, Maria Inez Borges. **Cotidiano e sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: Edusp, 1994. p. 110.

⁹⁹ GRIGIO, 2018. p. 218.

¹⁰⁰ Ibid.

Segundo Silvana Grunewaldt¹⁰¹ o crescimento populacional esteve também diretamente ligado à criação do 1º regimento da cavalaria da Brigada Militar no ano de 1892 e do 7º Regimento da Infantaria em 1908.

Para a autora, diferentemente de grandes centros como Rio de Janeiro, inexistia em Santa Maria um projeto civilizatório remodelador organizado. Apesar disso a cidade se inseriu a seu próprio modo — pelos acontecimentos que viemos abordando até então e alguns mais que veremos adiante — no contexto de modernização e das empreitadas pelo sanitarismo e pela higiene urbana que teve seu início em meados do século XIX.

Uma já consagrada historiografia demonstrou como estes grandes centros e capitais buscaram, por diferentes frentes públicas e privadas, vigiar, controlar, regulamentar e ordenar os cotidianos, os trabalhos, as maneiras de habitar, de sociabilizar e de constituir as mais diversas relações em seus espaços. Acompanhamos pelo trabalho de Sidney Chalhoub (2012) o controle social pelas perspectivas do cotidiano de trabalhadores pobres, seus conflitos, suas conformações afetivas, as alianças que construía e as maneiras pelas quais lidaram com o que o autor denominou de *nova ética do trabalho* no Rio de Janeiro de do século XIX. Por Chalhoub (2017) também fomos transportados ao contexto de dismantelamento das moradias coletivas populares, como os cortiços, através de violentas intervenções no espaço urbano, assim como os diálogos e medidas da administração carioca em nome da adequação aos preceitos sanitários, éticos e estéticos esperados da modernidade.

Outras produções, como as de Sandra Pesavento (1990, 2001) e de Paulo Roberto Staudt Moreira (2009) mostraram como a execução das ações modernistas e higienizadoras em Porto Alegre, delineadas através da Justiça, dos crimes, dos jornais, dos discursos e mobilizações da elite, assim como das práticas constituintes do cotidiano de homens e mulheres dos grupos subalternos.

Em Santa Maria, a primeira edição do Código de Posturas Municipais (CPM) data do ano de 1874, antes disso a administração utilizava a legislação da cidade de Cachoeira (município ao qual Santa Maria pertencia até sua emancipação em 1858). Nesse conjunto de determinações é patente a preocupação em adequar o espaço e as pessoas nele residente a um regulamento não apenas estético, mas ordenado, higiênico e ordeiro. São delimitadas então medidas de largura das ruas, do passeio público, das moradias, os transportes de animais,

¹⁰¹ GRUNEEALDT, 2010. p. 336

demarcando regras de circulação aqueles que utilizavam transportes movidos por tração animal. Uma das atenções iniciais do documento é estabelecer os limites da cidade, ação que segundo Raquel Rolnik “definia o âmbito de atuação das companhias provedoras de infraestrutura. As implicações imediatas: o que estava dentro era rapidamente valorizado; o que estava fora, automaticamente excluído”¹⁰².

Através do ato nº75 de março de 1898 o intendente municipal Francisco de Abreu Valle Machado “tendo examinado as emendas apresentadas ao projeto de lei sobre posturas municipais, aceitando umas e rejeitando outras, pelos motivos que externou, resolve decretar a seguinte Lei nº 12, de dezembro de 1897”¹⁰³. Destacamos alguns itens.

No capítulo “Moléstias Transmissíveis”¹⁰⁴ da segunda edição das Posturas Municipais, é proposto que os locais em que haja aglomeração (escolas, oficinas, fábricas, estabelecimentos agrícolas e comerciais), admitam somente neles pessoas vacinadas, sendo seu descumprimento sujeito à multa. Assim como previa visitas a domicílio de doentes acometidos por enfermidades transmissíveis, desinfecção destes espaços, e possibilidade de gratuidade destes serviços aos que fossem pobres.

No capítulo 7, denominado “Diversos meios de manter a segurança, tranquilidade e comodidade dos habitantes” temos três artigos consecutivos que achamos útil mencionar. No artigo nº 114¹⁰⁵ é estabelecido que toda pessoa despossuída de meios de subsistência e domicílio, ou ainda as que provessem seu sustento através de meios imorais ou ilícitos seriam multadas, presas ou ainda submetidas a quatro dias de trabalho nas ruas públicas ou povoação. Já no artigo 115 é dito que

Toda pessoa que não tiver domicílio próprio ou alugado, e não poder justificar de que meios lícitos dispõem para prover a sua subsistência, será compelida ao trabalho, prestando-se como criado ou criada, pena de 10\$000 de multa e prisão correccional.”¹⁰⁶

¹⁰² ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. [s.l.]: Studio Nobel, 1997. p. 148.

¹⁰³ Coletânea da Legislação Municipal de Santa Maria, Volume II (1892-1910). Of. Gráfica do Globo – Porto Alegre. Localizada no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. p. 92.

¹⁰⁴ Ibid. p. 111-112.

¹⁰⁵ Ibid. p. 107.

¹⁰⁶ Ibid. p. 108.

Esse artigo, ainda, conta com um parágrafo único que nos informa haver “na Intendência um livro próprio para a matrícula dos que exercem a profissão de criados”. No artigo seguinte de número 116, temos

“Toda pessoa que tiver em sua casa, criado a seu serviço é obrigado a dá-lo a matrícula, bem como a fazer declaração imediata à Intendência, do dia em que deixar o serviço, acompanhando uma declaração do motivo da escusa e nota de conduta. Pena de 10\$000 e multa.”

É possível perceber como a municipalidade santa-mariense construiu uma legislação bastante alinhada ao contexto nacional. A compulsão ao trabalho e a punição à vadiagem, a preocupação com a higiene nos espaços de trabalho e as angústias com a transmissibilidade de moléstias, assim como observada por historiadoras e historiadores em diversas localidades do país, manifestaram-se também em Santa Maria.

Em janeiro de 1913, a lei de nº 33 estabeleceu outra reforma das Posturas Municipais¹⁰⁷, onde inúmeros artigos são reiterados e alguns são adicionados. A proibição da lavagem de roupa em ruas e praças ou em lugares não designados pela Intendências, a reunião de pessoas em frente as casas estão também presentes. No título III “Das edificações de prédios” temos o artigo 6º “As condições essenciais a que estão sujeitas edificações serão:” onde no item 26 estabelece-se que prédios de habitações coletivas (hotéis, casas de pensão etc.) e os destinados a reuniões (teatros, sala de baile etc.) deverão “satisfazer as condições de higiene, segurança e estética, a juízo da Intendência”¹⁰⁸. E no capítulo II, “Das construções de madeira”, estabeleceu-se que:

Art. 24 — A partir da data da promulgação deste Código, não se admitirá a construção de prédios de madeira, seja para que fim for, nos seguintes pontos da cidade: Avenida Rio Branco, rua do Acampamento, Floriano Peixoto até Ipiranga, André Marques e trechos de ruas compreendidas entre elas; ruas Niederauer, Comércio, Venâncio Aires, Andradas, Silva Jardim até André Marques e trechos compreendidos entre elas; José Bonifácio; 1º de Março, entre Riachuelo e Ipiranga; Avenida Ipiranga até Conde de Porto Alegre e trechos compreendidos entre elas.

§ 1.º — As edificações de madeira atualmente existentes nem aumentadas, sob penas de demolição da reforma, ou do aumento feito.

§ 2.º — As que ficarem em ruínas, ou em más condições de estabilidade, serão declaradas interditadas, depois de prévio exame por parte da Intendência e, nesse caso, não poderão ser habitadas.

Art. 26 — Não se admite a construção de grandes barracões para moradias de diversas famílias, nem as chamadas estalagens.

¹⁰⁷ Coletânea da Legislação Municipal de Santa Maria, Volume III (1910-1913). Of. Gráfica do Globo – Porto Alegre. Localizada no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

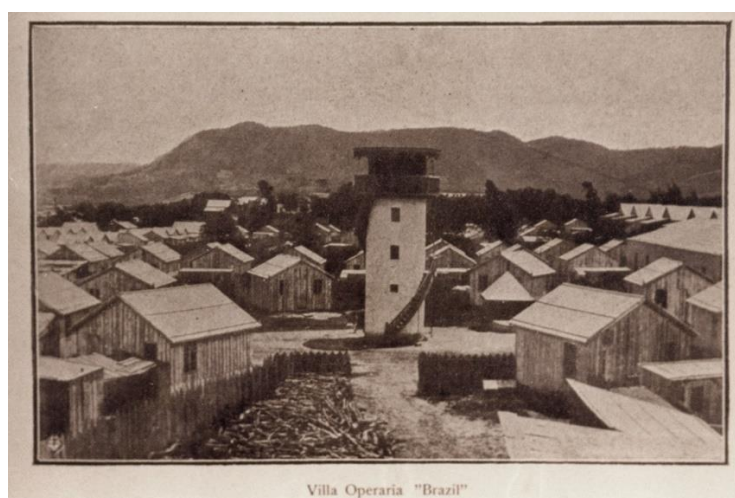
¹⁰⁸ Ibid. p. 237.

Art. 27 — Para outros quaisquer fins os barracões toscos não serão tolerados seja qual for o protesto de que se lance mão para obtenção da licença, senão nos lugares em que ainda não houver habitações.¹⁰⁹

E, por último, no título IV “Dos acréscimos, modificações, consertos, obras de conservação e demolição” consta no artigo 35 que não serão permitidos consertos nem mesmo quaisquer reparos que não sejam pinturas ou caições nos cortiços existentes dentro da zona urbana.”¹¹⁰ e em seu parágrafo único que “Uma vez que se verifique que tais habitações precisem de consertos serão seus proprietários intimados a, dentro de um prazo razoável, fazê-los desocupar e demoli-los em seguida.”¹¹¹

É importante perceber como a gestão pública passou a minar de interdições áreas onde a população pobre poderia residir ou já residia, uma vez que residências de alvenaria não são referenciadas nas produções enquanto um tipo de moradia típica popular do período observado (e ainda hoje não são a realidade para grande parte da população pobre). O que temos são referências a casebres, sobrados e chalés de madeira como os encontrados na Vila Brasil, bairro operário que abrigava um substancial número de famílias negras.

Imagem 1 – Vila Operária Brasil



Fonte: MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997.¹¹²

A imagem acima consta no *Álbum de Santa Maria*, editado em 1914 e é acessada na edição de 1997 do livro *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*, seguida da seguinte descrição:

¹⁰⁹ Ibid. p. 241-242.

¹¹⁰ Ibid. p. 245.

¹¹¹ Ibid. p. 245.

¹¹² Essa imagem que compõem o livro foi conseguida em alta definição por Franciele Rocha de Oliveira através do contato com Valter Noal Filho (um dos organizadores do livro) e nos cedida para inclusão neste trabalho.

A foto mostra a Vila Operária Brasil, loteamento localizado no quarteirão delimitado pelas ruas Venâncio Aires, Andradas, Barão do Triunfo e Visconde de Pelotas. O projeto original — que, na época, poderia ser taxado de faraônico — previa a construção de 180 moradias, ruas calçadas e arborizadas, um mercado, uma praça e um grande reservatório de água. Do total de moradias projetadas, foram construídos 50 chalés de madeira e parte deles, mais tarde, integrou o Beco do Sabão, hoje desaparecido.¹¹³

Se considerarmos que a imagem presente no referido álbum editado em 1914 não fora tirada muito antes de sua publicação, ou seja, a partir de janeiro de 1913 quando passaram a vigor as novas Posturas Municipais, os chalés de madeira pertencentes à Vila Brasil, e qualquer habitação popular localizadas entre as ruas previstas no artigo 24, que porventura precisassem ser expandidos ou sofressem avarias do tempo necessitando de reformas, seriam demolidos pelo poder municipal. As ruas contempladas neste artigo, de maneira nem um pouco ingênua, cobrem uma parcela significativa da região central do município, trechos altamente visados pelas elites desde antes de Santa Maria ser emancipada. Relembrando ações seletivas quanto aos requerimentos de aforamentos feitos pela população pobre e negra local, não é difícil supor que o legislativo santa-mariense intuía afastar tanto quanto possível os vestígios das classes subalternas destas regiões, empurrando-os, como mencionou Grígio (2018), para localidades mais afastadas e menos procuradas.

No subcapítulo a seguir continuaremos a discorrer sobre o período referente a nosso recorte de pesquisa, no entanto, abordaremos de maneira mais pontual as movimentações empreendidas pela municipalidade no tocante à saúde pública, a construção do Hospital de Caridade de Santa Maria, ao contexto do ano de 1918 (ano final da pesquisa) e os entendimentos e discussões sobre a pobreza.

1.3 “NÃO RESGUARDAVA OS POBRES DE MORREREM A MÍNGUA DOS RECURSOS MAIS ELEMENTARES”: A POBREZA E O HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTA MARIA

A frase utilizada para intitular essa sessão do trabalho faz parte do relatório redigido pelo diretor do Hospital de Caridade de Santa Maria à época de sua inauguração, e refere-se à situação em que se encontrava a população pobre no tocante ao acesso à saúde em finais do século XIX e início do século XX. Para que possamos apreender o contexto em que o

¹¹³ MARCHIORI José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter (Orgs.) **Santa Maria**: relatos e impressões de viagem. Santa Maria: Editora UFSM, 1997, p. 161.

HCSM toma para si a função de assistir esses homens e mulheres, é preciso percorrermos um pouco da trajetória da assistência à pobreza na cidade.

Daiane Rossi (2015) elencou três momentos da história santa-mariense, ou seja, três importantes ações para se entender a saúde pública no município durante a metade do século XIX: a transferência do cemitério da Matriz do centro da cidade, a elaboração do Código de Posturas Municipais e a institucionalização da medicina. Como acabamos de discorrer sobre as Posturas Municipais, focaremos então, e de maneira breve, na transferência do cemitério da Matriz do centro urbano.

As movimentações que antecederam e possibilitaram essa transferência foram estudadas de maneira mais detalhada por Ana Paula Marquesini Flores (2006). Segundo a autora os problemas concernentes aos cemitérios urbanos já compunham as inquietações relativas à organização da cidade e a conservação da saúde pública desde o século XIX, onde as epidemias de cólera e febre amarela que assolaram a população brasileira na metade deste século acabaram por as intensificar.

O cemitério da Matriz, segundo Flores, era considerado precário para o atendimento mortuário, principalmente ante às percepções da época de que “a decomposição dos cadáveres produzira gases, os *miasmas*, demasiadamente prejudiciais aos vivos”¹¹⁴. Nesse sentido, o afastamento do cemitério do cotidiano das pessoas teria resultado em visitas mais esporádicas, envolvendo questões de transporte e, portando, demandando uma programação, pois tomariam maior tempo destas pessoas.

A terceira ação que se refere à institucionalização da medicina na cidade é fruto de inúmeras articulações empreendidas por Pantaleão José Pinto (1841-1906) para a construção e mobilização de uma rede de médicos a ele conectados, fosse por proximidades profissionais como por relações familiares¹¹⁵. Entendemos melhor a institucionalização da medicina quando nos voltamos ao contexto do século XIX até meados do século XX onde a medicina era apenas uma das práticas administrativas da saúde e da doença, que concorria de maneira horizontal — e em posição até menos favorecida — com uma série de práticos, curandeiros e feiticeiros, entre eles as parteiras. Como observado por Witter (2001) a existência de médicos diplomados em Santa Maria nos Oitocentos era muitíssimo exígua, o que coloca em

¹¹⁴ FLORES, Ana Paula Marquesini. **Descanse em paz**: testamentos e cemitério extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900. Dissertação (Mestrado), PUCRS/FFCH, Porto Alegre, 2006. p. 78.

¹¹⁵ ROSSI, Daiane Silveira. 2015.

perspectiva a dificuldade da população em acessar os serviços destes profissionais no período, onde

A Medicina levou praticamente todo o século XX para conquistas terapêuticas menos dolorosas e agressivas — e ainda hoje há uma enorme dose de violência no tratamento hospitalar. As práticas populares, ao contrário, apresentavam-se geralmente indolores e ofereciam certo alívio e reconforto psicológico. Se nenhuma das alternativas “curasse”, pelo menos as “espirituais” eram menos capazes de causar medo, dor e desconforto.¹¹⁶

Além da multiplicidade de práticos e da ainda incipiente presença médica especializada, se recorria à filantropia, que entre os séculos XIX e XX, agiu de maneira complementar a do Estado, que só atuava “em casos de grandes calamidades como as epidemias”¹¹⁷.

Nesse cenário, em diversos países as Santas Casas de Misericórdia assumiram um papel quase exclusivo no socorro aos necessitados¹¹⁸, instituições típicas do período colonial que atuavam através do recolhimento daqueles considerados *alienados*, de crianças *abandonadas*, doentes, pessoas que não tinham para onde ir, realizando também enterros gratuitos¹¹⁹, a exemplo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, fundada em 1803.

Em Santa Maria, a Abolição, a ferrovia, a imigração e demais ações modernizadoras que levaram ao *boom* populacional da cidade também trouxeram, cada vez mais à ordem do dia uma questão sobre a qual as demais províncias brasileiras estavam se desdobrando para lidar: a pobreza. Além da associação cada vez mais incisiva das classes subalternas às classes perigosas, à degeneração, vadiagem, imoralidade, as crises sanitárias e epidemias tornavam mais evidente para as administrações públicas que essa parcela da população também representava em seus costumes e formas de viver no ambiente urbano, riscos à higiene. Onde

As iniciáticas voltadas para a prevenção da pobreza eram fragmentadas e não havia no país uma organização que fosse capaz de centralizar e padronizar as ações direcionadas a esse público. Dessa forma, os pobres estavam relegados a iniciativas coletivas ou pontuais, como distribuição de esmolas, alimentos e vestuários. Ou seja, práticas caritativas que remontam ao medievo.¹²⁰

¹¹⁶ WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense - 1889-1928**. Santa Maria: Editora da UFSM, 1999. p. 217.

¹¹⁷ ROSSI, Daiane Silveira. Assistência pública no Rio Grande do Sul da Primeira República. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, v. 17, n. 30, 2020 pp. 289–309. p. 290.

¹¹⁸ SANGLARD, Gisele. Pobreza e assistência na escrita da história. In: KORNDÖRFER, Ana Paula; BRUM, Cristiano Henrique de; ROSSI, Daiane Silveira; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; e QUEVEDO, Éverton dos Reis (Orgs.) **História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

¹¹⁹ WEBER, 1999. p. 135.

¹²⁰ ROSSI, 2020. p. 295.

A formação de uma instituição para assistir à população pobre santa-mariense foi pensada já no quartel final do século XIX, e a fundação do Hospital de Caridade deveu-se, segundo Rossi (2018), às relações familiares entre os médicos locais Nicolau Becker Pinto e Astrogildo de Azevedo, as do primeiro referentes à sua presença no Serviço de Assistência Pública de Porto Alegre¹²¹, assim como as relações de ambos com o Partido Republicano Rio-Grandense, com a gestão municipal, com a administração da ferrovia e com os demais membros da elites locais determinaram a inauguração da instituição em 1903. Até esta data, segundo Astrogildo de Azevedo, a situação em que se encontrava a cidade era a seguinte:

O Conselho Municipal votava anualmente uma verba para **socorrer os doentes pobres**, mas este auxílio, que mal cobria as despesas com medicamentos fornecidos a indigentes, deixava de produzir praticamente os resultados esperados. Em casos de ferimentos e acidentes na via pública as **vítimas eram pensadas e operadas nos fundos das farmácias** como as condições o permitiam e em seguida abandonadas a seus próprios recursos. Muitos destes infelizes, gravemente combalidos, em falta de abrigo confiável, esperavam a morte em cima de tarimbas nos xadrezes da **cadeia civil**.

A **cirurgia tornara-se impraticável nas habitações das classes menos favorecidas** e, mesmo nos casos médicos, o frasco de remédio fornecido pela Intendência **não resguardava os pobres de morrerem à mingua dos recursos mais elementares**.

Por outro lado, os médicos desanimados pela certeza do insucesso de qualquer esforço, **reduziam ao estritamente indispensável os seus socorros à pobreza**. No entanto a cidade desenvolvia-se, novas estradas de ferro redobravam o movimento de viajantes e domiciliavam aqui uma população operaria considerável.¹²²

Astrogildo de Azevedo, que era diretor do HCSM à época, nos fornece informações sobre o público atendido pela instituição no mesmo relatório citado acima e publicado por partes no Jornal “O Estado” em sucessivas edições durante o ano de 1904:

Os soldados perdem, em benefício do Hospital a etapa que importa em 800 réis diários.

Para os doentes da Estrada estabelecemos a diária de 3\$000. Os particulares pagam por dia a quantia que se convencionar, variável conforme as posses da pessoa e as regalias de que deseja gozar. Temos recebido doentes por 2\$, 3\$ e 5\$000 diários.

São recolhidos e tratados gratuitamente os soldados da Guarda Municipal, os presos e outras quaisquer pessoas remetidas pela Intendência e os pobres sem distinção.

Temos procurado com todo o empenho evitar que entrem para nossas enfermarias **cegos, idiotas e em geral pessoas atacadas de enfermidades incuráveis**, que ocupariam por longos anos um lugar utilizável para outros mais capazes de aproveitá-lo.

A não ser assim o Hospital estaria no fim de pouco tempo transformado em **asilo de inválidos**.

¹²¹ Ibid. p. 303.

¹²² O ESTADO, 20 de abril de 1904, Ano VII, edição número 32. Notícia adaptada ao português atual. Grifos nossos.

No entanto nem sempre é possível deixar de abrir uma ou outra exceção a essa regra.

Sistematicamente recusamos a admissão de alienados, não só porque faltam-nos instalações e pessoal próprios para acomodá-los, como porque podem vir a tornar-se prejudiciais e até perigosos para os doentes. Seguidamente nos chegam doentes de outros municípios, alguns deles bem distantes e que nada concorrem para a manutenção da casa. É este um abuso contra o qual vamos lutando sem conseguir ainda cortá-lo de todo.¹²³

Na imagem abaixo podemos visualizar a instituição no período analisado:

Imagem 2 – Hospital de Caridade de Santa Maria



Dois pavilhões do Hospital de Caridade

Fonte: Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria, 1914. Sem paginação.

O atendimento pelo HCSM à população pobre, segundo Azevedo, seria feito *sem qualquer distinção*, mas os estudos de Weber (1999) e Rossi (2018) demonstram de maneira muito objetiva como as instituições de assistência como a SCMPA e o HCSM estabeleceram critérios definidores daqueles e daquelas merecedores de seus serviços. Para isso vamos refletir um pouco sobre o conceito de pobre, pobreza, setores populares ou denominados como subalternos e as possíveis gradações internas entre aqueles considerados pobres.

Na historiografia esses sujeitos não foram pensados de maneira unívoca por pesquisadores e pesquisadoras, e a compreensão dessa parcela da população exige centralizá-

¹²³ O ESTADO, 20 de Abril de 1904, Ano VII, edição número 32. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Notícia adaptada ao português atual. Grifos nossos.

la em diferentes épocas. Para Maria Paula Parolo (2001), populares consistiriam em um variado universo populacional que se caracteriza por estarem distantes dos privilégios e do exercício do poder, eram pessoas que não desfrutavam de posições dominantes nas esferas sociais, políticas e econômicas, sendo setores alheios aos prestígios, cujos trabalhos estavam entrelaçados a relações de dependência e sobre quem recaíam ações normativas e disciplinadoras. Entre eles destacava-se uma alta porcentagem de *pessoas de cor* — *mulatos, negros, índios e mestiços*. São grupos que partilhavam, portanto, o status de excluídos e subalternos, mas que ainda assim eram heterogêneos e experienciavam de modos próprios seus cotidianos. A autora distingue também aqueles que denomina de *pobres de condição/pobres estruturais* — incapazes de ganhar a vida por motivações relacionadas à idade, padrões de comportamento decorrentes de estratégias familiares de sobrevivência, entre eles inclusos idosos, viúvas e *inválidos* — dos *pobres conjunturais/de posição* — ligados às flutuações dos ciclos laborais, das desvalorizações de ocupações e aos tempos de manifestação de crises econômicas. Os fatores que determinariam a pauperização destes últimos também estariam correlacionados aos ciclos demográficos — como assimetrias internas entre membros familiares ativos e passivos —, às crises de subsistência e subconsumo — manifestadas nas elevações de preços de itens básicos e no subemprego —, e por último também a fatores aleatórios — enfermidades ou falecimentos de membros ativos da família¹²⁴.

Sandra Pesavento (1994) dirigindo-se à Porto Alegre do século XIX, interpreta os subalternos como aqueles e aquelas economicamente pobres, sem meios de subsistência, para os quais a moradia era um problema, que desempenhavam tarefas menos qualificadas, podendo ou não compor o mercado formal de trabalho. Pessoas que em momentos são empregados de alguém que lhe provê o sustento por uma tarefa sistematicamente controlada e em outros momentos são *avulsos, free-lancers*, existindo de expedientes e biscates. Em termos políticos a autora os define como *cidadão de segunda ordem*, a quem as autoridades pouco ouviam e consideravam suspeitos.

Já Silvia Arend (2001), olhando o mesmo contexto que Pesavento, pensa essa parcela da população a partir do compartilhamento da experiência da pobreza, partindo do conceito

¹²⁴ PAROLO, María Paula, Ocupaciones y oficios. Los sectores populares en la ciudad de Tucuman, 1880-1870, 5º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo, 2001.

de classe thompsoniano. Claudia Fonseca (2001) coloca a propriedade e ser proprietário como elemento determinante na significação da pobreza.

José Roberto do Amaral Lapa (2008) em seu esforço em compor uma História da Pobreza na cidade de Campinas identifica os *remediados*, os *miseráveis* e os *pobres*, pensando

uma linha — *linha da pobreza* — que separa essa população, como há ainda uma outra gradação dentro desse estado de privação que permite distinguir uma outra linha — *linha da miséria* —, o que significa dizer que é possível distinguir, dentro do universo da pobreza, o pobre do *miserável*.¹²⁵

Para o autor seriam definidoras destas distinções a garantia da sobrevivência ou não, bem como a possibilidade de mobilizações de relação de agregação, compadrio, clientelismo e parentela.

Ainda temos as contribuições de Daiane Rossi (através de sua tese de 2019, e do artigo publicado em 2020) partindo de requisições de isenção do pagamento do imposto referente à décima urbana e dos atendimentos realizados pelo HCSM presentes no seu Livro de Registros de Entrada de Pacientes, discorre:

Entre os miseráveis, aqueles que não possuíam capital relacional suficiente para sua sobrevivência e necessitavam de redes de solidariedade secundária, ou seja, de auxílio institucional, identificamos aqueles indivíduos que vagavam pelas ruas da cidade, os andarilhos, que recorriam ao ambulatório do hospital e nem sequer tinham condições mínimas para serem hospitalizados, mesmo que fossem como pobres. Os pobres hospitalizados consistiam, sobretudo, em homens nacionais, jornaleros ou trabalhadores, entre os 16 e 40 anos, que buscavam socorro, principalmente quando diagnosticados com doenças infecto parasitárias, em especial a tuberculose, a sífilis e a gripe. Ainda entre os pobres, haviam aqueles que estavam nessa situação de temporalidade, sendo os casos que solicitavam isenção de impostos da Intendência Municipal. No primeiro caso, tratava-se em especial dos atendidos pelo Clube Beneficente de Senhoras, que atuava tanto na distribuição de esmolas no período do inverno, quando na intersecção com a ferrovia para conseguir passagens gratuitas a pobres que necessitavam ir até o hospital, por exemplo, em busca de tratamento médico. Consideramos os indivíduos que recebiam esse tipo de auxílio como pobres e não como miseráveis porque tanto as esmolas, quanto as passagens, eram dadas aqueles que ao clube recorressem, ou sejam que sabiam onde recorrer, e que não necessariamente dependiam daquilo para sua sobrevivência. Já o segundo caso, o que chamamos “[...] pobres da Intendência”, foram aqueles que em momentos específicos necessitaram de auxílio institucional como por exemplo em 1905, quando uma praga de gafanhotos arrasou com as plantações no interior de Santa Maria e os moradores remeteram à municipalidade pedidos de isenção de impostos daquele ano por se considerarem “em situação de pobreza”¹²⁶

¹²⁵ LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos:** contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). São Paulo: Editora Unicamp, 2008. p. 29.

¹²⁶ ROSSI, 2020. p. 305-306.

A autora, não só por debruçar-se sobre o mesmo período aqui estudado, mas também utilizar os registros hospitalares por nós consultados, propõem uma interpretação contundente e que converge em inúmeros pontos às interpretações dos autores e autoras anteriormente mencionados.

Dessa maneira sabemos, então, que as definições destes *pobres sem qualquer distinção* são circunscritas por parâmetros bem definidos que não só determinavam quem merecia a atenção do HCSM, como a quem à assistência prestada pela instituição não se dirigia.

O recorte analisado por Rossi para reconstituir os passos da interiorização da assistência à saúde em Santa Maria encerra-se no ano de 1913, quando a instituição completou sua primeira década de atuação. O nosso, no entanto, avança até o ano de 1918, e nestes cinco anos somam-se também diferentes acontecimentos à nível internacional que impactam a saúde e seu funcionamento no Brasil e no HCSM.

Temos, portanto, a ocorrência da I Guerra Mundial, conflito iniciado na década de 1910, à qual Gilberto Hochman (1998) credita uma intensificação nos debates sobre saúde e saneamento, e expressa-se como marco no que se refere à mortalidade civil e de tropas, seja em batalhas ou pelas condições sanitárias em seus campos¹²⁷. Para a realidade de Santa Maria, Carvalho (2005) observou que o conflito coincidiu com o ápice do crescimento populacional, e que dele se seguiu uma estagnação do então movimento ascendente que os números de habitantes vinham tomando, isso explica-se pelo conflito impactar no fluxo de chegada de pessoas à cidade decorrentes, entre outros fatores, dos problemas de imigração, importações e exportações manifestados nesse período.

Além disso, no ano de 1918 em que a I Guerra Mundial cessou, a epidemia de Gripe Espanhola dizimou 30 milhões de vidas em todo mundo¹²⁸. Daiane Rossi (2015b), observando os três últimos meses de 1918 no LREPHCSM, quando data o pico da epidemia, constatou a porcentagem de óbitos de 16,9% dos acometidos pela doença, atingindo indivíduos dispostos em diferentes lugares do espectro social¹²⁹. Neste ano a instituição teria

¹²⁷ HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1998. p. 62-63.

¹²⁸ Ibid. p. 63.

¹²⁹ ROSSI, D. S.. Um olhar sobre a Espanhola: possibilidades de pesquisa no Hospital de Caridade de Santa Maria/RS. In: **3ª Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**, 2015, Rio de Janeiro. Anais Eletrônicos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. v. 1. p. 1-8. p. 3 e 6.

adquirido um caráter diferente daquele que vinha manifestando até então em decorrência do contexto epidêmico e, portanto, demarca o encerramento das nossas análises.

No transcorrer do próximo capítulo contribuições para o entendimento do papel do HCSM na vida de homens e mulheres pobres somam-se às que aqui foram construídas e referenciadas, assim como poderemos visualizar, de maneira mais aproximada, os delineamentos da pobreza através dos recortes de *sexo* e *cor* lançando uma luz, mesmo que parcialmente, para a apreensão dos cotidianos das mulheres pobres em Santa Maria.

2 PENSANDO MULHERES POBRES ATRAVÉS DE FONTES HOSPITALARES

No capítulo anterior foram contempladas questões referentes aos cenários nacional, estadual e de Santa Maria, elucidando um pouco o espaço social estudado e suas transformações, seja na geografia urbana como das atividades nela desenvolvidas e das pessoas que por ela circulavam. Somaram-se também digressões acerca dos entendimentos da pobreza e as movimentações em torno da criação do Hospital de Caridade e da instituição até 1918.

Amparados por estas discussões anteriores, nesta etapa traçaremos, pelo prisma do micro-cosmo do Hospital de Caridade, um perfil social das mulheres pobres de Santa Maria sob um olhar interseccional possibilitado pela principal fonte desse capítulo — o Livro de Registro de Entrada de Pacientes do HCSM, nº 1 e 2¹³⁰. Para tanto, a elucidação dos critérios de seleção e análise dos dados será feita inicialmente. Após, será traçado um perfil social das mulheres pobres do ambiente urbano de Santa Maria, tomando como ponto de partida a articulação de três categorias informadas nos registros hospitalares: *classificação*, *sexo* e *cor*. De modo diluído, evidenciaremos o uso da documentação enquanto ferramenta de estudo histórico sobre interseccionalidade e cidade, focalizando em específico no seu potencial para visualização do grupo que é nosso foco principal: mulheres pobres.

Este capítulo está dividido em quatro subcapítulos: o primeiro dedicado a pensar o *sexo*, a *classificação*, nacionalidades, residências e idades dos homens e mulheres, o segundo acerca dos estados civis e das profissões, o terceiro referente às enfermidades e condições de alta e, por último, as considerações finais deste capítulo. Deste modo, conseguiremos atingir uma complexificação maior da caracterização destas mulheres pelo cruzamento com outros dados também presentes na fonte, tais como estados civis, idades, profissões, atendendo assim às especificidades constituintes destes sujeitos.

As perguntas para as quais tentaremos gerar respostas até o final desta parte são: Que caracterizações sociais são possíveis observar e como enriquecem a definição de mulheres pobres nos contextos em que se inserem? O que estas têm a dizer acerca das categorias gênero, raça e classe? A nível do cotidiano urbano, o que pode ser observado? Quais

¹³⁰ Arquivo do Hospital de Caridade de Santa Maria.

contribuições para o entendimento da cidade de Santa Maria no pós-abolição advém de fontes médicas como registros hospitalares?

Há algumas décadas fontes relacionadas à justiça e à imprensa foram largamente utilizadas para acessar informações acerca das histórias, cotidianos e agências de sujeitos populares. Outras documentações, tais como cartas e inventários *post mortem* — amplamente acessíveis para camadas sociais com maior poder aquisitivo — são mais escassas quando tratamos daqueles e daquelas cujas trajetórias de vida foram traçadas em condições de vulnerabilidade econômica e social. A aparente dificuldade em encontrar *novas* documentações para o estudo de atores sociais inseridos no que costumeiramente se denominaram grupos subalternos/populares têm exigido de historiadores e historiadoras o ato de garimpar, redescobrir e olhar de forma mais atenta os registros do passado, procurando e desvendando em diferentes fontes as *vozes* que, por muito tempo, foram seletivamente apartadas das narrativas.

Os registros hospitalares, fonte destaque deste capítulo, têm aparecido em um número cada vez mais crescente de trabalhos desenvolvidos por historiadores e historiadoras. Estes contribuíram e vem contribuindo enormemente para o aumento do escopo das documentações capazes de desnudar e complexificar o entendimento dos grupos populares. Partindo do Livro de Matrícula de Enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (LMESCOMPA) como as realizadas por Daniel Oliveira¹³¹ e Priscila Almaleh¹³², que pensaram os perfis, trajetórias de vida, condições de morte da população pobre feminina de Porto Alegre. Os trabalhos de Giane Flores¹³³ que se propôs a refletir sobre questões de *cor*

¹³¹ OLIVEIRA, Daniel. **Morte e vida feminina: mulheres pobres, condições de saúde e medicina da mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1900)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História., Porto Alegre, 2012; OLIVEIRA, Daniel. **“Os facultativos são obrigados a declarar [...] cor, [...] moléstia”:** mortalidade, atuação médica e pensamento racial em Porto Alegre, na segunda metade do Século XIX, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História., Porto Alegre, 2018.

¹³² ALMALEH, Priscilla. **Pobres mulheres ou mulheres pobres? Uma análise da condição de vida feminina no século XIX (1889-1895) a partir da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre**. Monografia (Graduação em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. e ALMALEH, Priscilla. **Ser mulher: cotidianos, representações e interseccionalidades da mulher popular (Porto Alegre 1889 – 1900)**. Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

¹³³ FLORES, Giane Caroline, **Sob a farda da polícia: controle social, trabalho, cor e prestígio (Porto Alegre, fins do século XIX)**, Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

e prestígio entre homens negros que compuseram as forças policiais na capital do estado, se constituem, de igual maneira, enquanto importantes referências e inspirações metodológicas.

Neste capítulo, a documentação utilizada consiste no Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria (LREPHCSM), cabendo aqui pontuar que ele difere um pouco dos registros produzidos pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (SCMPA) quanto aos dados que nos oferece — na SCMPA são apresentados mais detalhadamente, por exemplo, os endereços das e dos enfermos que por lá passaram, contando também com um livro de porta e um de atendimentos resultantes em hospitalizações. Os registros do Hospital de Caridade já foram utilizados para observar os cenários da pobreza e seus atores, como Daiane Rossi (2019) que reconstruiu os passos da assistência à população pobre em Santa Maria, as instituições e sujeitos mobilizados pela questão da pobreza assim como suas definições e é, do diálogo com ela, que o contato com esta fonte foi possível lá no ano de 2015, resultando também em uma série de monografias de conclusão de curso, como a da autora que vos fala¹³⁴, a de Izadora da Silva Dorneles (2017) a de Felipe Farret Brunhauser (2018) e de Angélica Cicconet (2020).

Os LREPHCSM que utilizamos são os volumes de número 1 e 2, e condizem com o recorte da presente pesquisa ao abarcarem os quinze primeiros anos do HCSM, ou seja, da inauguração da instituição em setembro de 1903 até dezembro de 1918. Todos os dados encontrados nesta documentação foram transcritos em um banco de dados nominal elaborado por Daiane Silveira Rossi no programa Excel e, assim, abastecido em conjunto com a mesma e demais pesquisadores. Estas transcrições resultaram em 8.235 registros. Como as categorias elencadas para nortear nossas análises são *sexo*, *cor* e *classificação*, foram excluídos os 41 registros referentes às entradas cujo sexo do enfermo ou enferma era ausente ou ilegível, acarretando assim em um total, inclusas as repetições, de 8.194 registros dos quais 5.865 são de homens e 2.329 de mulheres.

Dito isto, a coluna *classificação*, ou seja, a maneira pela qual os e as enfermas deram entrada no HCSM nos informa que, do total de 4.576 registros de pessoas pobres que não tinham condições de arcar com o tratamento oferecido pelo/no hospital, 2.763 são de homens e 1.813 são mulheres. Além da classificação *pobre* aparecem, no período estudado além as seguintes: Agente Municipal, Brigada Militar, Charqueada/Charqueador, Classe I, Classe II,

¹³⁴ SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Na saúde e na doença:** perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903-1913). Monografia (Graduação em História), Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2017.

Colônia Philippson, Estrada de Ferro São Pedro, Estrada de F.P.A.U., Estrada de Ferro, Exército, Guarda Administrativa, Guarda Municipal, Militar, Particular, Particular I, Particular II, Pensionista I, Pensionista II, Pinhal, Santa Maria, Serviço Doméstico, V.F.R.G.S. e V.F.R.G.S. adicionados às especificações Carvoeiro, Construção, Foguista, Guarda Freio, Maquinista, Oficina, Ponte Santa Maria e Santa Maria.

Nesta pesquisa por trabalhar apenas com a *classificação* pobre, retiradas assim todas as demais existentes e justificamos suas exclusões pois, como pontuado na tese de Daiane Rossi (2019) e demonstrado no capítulo anterior, a pobreza não é unívoca. Se aglutinásemos as outras *classificações*, considerando-as também como pobres, incorreríamos no erro de soterrar suas especificidades ou, também, de nos distanciarmos do objetivo da dissertação no seu todo. Cabe dizer que não é possível afirmar que homens e mulheres que acessam o HCSM por outros meios além da gratuidade não eram, de fato, também pobres, e isso por si só lançaria um problema de pesquisa para o qual não teríamos nem fôlego, nem intenção de responder neste momento.

Como forma de auxiliar as e os leitores, apresentamos na imagem 1 e 2 referentes à primeira página do livro nº 1 do LREPHCSM, a nossa fonte. Nela é possível observar, na ordem que aparecem, as seguintes colunas de dados (da esquerda para a direita): ano e dia da hospitalização, nome, sexo, idade, cor, estado civil, profissão, nacionalidade, residência, diagnóstico, médico encarregado do atendimento, classificação (a maneira pelas quais estas pessoas davam entrada na instituição), situação da alta, da transferência, do enterro, dias de hospitalização e, por fim, observações sobre os casos.

Imagem 3 – Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria

Entradas		Nomes		Idade	Sexo	Estado	Profissão	Residência	Diagnóstico	Tratamento
1903	Outubro	1	Augusto Augusto de Brito	43	masculino	casado	alcofite	dest. Catol. Militar	Santa Maria	1
		2	Francisco Ribeiro	40	masculino	casado				2
		3	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				3
		4	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				4
		5	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				5
		6	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				6
		7	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				7
		8	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				8
		9	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				9
		10	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				10
		11	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				11
		12	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				12
		13	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				13
		14	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				14
		15	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				15
		16	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				16
		17	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				17
		18	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				18
		19	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				19
		20	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				20

Fonte: Arquivo do Hospital de Caridade de Santa Maria, livro nº 1, página 1.

Imagem 4 – Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade (continuação)

Entradas		Nomes		Idade	Sexo	Estado	Profissão	Residência	Diagnóstico	Tratamento
1903	Outubro	1	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				1
		2	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				2
		3	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				3
		4	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				4
		5	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				5
		6	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				6
		7	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				7
		8	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				8
		9	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				9
		10	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				10
		11	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				11
		12	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				12
		13	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				13
		14	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				14
		15	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				15
		16	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				16
		17	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				17
		18	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				18
		19	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				19
		20	Agostinho Ribeiro	26	masculino	casado				20

Fonte: Arquivo do Hospital de Caridade de Santa Maria, livro nº 1, página 1.

Buscando nos relatórios elaborados por Astrogildo de Azevedo — na época diretor do Hospital de Caridade de Santa Maria e membro do corpo médico — referências capazes de informar as condições de produção destes documentos e, portanto, a quem competia a tarefa de preenchimento dos dados de homens e mulheres hospitalizados segundo o LREPHCSM, notamos que inexistem, neles, menções específicas à atribuição desta responsabilidade. O que temos são algumas indicações, de maneira que, no item “Irmãs de Caridade” consta:

Alcansei o que desejava e a 21 de setembro de 1903 assignou-se um contracto com as clausulas abaixo:

1ª — O Hospital de Caridade de Santa Maria será administrado por Irmãs Franciscanas, de acordo com o respectivo Director e de conformidade com as seguintes condições:

2ª — Haverá uma Irmã Superiora, com a qual unicamente se entenderá o Director sobre qualquer objeto de serviço.

3ª — À Superiora compete:

- a) a administração interna do estabelecimento, compreendendo a determinação e inspeção de todos os serviços, a distribuição e direcção do pessoal subalterno e a directa vigilância sobre tudo o que diz respeito á boa ordem, economia e moralidade da casa; [...]

4ª — Ficam a cargo das Irmãs:

- a) o tratamento dos doentes de ambos os sexos e de todas as classes, exceptuados os atacados de molestias venereas e as mulheres de parto, que serão tratados por enfermeiros sob a direcção das Irmãs.¹³⁵

Através da citação acima sabemos que além da administração interna da instituição e do direcionamento de serviços a terceiros, às Irmãs da Congregação de São Francisco de Assis também cabiam afazeres como lidar com as e os enfermos. Assim como na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre¹³⁶, foram produzidas crônicas anuais pelas Irmãs sobre os cotidianos do desempenho das funções que lhes eram destinadas que incluíam, também, a parte administrativa. As Crônicas fazem parte do acervo do Museu Franciscano, e para fim de nossos estudos, aqui utilizaremos os trechos selecionados apresentados na obra *Os 80 anos do Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo*, de Antônio Isaia.

As informações para a capital do estado nos possibilitam inferir aproximações e distanciamentos para o funcionamento do HCSM. Conforme Beatriz Weber (1999), entre as críticas tecidas às Irmãs da SCMPA constam denúncias de que impunham os divinos sacramentos aos atendidos e que lhes ameaçavam, inclusive, de retirada do hospital. Isto contribui para o que foi mencionado no capítulo anterior: no âmbito do ambiente hospitalar também se produziam sentidos e moralizações acerca do público atendido, assim como haviam esforços para determinar quais pobres eram ou não merecedores da assistência oferecida. Nesse sentido

Há dezenas de descrições das conversões, inclusive dos mais “obstinados”. Eram pacientes à beira da morte, provavelmente com dores, presenciando cenas de orações e bençãos. Acabavam convertendo-se e aceitando os objetos dados pelas irmãs, assim como se confessando e recebendo os sacramentos. As irmãs citam casos de homens e mulheres negras, por exemplo, o de um maometano que se aferrou a sua fé até seu estado de saúde piorar tendo, então, renunciado a “fé

¹³⁵ HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTA MARIA, Documentos Historicos coligidos em comemoração do seu jubileu 1903-1928, p. 11-12.

¹³⁶ Ver mais em: WEBER, Beatriz. 1999 e em ALMALEH, Priscilla. 2018. p. 63.

herética”; árabes, idosos, suicidas que se penitenciavam antes de morrer, protestantes arrependidos etc.¹³⁷

Nas Crônicas das Irmãs Franciscanas temos explicitada, recorrentemente, a preocupação com a relação dos enfermos, enfermas e Deus. Vejamos o que é pontuado a respeito disso no recorte estudado:

1905 [...] Os queridos doentes da casa se acostumaram rapidamente ao regime das Irmãs. Quando à religião, esta pobre gente é muito ignorante de tudo e **a maioria jamais ouviu falar sobre Deus.**

Devemos Também compreender que durante o ano não faltaram as pequenas cruzeiras, sem quais não podemos imaginar uma vida religiosa. [...]

1906 [...] Durante este ano o hospital passou por várias transformações e notáveis melhoramentos. Os nossos doentes pobres também se encontram em boa disposição. Com poucas exceções, **gostam de ouvir falar** do bom Deus. [...]

1907 [...] Houveram casos de morte, mas todos, apesar de terem baixado só na última hora, **receberam os Santos Sacramentos.** [...]

1909 [...] Graças a Deus, durante este ano, **só um ou dois doentes morreram sem se reconciliarem com Deus.** [...]

1912 [...] A pedido do Sr Bispo as Irmãs passaram a dar duas a três aulas de religião na capela. a cada semana. Crianças e adultos começaram a frequentá-las a fim de se prepararem para a primeira comunhão. [...]

1914 [...] Este ano **muitos pecadores converteram-se em nosso hospital.** O número dos pacientes elevou-se a 608. Na doutrina, 20 crianças foram preparadas para a primeira comunhão. [...]

1916 [...] Todos os nossos doentes mostram bom espírito e aqueles que foram chamados por Deus partiram confortados para a sua viagem, recebendo antes os Santos Sacramentos.¹³⁸

Ao final do relatório de 1918 o diretor do HCSM conclui:

Os benefícios distribuídos á pobreza pelo Hospital de Caridade de Santa Maria, não visam distinções nem preferencias de espécie alguma.

Recebem-se **indistintamente indigentes de todas as raças, nacionalidades, religiões,** etc., desde que residam no Município.¹³⁹

Qualquer contraponto semelhante ao feito À atuação das religiosas na SCMPA não foi observado para as trabalhadoras do HCSM nos dois anos do Jornal “O Estado” que consultamos, no entanto supomos que, por nele terem sido publicados os relatórios do diretor Astrogildo de Azevedo, assim como atualizações sobre altas, baixas e mortes na instituição

¹³⁷ WEBER, 1999. p. 157.

¹³⁸ ISAIA, Antônio. **Os 80 anos do Hospital de Caridade dr. Astrogildo de Azevedo 1903-1983.** Edição Comemorativa do 80º aniversário de inauguração do HOSPITAL de CARIDADE de SANTA MARIA. p. 71-79. Grifos nossos.

¹³⁹ HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTA MARIA, Documentos Historicos coligidos em comemoração do seu jubileu 1903-1928, p. 4. Grifos nossos.

no decorrer dos anos, críticas dessa maneira poderiam não serem feitas, ou realizadas em outros veículos. O que fica evidente é que, apesar da destacada *indistinção*, as Irmãs Franciscanas ofereciam além do cuidado físico, também o espiritual, manifestados nas passagens acima, ou seja, nas preocupações referentes à construção do HCSM enquanto um lugar no qual laços entre enfermos/enfermas e a fé católica poderiam ser estreitados. Se essa aproximação partia da vontade dos enfermos ou se eram submetidos aos mesmos sem que lhes fosse respeitado o poder de escolha, não sabemos.

2.1 “POBRES SEM QUALQUER DISTINÇÃO”: GÊNERO, COR, IDADE, NACIONALIDADE E RESIDÊNCIA

Anteriormente mencionamos o papel dos registros médicos na ampliação das possibilidades de visualização da caracterização de setores da sociedade, e em específico da população pobre, assim como os critérios de seleção dos dados por nós empregados. Nos deteremos, então, aos perfis, articulando os três campos de informações principais que norteiam este trabalho, ou seja: *sexo*, *cor* e *classificação* com o cruzamento com as colunas subsequentes.

Intelectuais alinhados às abordagens pós-coloniais e decoloniais têm pontuado em suas produções os efeitos do colonialismo e da colonialidade nas sociedades ao redor do globo e questionam, com intensidade, paradigmas interpretativos que desviam suas atenções da relação entre colonialismo, capitalismo e modernidade ocidental, bem como seus desdobramentos em termos de produção e configuração de hierarquias sociais. Maria Lugones (2020)¹⁴⁰ atenta para alguns destes efeitos sentidos nas maneiras pelas quais categorias como *sexo*, *gênero* e *cor* foram interpretadas nesse processo, demonstrando como sociedades pré-coloniais percebiam o *sexo* de maneira distinta do binômio macho/fêmea, da insuficiência do *gênero* enquanto marcador obrigatório para a estruturação de toda e qualquer sociedade, e também nas identidades unívocas a partir da *cor*. Para a autora, ainda que na modernidade capitalista sejamos todos e todas racializados e generificados, nem todos fomos vitimizados e dominados por esse processo da mesma maneira.

Para Lugones a interseccionalidade, então, “revela o que não conseguimos ver quando categorias como gênero e raça são concebidas separadamente uma das outras”, de

¹⁴⁰ Publicado originalmente no ano de 2008 na revista *Worlds and Knowledge Otherwise*.

modo que seria para ela a partir da tomada desses marcadores como fundidos, tramados e indissolúveis, que acessaríamos a brutalização que a colonialidade de gênero implicou e implica até os dias atuais. Diante disso, a escolha por explicitar sempre *cor*, *gênero* e *classe* nesta pesquisa é uma maneira de reconhecer que esses marcadores não podem ser ligados e desligados, escondidos ou desconsiderados, uma vez que na vida real, na materialidade dos corpos, isso seria impossível.

É preciso ter em mente que, embora mulheres pobres brancas tenham suas trajetórias obstaculizadas por questões pertinentes ao seu gênero e classe, mulheres afro-americanas e suas descendentes são afetadas, segundo Patricia Hill Collins¹⁴¹, por três dimensões interdependentes de opressão. Apesar de discorrer sobre o cenário estadunidense, refletirmos sobre estas dimensões no contexto brasileiro, com as devidas ressalvas, é extremamente útil à pesquisa aqui desenvolvida. Temos assim, primeiramente, a *dimensão econômica* da qual decorre historicamente uma guetização de mulheres negras em prestações de serviços como trabalhos domésticos e, também, a redução de oportunidades de ascensão dentro dessas limitações. Segundamente, a *dimensão política*, manifestada na negação ao acesso aos direitos que já se estendiam a cidadãos brancos, como a participação em cargos públicos, o voto, e à alfabetização, sendo a educação de qualidade para as mulheres negras uma exceção, e não regra¹⁴². Por último, então, tem-se a *dimensão ideológica*, ou seja, um conjunto de ideias “racistas e sexistas que permeiam a estrutura social a tal ponto que se tornam hegemônicas, ou seja, são vistas como naturais, normais e inevitáveis”¹⁴³. Para o país norte-americano a figura das *mammies* — estereótipo das mulheres negras, escravizadas e livres, encarregadas do cuidado de crianças brancas, no Brasil assemelhando-se muito com as denominadas *Mães Pretas* — e *jezebéis*, — termo alusivo à Bíblia, e representativo de mulheres negras hipersexualizadas, sempre disponíveis e que *aguentariam tudo* em matéria de relações sexuais, este último, se pensado no contexto brasileiro, relaciona-se ao imaginário construído da *mulata* — são *imagens de controle* significativamente presentes enquanto legados da escravidão fortemente diluídos culturalmente.

No final nos anos 1980 Lélia Gonzalez já mencionava os efeitos do entrelaçamento entre raça e gênero enquanto determinantes para a compreensão e os delineamentos das histórias e trajetórias de mulheres afro-americanas no Brasil e na América Latina, onde a

¹⁴¹ COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 138.

¹⁴² Ibid. p. 35.

¹⁴³ Ibid.

exploração socioeconômica alia-se à superexploração sexual destas. Segundo a autora, inclusive dentro do movimento de mulheres, as mulheres negras eram, nos termos utilizados por ela, descoloridas e desracializadas, perdendo especificidades tão caras, de maneira que analisar seus contextos a partir dessas invisibilizações deliberadas tornava-se problemático e insuficiente¹⁴⁴.

A incontornável menção às *cores* das mulheres aqui abordadas demarca a importância dessas designações e seus efeitos na criação de *gêneros subalternizados*, onde

em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa *status* dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização racial a igualdade intragênero, tendo como parâmetros os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negos, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas. Nesse sentido, racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advém da exploração e exclusão dos gêneros subalternos.¹⁴⁵

No tocante ao *sexo*, durante os quinze anos analisados, são observadas duas maneiras de designação: mulher/feminino (M/F) e homem/masculino (H/M). A literatura que remonta à problematização das formas de diferenciação sexual, na qual Thomas Laqueur (2001) se destaca como uma referência importante, sugere que as movimentações biomédicas e suas produções em torno da construção do par homem/mulher devem ser alocadas em seus próprios contextos, explicitando a historicidade desses saberes que, ainda hoje, são considerados destituídos de qualquer parcialidade, influência da cultura e/ou interesses políticos próprios.

Portanto, tendo em mente que o que se entende por sexo biológico é socialmente construído tanto o estudo de Julie Greenberg com o qual Maria Lugones (2020) dialoga em seu artigo, quanto a pesquisa realizada por Paula Sandrine Machado (2005) no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, ajudam a colocar a percepção do sexo biológico enquanto dado imutável em perspectiva histórica. Greenberg estimou que que pessoas intersexuais representam entre 1 e 4% da população mundial. Essas pessoas, no entanto, não surgiram no mundo somente quando o conceito de intersexualidade foi construído, suas presenças têm

¹⁴⁴ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.) **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto.** – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 274. 49-50.

¹⁴⁵ CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.) **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto.** – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 274.

sido verificadas em sociedades pré-colombianas que não partilhavam de uma classificação sexual binária antes da colonização.

Já Sandrine demonstra a articulação entre pais, mães e médicos quando da descoberta de filhos *intersex* no sentido de adequação dessas crianças e adolescentes à uma definição restrita de homem e mulher. A autora acompanhou crianças diagnosticadas com hiperplasia adrenal congênita, que se expressa na baixa produção de hormônios considerados *femininos* em pessoas nascidas com expressão cromossômica XX, e de hormônios *masculinos* em nascidos XY constatando-se, em decorrência disso, genitálias *ambíguas*. A partir da descoberta pais, mães e médicos empreenderam, muitas das vezes, tratamentos que envolviam cirurgias intuindo adaptar o que, nas suas percepções, se caracterizada como uma *vagina não funcional* — ou seja, *não feminina* — a partir de amputação de parte do clitóris (que acabava crescendo pela produção de testosterona) e de um *pênis não funcional* — *incapaz* de ereção e penetração — em uma *vagina penetrável*. Somavam-se a estas intervenções, também, longos tratamentos hormonais e o total silêncio às crianças e adolescentes sobre a constituição de seus corpos. Esses procedimentos, como citado por Sandrine, não raras vezes resultavam em quadros de dores quando essas pessoas estabeleciam relações sexuais. Estes estudos contribuem para pensarmos em como, mesmo no início do século XX, a ideia de um binarismo sexual *biológico* dado era contrafactual. Seria anacrônico esperar visualizarmos pessoas *intersex* na documentação do HCSM, mas isso não nos impede de refletirmos sobre a limitação dos registros e dos possíveis casos subnotificados (não deliberadamente, mas sim a partir daquilo que era, de fato, percebido por quem recebia as e os enfermos na instituição).

Ainda quanto a isso é preciso pontuar que

Do final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, a função reprodutiva era considerada característica essencial de uma mulher. A presença ou ausência de ovários era o critério mais definidor do sexo. Porém, existe um grande número de fatores que intervêm na “definição do sexo ‘original’ de uma pessoa”: cromossomos, gônadas, morfologia externa, morfologia interna, padrões hormonais, fenótipo, sexo designado, e aquele que a própria pessoa designa a si mesma. Atualmente, os cromossomos e as genitálias são parte dessa designação, mas de tal maneira que conseguimos ver como a biologia é uma interpretação e é, por ela mesma, cirurgicamente construída.¹⁴⁶

¹⁴⁶ LUGONES, María. Colonialidade de Gênero. In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. pp. 52-83. p. 62.

Para Joan Scott¹⁴⁷ o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, para além disso, seu significado envolve também uma série de elementos que, interligados, nos fornecem instrumentos para o entendimento dessa categoria. Entre eles destacaremos três: as representações simbólicas, muitas das vezes duais e contraditórias (Eva/Maria; pureza/devassidão, por exemplo); os conceitos normativos, de limitação e controle das possibilidades metafóricas criados por doutrinas religiosas, jurídicas, científicas que “tomam a forma de oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher”¹⁴⁸; e a identidade subjetiva, ou seja, como as identidades generificadas são subjetivamente construídas, em termos das existências desses sujeitos que, como pontua a autora, nem sempre cumprem literalmente o que é previsto pela sociedade ou pelas categorias de análise escolhidas.

Neste sentido, o entendimento do “feminino/mulher” e “masculino/homem” presentes na fonte exige que não tomemos esse par como dado ou, sequer, autoexplicativo. Pouco sabemos, num primeiro olhar, sobre o que era *percebido* pelas Irmãs de Caridade e pelos médicos da instituição de maneira que as duas designações fossem as únicas capazes de alocar os mais de cinco mil sujeitos que passaram pela instituição. O que nos é útil, portanto, é a possibilidade de construir esses significados através das outras informações disponibilizadas pelo cruzamento com outras fontes, de tal maneira que o faremos no decorrer de nossa escrita, sedimentando pouco a pouco, seus entendimentos conforme as análises dos dados e os perfis são forjados.

Sobre a questão da diferença sexual, Sidney Chalhoub pontua:

O discurso médico procurava captar as diferenças de natureza entre os sexos a partir da maneira como homens e mulheres reagiam ao amor e aos sentimentos em geral. De maneira bastante característica para a época, essas diferenças naturais entre homens e mulheres tinham sua origem, em última análise, nas características anatômicas entre os sexos.¹⁴⁹

Em seu estudo sobre o Rio Grande do Sul no período da Primeira República, Carla Adriana Barbosa (2015) delinea que as percepções do ideário masculino, com destaque no que seria a definição da honra para homens, manifestado por atributos como imponência, valentia, firmeza, além de determinações como *ser provedor*, circular no espaço público, e se sobrepôr às mulheres. Somando-se a isto, a cultura armada fortemente se faz presente nos

¹⁴⁷SCOTT, Joan, Gênero: uma categoria útil de análise histórica, **Educação & Realidade**, n. vol. 20, n2, jul./dez., p. 71–99, 1995. p. 85.

¹⁴⁸ Ibid.

¹⁴⁹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012. p.117.

constantemente conflitos e iniciações de rapazes e meninos em combates e duelos, assim como no manjo de armas e punhais, é outro aspecto a ser considerado. A associação desta cultura para a guerra e de tipos específicos de violência são, segundo Silvia Arend (2001) constituições de destaque para o entendimento das masculinidades no início do período republicano.

Já para mulheres, em diálogo com o que não poderia ser associado aos homens, figuravam nas prescrições a doçura, o confinamento ao mundo privado, a dedicação exclusiva à família, o recato e a fragilidade física¹⁵⁰. A *boa mulher* passava sempre por uma tutela masculina: era esposa, filha, mãe, irmã, enfim, dependente. A despeito do que era pensado enquanto ideal, o cotidiano da sobrevivência à pobreza e da precariedade em garantir os recursos mais elementares exigia de homens e mulheres não só circularidades distintas das esperadas, mas também condutas que iam muito além que se procurava normatizar, delineando-se de maneiras diferentes na sociedade brasileira profundamente racializada e desigual.

É difícil medir a *intensidade da voz* dos homens e mulheres enfermos na elaboração dos registros, desconhecemos se lhe eram dirigidas perguntas referentes às percepções que estes e estas tinham de si e, se houveram, se suas respostas condiziam com o modo com que as informações, nos registros, eram preenchidas. Portanto trabalharemos com a hipótese de que nem as Irmãs tinham a totalidade do protagonismo no registro e que, as e os enfermos, também, não estavam em posição de plena passividade e desconhecimento do que era descrito sobre eles.

Os quadros abaixo referem-se aos dados encontrados nos censos de 1900 e 1920 da população santa-mariense dividida por sexo e dos registros do Hospital de Caridade de Santa Maria, também distribuídos quanto ao sexo.

¹⁵⁰ PEDRO, Joana Maria. **Mulheres do Sul**. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

Quadro 1 – População de Santa Maria por sexo segundo os censos de 1900 e 1920

ANO	MULHERES		HOMENS		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%
1900	14735	49%	15450	51%	30185	100%
1920	27037	50%	27373	50%	54410	100%

Fonte: Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

Quadro 2 – Registros dos e das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo sexo - com repetições

SEXO	nº de registros	%
Homens	1813	60%
Mulheres	2763	40%
TOTAL	4576	100%

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

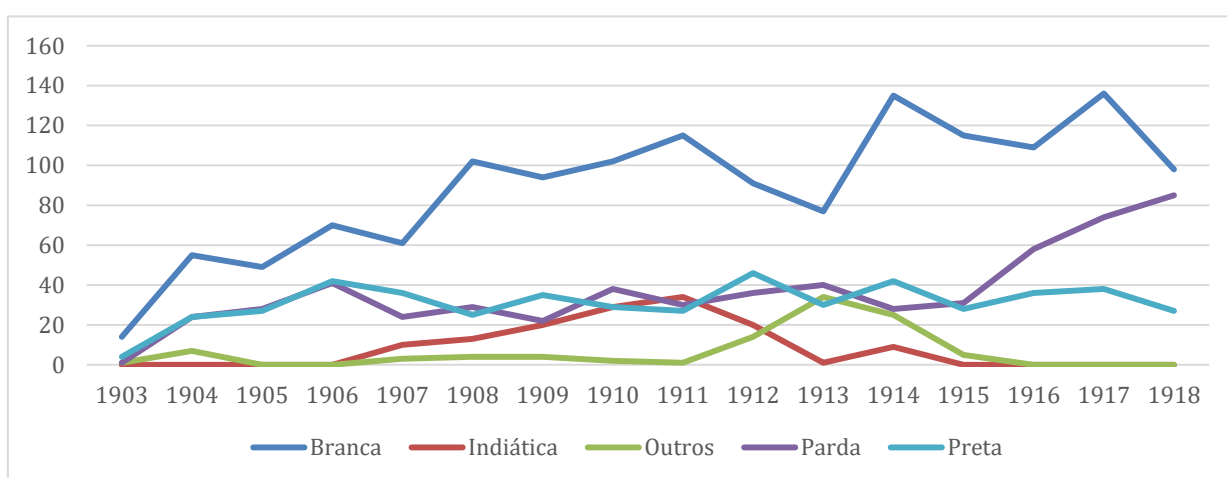
Verificamos uma importante discrepância entre a estrutura da população de Santa Maria nos censos, onde a proporção de homens e mulheres parece equilibrada, e aquela presente nos registros do HCSM, em que homens perfazem 60% e as mulheres 40%. Tentaremos gerar explicações possíveis para esta diferença.

Pode ser observado que a população pobre nos registros do HCSM corresponde, mesmo inclusas as repetições a, respectivamente, 15% em relação a população do censo de 1900 e 8% relativa à população de 1920. A amostragem disponibilizada nos registros em um primeiro momento nos parece, então, reduzida, o que poderia causar dúvidas sobre a *legitimidade* de sua utilização para o cumprimento dos objetivos propostos. No entanto, é preciso considerar que esta fonte é produzida por uma instituição hospitalar do interior do estado, no período em que, como pontuado no capítulo anterior, o saber médico se encontrava em vias de legitimação. Soma-se, ainda, o fato de que o intuito deste trabalho não é tornar as inferências aqui construídas como estimativas totalizantes ou, sequer, monolíticas para o geral da população santa-mariense. Em que pese estas considerações, seu uso não só é relevante como enriquecedor em termos qualitativos, uma vez que nos possibilita a

visualização da heterogeneidade dos grupos populares que, numa historiografia progressista, foram tratados como *massa amorfa* e, também, homogênea.

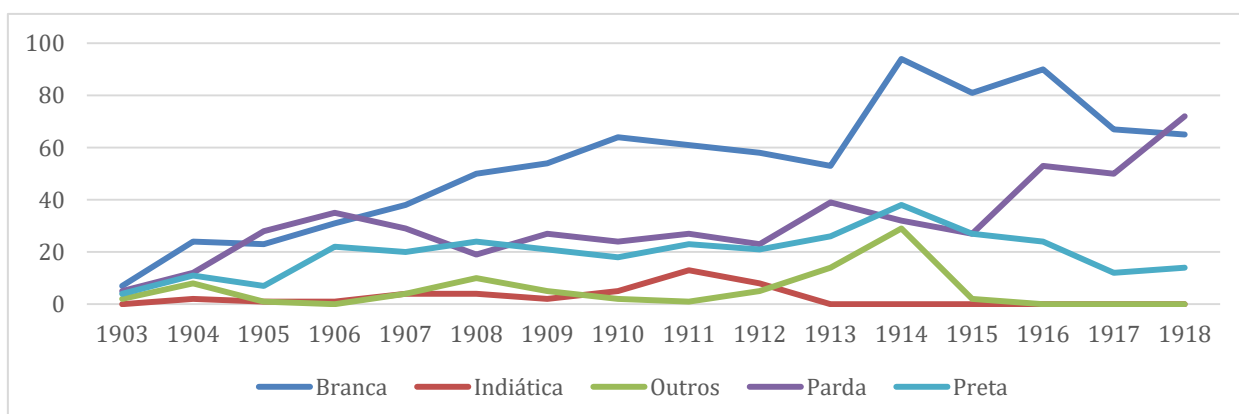
Retornando ao quesito *sexo*, como pontuado, a proporcionalidade existente entre a população masculina e feminina nos censos contrasta-se com a desproporcionalidade da população pobre nos registros, abaixo seguem dois gráficos dispondo os registros do HCSM por ano segundo cor e sexo, contando as repetições:

Gráfico 2 – Registros gerais dos enfermos do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e ano (1903-1918) - com repetições



Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, nº 1 e 2. Arquivo do Hospital de Caridade.

Gráfico 3 – Registros gerais das enfermas do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e ano (1903-1918) - com repetições



Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, nº 1 e 2. Arquivo do Hospital de Caridade.

Estes gráficos, se somados aos quadros anteriores, não só demonstram que em todos os anos a presença das mulheres (40%) é consideravelmente menor que a dos homens (60%), mas, também, de que a população designada como de *cor branca* é, se comparada a cada uma das outras designações, também significativamente mais expressiva. Passemos a elencar alguns caminhos interpretativos dessa distância numérica entre a presença masculina e feminina no espaço do hospital e, posteriormente, refletiremos sobre o cruzamento entre *sexo*, *cor* e seus significados.

Tanto Daniel Oliveira (2012) quanto Priscilla Almaleh (2015;2018), observaram discrepâncias semelhantes nos registros da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre para os anos finais do século XIX, levantando considerações que dialogam com nossos entendimentos acerca destas diferenças. Somando estas pontuações com as realizadas em pesquisa anterior¹⁵¹ no tocante às mulheres, o pudor maior em relação ao corpo, a inexistência de um espaço específico de maternidade e a composição da equipe médica do hospital ser exclusivamente composta por homens brancos talvez fossem fatores que pesassem em suas escolhas, de maneira que o hospital acabasse desfavorecido. Considerando o papel dos rumores, *fofocas* e dos *ouvir dizer* como componentes significativos, constituintes e também comprometedores das noções de honra tanto femininas quanto masculinas¹⁵² o trabalho de Almaleh (2018) nos motiva a ponderar os julgamentos possíveis decorrentes da *exposição feminina* ao escrutínio de médicos homens. Sobre a relação entre médicos, partos e os espaços hospitalares, Ana Paula Martins nos ajuda a visualizar um pouco esse contexto,

A obstetrícia era uma especialidade nova — nascida nas faculdades de medicina europeias na primeira metade do século XIX — e ainda lutava para ser reconhecida, tanto no meio médico quanto para o público leigo, em especial para os maridos e suas esposas. [...] O período que começa nas últimas décadas do século XIX marca o início de uma campanha médica de transformação do parto num evento controlado pelos médicos e circunscrito ao espaço hospitalar; transformação esta que se efetivou somente na segunda metade do século XX, com a hospitalização do parto nos centros urbanos.¹⁵³

Os estudos de Nikelen Witter (2001, 2007) pontuam a importância dos serviços realizados por práticos e, sobretudo, parteiras, quanto à assistência às mulheres, seja pelo fato de muitas das vezes exercerem um cuidado geracional das famílias, seja por serem mais próximas dos cotidianos destas, recorrentemente permanecendo dias em suas residências

¹⁵¹ SANTOS, Gabriela R. dos. 2017.

¹⁵² BARBOSA, Carla Adriana da Silva. 2013.

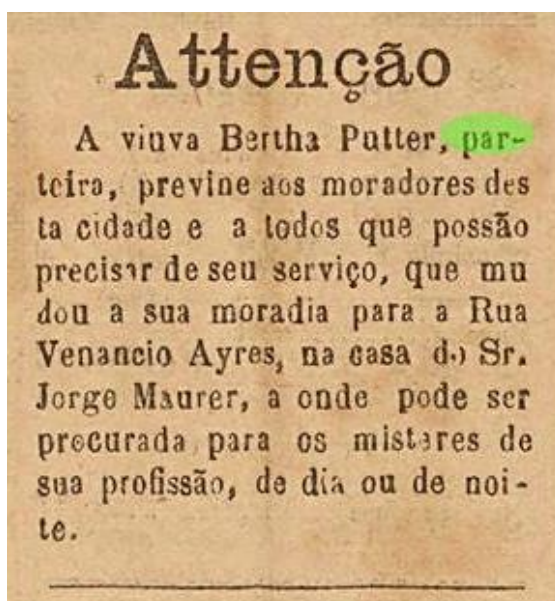
¹⁵³ MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 66.

para exercício de seus tratamentos. A citação abaixo nos ajuda a compreender um pouco mais o que seriam essas *opções mais próximas* a que as mulheres poderiam ter preferido recorrer:

Embora se possa inferir que a solidariedade feminina estivesse presente em boa parte do tempo da existência desses sujeitos, a documentação demonstra que esta pode ser percebida mais facilmente em momentos bem específicos e, mormente, de perigo dentro da esfera do que era considerado “o espaço” feminino. Este “espaço” era especialmente aquele em que ficava o cuidado das doenças, os partos, o trato das crianças, no luto e no desamparo. Mães, avós, comadres, vizinhas, primas, madrinhas e afilhadas, curandeiras e parteiras pertenciam a este mundo feminino relacional, que se movia dentro do espaço da casa e dominava os saberes sobre as mazelas do corpo e da vida das outras mulheres.¹⁵⁴

A partir de três anúncios de serviços de saúde para mulheres, um do Jornal “O Combatente” de 1895 e dois do Jornal “O Estado” é notável a publicização de alternativas à saúde das mulheres ofertadas também por mulheres, ilustram bem a afirmação de Nikelen Witter (2007) do que poderiam ser opções de cuidados femininos. Abaixo podemos observar dois exemplos:

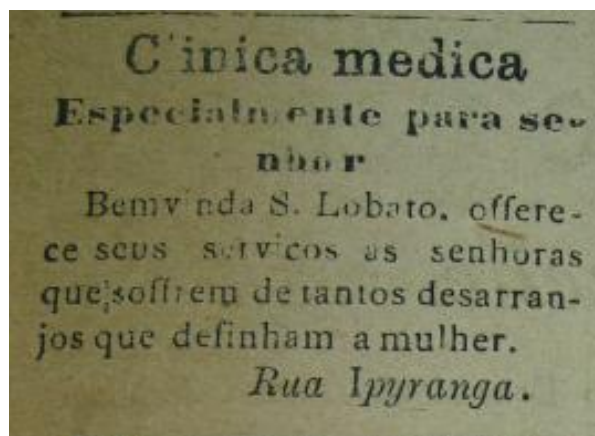
Imagem 5 – Anúncio de Bertha Potter



Fonte: O Combatente, 09 de julho de 1895, ano IX. Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

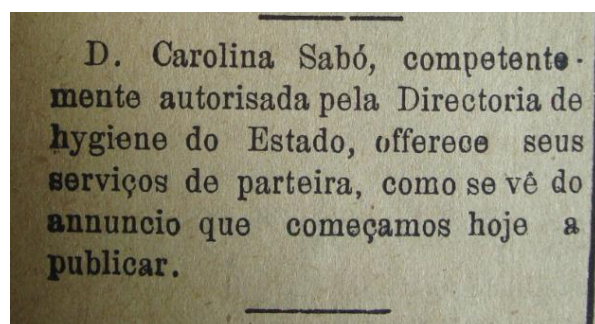
¹⁵⁴ WITTER, Nikelen Acosta. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX. In: WEBER, Beatriz Teixeira e RIBEIRO, José Iran (Orgs.) **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: , 2010. p. 268-269.

Imagem 6 – Anúncio da Clínica Médica de Bemvinda S. Lobato



Fonte: O ESTADO, 14 de julho de 1904, Ano VII, edição número 56. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Imagem 7 – Anúncio dos serviços de Carolina Sabó¹⁵⁵



Fonte: O ESTADO, 10 de setembro de 1904, Ano VII, edição número 73. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

No caso que se segue podemos visualizar as escolhas dessas mulheres mais de perto. Josephina Cortulo de 22 anos, brasileira, solteira, de *cor branca*, profissão costureira e residente em Santa Maria na Rua Riachuelo nº 15, é acusada no ano 1910 como responsável pela morte de seu filho recém-nascido, sua mãe, Victoria Cortulo, também é ré nesse processo¹⁵⁶. Josephina, em seu primeiro depoimento, relata ter se sentido doente em razão da suspensão de sua menstruação e fora, algumas vezes, conduzida por sua mãe aos consultórios dos médicos Mariano da Rocha — que também atuava no HCSM — e de Victor Teltz, e que ambos lhe receitaram tratamentos. À Justiça, Mariano da Rocha alega ser impedido de dar

¹⁵⁵ Na mesma edição, em seu anúncio constam informações adicionais. Carolina Sabó aparece como “parteira com 16 anos de prática. Tendo estudado em Budapeste, na Hungria” operando no endereço da Rua Floriano Peixoto n. 9. Notícia adaptada ao português atual.

¹⁵⁶ Processo-crime n. 1. 1910. AHMSM.

informações sobre o diagnóstico e o tratamento de Josephina devido ao sigilo profissional que lhe era imposto. No entanto, Victor Teltz em seu testemunho revela que o estado de suspensão em que se encontrava a ré era devido ao diagnóstico de *catarro gástrico*, da qual inclusive já a havia tratado anteriormente, e que na ocasião também notou que sua paciente sofria de uma anemia geral não tendo, porém, desconfianças sobre sua gravidez.

Victoria Cortulo afirma ter levado sua filha a dois médicos diferentes, atuantes em consultórios distintos, se explica pelo fato de, nas suas palavras,

nunca notou que sua filha pudesse estar grávida, pois não se percebia aumento do ventre, nem sinal algum que isso denunciasse; que se soubesse que sua filha estivesse grávida, que veria uma parteira para assisti-la

Através desse processo podemos considerar não somente a frequência com que partos eram realizados no espaço da própria casa das parteiras ou seus/suas familiares, como também que a procura por diferentes agentes que administravam práticas de cura era circunstancial. Victoria Cortulo demonstra que se tivesse ciente da gravidez de sua filha teria recorrido à assistência de uma parteira, o que não o fez por entender que Josephina estava doente, e diante desse cenário recorrer aos médicos já conhecidos se apresentou a escolha cabível no momento.

Além de analisar as *ausências* femininas há também que se considerar sua efetiva presença, ainda que reduzida, nos registros. Sobre essa menor procura de mulheres ao HCSM, Daiane Rossi (2019) sugere que, diante de uma possível ausência de recursos, financeiros e/ou relacionais, a impossibilidade de custear parteiras ou práticos fosse uma realidade, de maneira que restasse a gratuidade do tratamento hospitalar enquanto fator atrativo.

Já a composição masculina, mais da metade dos registros (60%), exige que dediquemos atenção aos seus significados. Como pontuado por Astrogildo de Azevedo, diretor do HCSM, dentre o público atendido pela instituição incluíam-se soldados, que pagavam uma quantia de 800 réis diários, os doentes da Estrada (portanto, trabalhadores ferroviários) que contribuía com a diária de 3\$000 (três mil réis), assim como eram tratados gratuitamente os *pobres sem qualquer distinção, quaisquer pessoas remetidas pela Intendência Municipal*, presos e, também, soldados da Guarda Municipal¹⁵⁷.

¹⁵⁷ HOSPITAL DE CARIDADE DE SANTA MARIA, Documentos Historicos coligidos em comemoração do seu jubileu 1903-1928.

O surto de urbanização e o vertiginoso crescimento populacional verificado em Santa Maria, nos conduz a levantarmos a hipótese de que, a exemplo de grandes centros¹⁵⁸, durante o período em que estudamos, a cidade não conseguisse absorver o contingente de trabalhadores e trabalhadoras disponíveis, de maneira que aqueles não empregados no mercado formal de remuneração fixa, como jornaleiros e agricultores — profissões que concentram a maior parte dos enfermos homens, como veremos adiante —, buscassem meios de manutenção de suas atividades, ainda que intermitentes, diante de uma ampla concorrência. Neste sentido, buscar o Hospital de Caridade poderia ter se configurado como uma estratégia masculina de preservação de seus empregos, ou de assistência para que a procura por ocupações não fosse obstaculizada por moléstias.

Não dando por encerrada as discussões sobre a presença masculina e feminina no HCSM é preciso, no entanto, interpelá-la para que o elemento da *cor* seja pensado em conjunto com a categoria do *sexo*, isto porque, nos dados dos censos de 1900 e 1920 esse aspecto não é contemplado, mas quando olhamos os quadros 2 e 3 visualizamos que não só as *designações de cor* são presentes nos registros como, também, consiste em um campo sistematicamente preenchido no período estudado. O recorte temporal aqui trabalhado (1903-1918) localiza-se, em seu início, há menos de vinte anos da Lei de 13 de maio de 1888, que pôs fim a escravidão. Torna-se pertinente, portanto, que realizemos algumas considerações a respeito do contexto de produção destas *designações de cor*, além daquelas já realizadas quando da elaboração do capítulo anterior.

Voltando-se para o sudeste brasileiro, Hebe Mattos (2013) observou que até meados do século XIX em processos-crimes ou cíveis, pessoas figurantes nesta documentação enquanto testemunhas eram, entre demais coisas, definidas por sua *cor*. Neste contexto, então,

A cor negra aparecia virtualmente como sinônimo de escravo ou liberto (preto forro), bem como pardos apareciam geralmente duplamente qualificados como libertos cativos, forros ou livres. Apenas quando qualificava forros ou escravos, o termo “pardo” reduzia-se ao sentido de mulato ou mestiço que frequentemente lhe é atribuído. Para homens livres, ele tomava acepção muito mais geral de “não branco”. Ser classificado como “branco” era, portanto, por si só, indicador da condição de liberdade.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Um exemplo é a situação dos trabalhadores paulistas retratados por Maria Inez Machado Borges Pinto (1994).

¹⁵⁹ MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. Campinas: SP. Editora da Unicamp, 2013. p. 104-105.

Para a autora, partir da segunda metade dos Oitocentos teria sido perceptível uma mudança, onde nas qualificações das testemunhas arroladas nos processos que constam referências à cor, essas referências ocorrem em um sentido negativado. Esse processo coincidiria com uma indistinção da liberdade apenas pelo elemento racial, ou seja, conforme homens e mulheres escravizados foram gradativamente conquistando sua liberdade, esta ‘não era mais necessariamente “branca”, mas os escravos, bem como grande parte dos forros recentes, continuavam “negros”’¹⁶⁰. Desta maneira as *cores não-brancas* apareciam acompanhadas de qualificações pejorativas, associando sempre não-brancos, mesmo que livres, às suas progressas experiências do cativo, designações que acabaram estendendo-se aos seus e suas descendentes mesmo que estes e estas já estivessem nascido em liberdade. É, em decorrência disso que esse *silêncio* teria sido utilizado por estas mesmas pessoas, de maneira a acessar a cidadania e os direitos.

Um contraponto importante ao processo de *sumiço* é construído por Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2019), e acreditamos ser importante reproduzir aqui suas próprias palavras,

O que parece faltar em *Das cores do silêncio* é a análise de um amplo conjunto de situações verticais e horizontais em que as referências à cor escura, não apenas como fatores de negação da cidadania, mas também enquanto expressões de distinção, suspeição, insulto, inferiorização e, principalmente, criminalização, incidiram sobre os negros, à revelia de suas vontades e escolhas, tornando-os absolutamente *visíveis* nas fontes. Além disso, a ênfase de Hebe Mattos no silêncio absoluto, generalizado e indistinto sobre a cor parece não deixar espaço em suas análises para que pretos, pardos, mulatos e crioulos afirmassem sua condição racial por meio da resignificação dos péssimos predicados atribuídos às suas colorações epidérmicas e, desta forma, reagissem à invisibilidade em busca de cidadania. Por fim, convém salientar que a autora reafirmou em diversos momentos da obra, que suas interpretações são válidas para o período, as fontes e a região estudados: o mundo agrário do sudeste escravista em processo de desagregação. Fica a lição de que é preciso romper com o hábito historiográfico de generalizar para todo o país as interpretações válidas para Rio de Janeiro e São Paulo.¹⁶¹

Dialogando com Karl Monsma — que partindo da cidade de São Carlos, no Estado de São Paulo, entre os séculos XIX e XX elabora digressões importantes sobre as maneiras pelas quais se deram as dinâmicas entre imigrantes e população negra no pós-abolição, indo além do racismo dos fazendeiros e das políticas imigrantistas, investiga tendências racistas entre a própria população imigrante e seus descendentes¹⁶² — Marcus Vinicius Rosa constrói uma história social do racismo em Porto Alegre no período subsequente à abolição.

¹⁶⁰ Ibid. p. 107.

¹⁶¹ ROSA, Marcus Freitas da. **Além da Invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre no pós-abolição. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

¹⁶² MONSMA, Karl. Vantagens dos Imigrante e desvantagens dos negros: emprego, propriedade estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 509-540.

Observando que “em nenhum momento a proximidade e a coexistência entre brasileiros, europeus, africanos e seus descendentes foram capazes de apagar diferenças, os conflitos e as desigualdades, especialmente aquelas baseadas na cor e na nacionalidade”¹⁶³.

Pensar as *cores* nos registros do HCSM requer que tenhamos em mente as discussões acima, pois nos auxiliam a visualizar e historicizar as maneiras pelas quais, no pós-abolição, a racialização¹⁶⁴ operava nos níveis das relações, influenciando nos diferentes acessos e condições verificados no decorrer da pesquisa.

Quadro 3 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor - com repetições

COR	nº de registros	%
Branca	1423	52%
Parda	589	21%
Preta	496	18%
Indiática	136	5%
Outras¹⁶⁵	100	4%
ilegível/ não consta	19	1%
TOTAL	2763	100%

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

¹⁶³ ROSA, Marcus, op. cit., p. 87.

¹⁶⁴ Segundo Wlamyra Albuquerque (2013, p. 35): O próprio termo *racialização* ganhou propósito investigativo na medida em que pesquisadores como Barbara Fields passaram a inquirir como e por que a noção de raça fundamentou hierarquias sociais nos Estados Unidos. Para tanto, Fields enfatiza a importância de conferir-se historicidade à ideia de raça, ressaltando que mesmo os historiadores tendem a considerá-la como uma questão trans-histórica. Por isso, o uso da palavra *racialização*, em vez de *raça*, por exprimir um discurso sempre em construção e à mercê das circunstâncias de cada tempo e lugar.

¹⁶⁵ Referente às designações: *amarela, cabocla, morena e mista*. Estas designações foram aglutinadas por representarem uma quantidade mínima nos registros e, também, por acabarem sumindo dos registros no decorrer do período analisado, estando assim as elencadas no quadro.

Quadro 4 – Registros das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor - com repetições

COR	n° de registros	%
Branca	860	47%
Parda	502	28%
Preta	312	17%
Indiática	40	2%
Outras¹⁶⁶	83	5%
Ilegível/ não consta	16	1%
TOTAL	1813	100%

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros n° 1 e 2

É interessante pensar que as designações de *cor* não resultam apenas de caracterização fenotípica, mas de um conjunto onde esse elemento possa, sim, fazer parte de sua formação. Quanto ao uso da variável *raça/cor* na pesquisa em saúde, Josué Laguardia (2004) alerta para os riscos de incorrerem na naturalização destas categorias, de maneira a acabar por

isentar de responsabilidade as estruturas políticas e sociais que estariam na origem de certos dados patológicos, naturalizando a disseminação e promovendo uma racionalidade científica para exploração daqueles em situações de inferioridade.¹⁶⁷

Neste sentido, além de pensar nos significados das *cores* no nível das experiências cotidianas dos sujeitos a que elas são (auto)atribuídas, é preciso também ampliar o entendimento destas designações presentes nos registros do HCSM como dados produzidos em uma instituição que, como define o diretor do hospital, Astrogildo de Azevedo é um

Campo fecundo de **observação** para os estudiosos que podem completar suas investigações de enfermagem com os **preciosos subsídios** proporcionados pelo necrotério, o Hospital é elemento de insofismável relevância para conservar e aperfeiçoar **o patrimônio científico dos médicos**. Mais estimável torna-se ainda a utilíssima instituição por oferecer excelente ponto de reunião onde os colegas encontram-se diariamente, trocam ideias e acham ensejo de estreitar relações pessoais aproveitáveis para a consolidação dos laços de **solidariedade de classe**.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Referente às designações: *china, morena e mista*. Estas designações foram aglutinadas por representarem uma quantidade mínima nos registros e, também, por acabarem sumindo dos registros no decorrer do período analisado, estando assim as elencadas no quadro.

¹⁶⁷ LAGUARDIA, Josué. O uso da variável “raça” na pesquisa em saúde. *Physis*, 2004, Jul; 14(2): 197-234.

¹⁶⁸ O ESTADO, 14 de Maio de 1904, Ano VII, edição número 39. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria Notícia adaptada ao português atual.

Dado ao explícito caráter do HCSM de *laboratório social*, seria imprudente nos furtarmos de cogitar as consequências do uso dos dados para a produção e reprodução de conhecimentos e narrativas médicas, em termos de concepções da saúde da população, principalmente quando determinadas patologias também refletiam a racialização do meio social, quando associavam doenças como sífilis e tuberculose às pessoas negras e pardas¹⁶⁹.

Retomando os dados apresentados nos quadros 2 e 3 é preciso pensar que, tanto homens quanto mulheres de designação de *cor branca* representam praticamente metade do total de registros por *sexo*, equivalendo respectivamente a 48% dos homens e 49% das mulheres. Se somarmos as *designações de cor não brancas (preta, parda, indiática, amarela, cabocla, morena, mista e china*¹⁷⁰) temos, então, a outra metade. Esta proporcionalidade pode indicar que, ao menos no início do século XX, Santa Maria representa aquilo que Daniela Carvalho (2005) demonstra em suas pesquisas: um *caldeirão étnico*.

Os gráficos 1 e 2, por sua vez, nos informam que, dispostos os registros gerais do hospital por ano e sexo é visível que três *designações de cor* aparecem durante todos os quinze anos analisados e todas as outras designações como *indiática* e “outras” deixam, em algum momento, de constar nos registros. Em um artigo recente¹⁷¹ constatamos haver uma espécie de padronização das *designações*, de maneira que apenas *branca, parda e preta* se mantém. Se as motivações que levaram a essa padronização partiram de demandas institucionais ou se, ainda que pouco provável, tenham partido dos e das enfermas, não podemos afirmar. O fato é que é verificável nos anos observáveis e muito possivelmente também nos anos posteriores a 1918.

Pode ser notado que em alguns registros onde o enfermo ou a enferma aparece mais de uma vez, as *designações de cor* empregadas são diferentes. Exemplificamos essas de ocorrências com os registros de Aleixo Antonio Martins, 25 anos, solteiro, natural deste estado, residente em Santa Maria, profissão e *classificação* Brigada Militar, dá entrada em 3

¹⁶⁹ LAGUARDIA, J. op. cit. p. 215.

¹⁷⁰ Sobre essa designação: “Percebe-se assim, desde o século XIX, na linguagem comum do Rio Grande do Sul, “china” pode ter uma dupla indicação: referir-se a uma cor similar à asiática (ou indígena), ou, no linguajar chulo, identificar as mulheres (através da denominação de cor ou fenótipo) que tinham comportamento sexual desregrado dentro da sociedade (de acordo com seus códigos morais, ou ainda, as que exerciam a profissão de metrizas)” (OLIVEIRA, 2012. p. 82).

¹⁷¹. SANTOS, Gabriela R dos; BRUNHAUSER, Felipe F. Sobre pretos, pardos, mistos e morenos: notas de pesquisa acerca do perfil social de trabalhadores no Pós-Abolição a partir de registros hospitalares em Santa Maria nas primeiras décadas do séc. XX. In: **9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2019**, Florianópolis. Anais do 9º Encontro, 2019. p. 1-16.

outubro¹⁷² de 1907, também em dezembro¹⁷³ do mesmo ano e, por último, em 1º de janeiro de 1908¹⁷⁴, com diagnósticos ilegível, não consta e reumatismo. Aleixo aparece na primeira internação com *cor indiática* e, nas duas posteriores como *morena*, suas situações de alta são *curado*, *não consta* e *curado*, permanecendo na terceira internação 40 dias no ambiente hospitalar. Também o caso de Fernandina Rodrigues, 16 e 18 anos, solteira, natural deste estado, residente em Santa Maria, profissão serviços domésticos e *classificação pobre*, é hospitalizada três vezes em 1909, sendo elas nos dias 18¹⁷⁵ e 30¹⁷⁶ de junho e em 10 de outubro¹⁷⁷, já em 1911 dá baixa em 28 de agosto¹⁷⁸. Os diagnósticos são, respectivamente: nevralgia, varicela, sarampo e “gripe ...”, permanecendo 3, 14, 4 e 10 dias na instituição e saindo curada todas vezes. Fernandina aparece com as *designações de cor parda, preta* e das duas últimas vezes também *parda*.

Designações diferentes foram também encontradas por Daniel Oliveira (2012) e Priscilla Almaleh (2015; 2018) nos Livros de Matrícula dos Enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e, assim como nós, pensam suas interpretações através do estabelecimento de um diálogo com o trabalho de Rodrigo Weimer (2013), que sustenta a hipótese de que termos diferentes empregados para designar a *cor* de sujeitos representam categorias de racialização intercambiáveis. Termos como *moreno* eram, segundo o autor, mais genéricos e isentos do peso semântico evocado por *designações* como *negro*, e aqui no caso da nossa fonte, podem ser pensados os significados da *cor preta* em relação a outras além de *morena*, como *mista e parda*.

Vejamos agora os dados referentes aos locais de nascimento:

¹⁷² Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livro nº 1, p. 33.

¹⁷³ Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livro nº 1, p. 35.

¹⁷⁴ Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livro nº 1, p. 39.

¹⁷⁵ Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livro nº 1, p. 54.

¹⁷⁶ Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livro nº 1, p. 55.

¹⁷⁷ Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livro nº 1, p. 57.

¹⁷⁸ Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livro nº 1, p. 77.

Quadro 5 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e nacionalidade (1903-1908) - sem repetições

LOCAL DE NASCIMENTO	Branca		Parda		Preta		Indiática		Outras		Ilegível/não consta		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
América do Norte ¹⁷⁹	3	0,24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0,13
América do Sul ¹⁸⁰	28	2,25	3	0,6	2	0,49	4	3,57	0	0	0	0	37	1,56
Deste Estado ¹⁸¹	844	67,68	475	95,38	392	95,84	108	96,43	83	96,51	14	73,68	1916	80,81
Europa ¹⁸²	326	26,14	2	0,4	0	0	0	0	1	1,16	2	10,53	331	13,96
Outros estados brasileiros ¹⁸³	28	2,25	15	3,01	7	1,71	0	0	0	0	0	0	50	2,11
África ¹⁸⁴	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ásia ¹⁸⁵	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1,16	0	0	7	0,3
Ilegível/não consta	12	0,96	3	0,6	5	1,22	0	0	1	1,16	3	15,79	24	1,01
TOTAL	1247	100	498	100	409	100	112	100	86	100	19	100	2371	100

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

¹⁷⁹ Referentes aos registros com nacionalidade: “América do Norte”, Nova York e Washington”.

¹⁸⁰ Referentes aos registros com nacionalidade: Argentina, Bolívia, Chile, Estado Oriental, Paisandú, Paraguai e Uruguai.

¹⁸¹ Referentes aos registros com nacionalidade: Alegrete, Cacequi, Cruz Alta, Deste Estado, Encruzilhada, Ijuí, Julio de Castilhos, Lavras, Santa Maria, Soledade e Uruguaiana.

¹⁸² Referentes aos registros com nacionalidade: Alemanha, Alsácia, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Europa, França, Grécia, Holanda, Inglaterra, Islândia, Itália, Polônia, Portugal, Rússia, Suécia e Suíça.

¹⁸³ Referentes aos registros com nacionalidade: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

¹⁸⁴ Referentes aos registros com nacionalidade: Egito, Malin e África.

¹⁸⁵ Referentes aos registros com nacionalidade: Arábia, Japão e Síria.

Quadro 6 – Registros das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e nacionalidade (1903-1908) - sem repetições

LOCAL DE NASCIMENTO	Branca		Parda		Preta		Indiática		Outras		Ilegível/não consta		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
América do Sul	21	2,91	9	2,13	0	0	1	3,33	3	4,41	1	6,67	35	2,32
Deste Estado	583	80,86	401	95,02	248	97,25	29	96,67	62	91,18	10	66,67	1333	88,22
Europa	101	14,01	2	0,47	0	0	0	0	0	0	0	0	103	6,82
Outros estados brasileiros	7	0,97	9	2,13	2	0,78	0	0	3	4,41	0	6,67	22	1,46
Ásia	3	0,42	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0,2
África	0	0	0	0	5	1,96	0	0	0	0	0	0	5	0,33
Ilegível/não consta	6	0,83	1	0,24	0	0	0	0	0	0	1	6,67	22	1,46
TOTAL	721	100	422	100	255	100	30	100	65	100	15	100	1511	100

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

Confluindo com o que foi afirmado anteriormente, vemos, quando dispomos os dados por nacionalidade e cor, que 80,81% dos homens e 88,22% das mulheres tem a origem *Deste Estado*, o que demonstra que o HCSM era uma opção para a população em um contexto regional, mesmo Santa Maria sendo uma cidade interiorana. Em todas as designações de cor *não brancas* uma porcentagem muito próxima da totalidade é nascida no estado gaúcho, enquanto estrangeiros são visualizados em quantia mais expressiva os europeus, entre homens *brancos* estrangeiros 26% são nascidos em países da Europa e, mulheres *brancas* de mesma nacionalidade perfazem 14%. Pode-se notar que o embranquecimento enquanto um dos objetivos do estímulo e intensificação da vinda de imigrantes europeus ao Brasil¹⁸⁶ durante o quartel final do Império e décadas iniciais do período republicano para formar, como afirma Rosa (2019), *uma Europa nos trópicos*, se verifica no contexto santa-mariense, uma vez que

As características da imigração e da colonização no Rio Grande do Sul, baseadas na importação da mão de obra europeia e na distribuição de lotes de terras, tendiam

¹⁸⁶ SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

a permitir aos imigrantes (livres, pobres, porém pequenos proprietários e imigrantes) certos níveis de independência em relação ao domínio senhorial, baseado nas relações pessoais e na posse de terras, não apenas quando comparados aos trabalhadores livres nacionais, mas, sobretudo, quando comparados aos escravos. No caso dos colonos europeus, essa autonomia expressou-se frequentemente na mobilidade geográfica, no abandono dos lotes concedidos pelo Estado e no deslocamento para as cidades, e não deixava de ser legitimada e reforçada também pelo costume e pela mentalidade da sociedade escravista brasileira, que associava à liberdade quem tinha a pele branca, ainda que fosse pobre, e vinculava pessoas de pele escura à sujeição, à dependência, à vigilância e ao controle [...].¹⁸⁷

Ao contrário do imaginário que nega a participação de imigrantes europeus no sistema do trabalho compulsório, a mão de obra escravizada foi amplamente empregada por estes nas terras do sul do brasileiro. Ênio Grigio (2018), que elabora um importante estudo sobre a Irmandade do Rosário em Santa Maria demonstra, através de inventários *post mortem* e relatos de memorialistas que,

alemães e seus filhos também se envolveram no lucrativo comércio de escravos, comprando, vendendo ou servindo de intermediários de outros interessados em cativos. [...] O trabalho dos escravos e os lucros obtidos por meio de sua transformação em mercadorias, também permitiram o enriquecimento de muitas das famílias de imigrantes e não exclusivamente pelo seu trabalho.¹⁸⁸

Além do reconhecimento dado à população designada como *branca*, a cidade contava com pessoas de *várias cores* além desta, como se pode observar pelas vinte e uma organizações negras em Santa Maria foram contabilizadas por Franciele Oliveira (2017), dentre elas irmandades, jornais negros, times de futebol e clubes sociais, onde

Compreender o contexto do pós-abolição é extremamente importante para entendermos a criação de ambientes de sociabilidade e, sobretudo de resistência negra, pois esses espaços próprios foram criados devido à exclusão que sofreram no período, em grande parte do Brasil, incluindo Santa Maria.¹⁸⁹

Nos quadros abaixo podemos referentes às residências, temos:

¹⁸⁷ ROSA, Marcus Freitas, 2019, p. 98.

¹⁸⁸ GRÍGIO, 2018. p. 139.

¹⁸⁹ OLIVEIRA, Franciele; LIMA, Taiane; PEDROSO, Guilherme. 2019, p. 3.

Quadro 7 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e residências (1903-1918) - com repetições

Local de Residência	Branca		Parda		Preta		Indiática		Outras		Ilegível/não consta		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Santa Maria ¹⁹⁰	889	62,47	459	77,93	393	79,23	96	70,59	76	76	12	63,16	1925	69,67
Outros distritos de Santa Maria ¹⁹¹	135	9,49	41	6,96	30	6,05	12	8,82	8	13	1	5,26	227	8,22
Outras Localidades ¹⁹²	343	24,1	72	12,22	56	11,29	24	17,65	15	15	0	0	510	18,46
Ilegível/não consta	56	3,94	17	2,8	17	3,43	4	2,94	1	1	6	34,58	101	3,66
TOTAL	1423	100	589	100	496	100	136	19	100	100	19	100	2763	100

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

¹⁹⁰ Referente ao 1º distrito de Santa Maria.

¹⁹¹ Referentes às residências que aparecem como: 2º distrito Santa Maria, Água Boa, Arenal, Arroio do Só, Boca do Monte, Campestre, Canabarro, Caturrita, Colônia Philippson, Estação Colônia, Geringonça, Linha Base, Linha do Sul, Margem, Passo do Raymundo, Paim, Pains, Passo da Areia, Pau a Pique, Picada de Pains, Pinhal, Ponte Santa Maria, Porteirinha, Santo Antônio, São Martinho, São Pedro, Silveira Martins, Val de Serra e Vila Rica;

¹⁹² Agudo, Alegrete, Alemanha, Jacuí, Arroio do Meio, Arroio Grande, Azevedo Sodré, Bagé, Banhados, Barão, Bella Vista, Bom Retiro, Caçapava, Cacequi, Cachoeira, Cadeado, Canabarro, Candelária, Capoeiral, Carazinho, Caxias, Cerro Branco, Charqueada, Cima de Serra, Col. Conceição, Col. Garibaldi, Col. Guarani, Col. Serro Branco, Colorado, Cruz Alta, Dom Pedrito, Dona Francisca, Emigrante, Erechim, Espinheiro, Guaporé, Glória, Gravataí, Ibicuí, Ijuí, Inglaterra, Itália, Ivai, Jacuí, Jaguarão, Jaguarí, Julio de Castilhos, Lageado, Lavras, Logran, Maceió, Nonoai, Nova Palma, Nova Santa Cruz, Nova Treviso, Núcleo Norte, O. Pimentel, Paiol Grande, Palmeira, Pará, Paraná, Paredão, Parosca, Passo da Cancela, Passo Fundo, Pau Fincado, Pedreiras, Pernambuco, Perrinho, Polêsine, Porcinho, Pulesen, Quaboré, Quaraí, Restinga Seca, Ribeirão, Rincão Pinheiro, Rio Branco, Rio das Antas, Rio de Janeiro, Rio do Peixe, Rio Grande, Pio Pardo, Riveira, Rosário, Santa Clara, Santa Cruz, Santa Flora, Santana do Livramento, Santiago, Santo Agostinho, Santo Ângelo, São Bento, São Borja, São Francisco de Assis, São Gabriel, São Jerônimo, São José, São Lucas, São Luiz, São Miguel, São Paulo, São Sepé, São Vicente, São Xavier, Sarandi, Saycan, Secção, Sertão, Soledade, Soturno, Taquara, Taquarembó, Taquari, Três Barras, Tupaciretã, Umbú, Uruguai, Uruguaiana, Vale Vêneto e Vila Clara.

Quadro 8 – Registros das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e residências (1903-1918) - com repetições

Local de Residência	Branca		Parda		Preta		Indiática		Outras		Ílegível/não consta		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Santa Maria ¹⁹³	599	69,65	428	85,26	269	86,22	34	85	72	86,75	10	62,5	1412	77,88
Outros distritos de Santa Maria ¹⁹⁴	65	7,56	12	2,39	8	2,56	0	0	2	2,41	1	6,25	88	4,85
Outras Localidades ¹⁹⁵	167	19,42	55	10,96	28	8,97	6	15	7	8,43	3	18,75	266	14,67
Ílegível/não consta	29	3,37	7	1,39	7	2,24	0	0	2	2,41	2	12,5	47	2,59
TOTAL	860	100	502	100	312	100	40	100	83	100	16	100	1813	100

Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2.

As análises referentes à onde os homens e as mulheres presentes nos registros residiam apontam que a procura do HCSM era, na sua mais expressiva parte, realizada por residentes no 1º distrito de Santa Maria, referente à região central da cidade. De todas e todos *não-brancos*, os designados *pardos* (77,93%), *pardas* (85,26%), *pretos* (79,23%), *pretas* (86,22%), *indiáticos* (70,59), *indiáticas* (85%), *outros* (76%) e *outras* (86,75%) demonstram que essas concentravam-se em localidades mais próximas do hospital. Quanto aos *brancos* (62,47) e *brancas* (69,65) residiam no 1º distrito, figuram também entre os, em que na maioria, residiam tanto em outras localidades, quanto em outros distritos da cidade, ou seja, tinham maior circularidade para acessar à saúde institucionalizada.

¹⁹³ Referente ao 1º distrito de Santa Maria.

¹⁹⁴ Referentes às residências que aparecem como: 2º distrito Santa Maria, Água Boa, Arenal, Arroio do Só, Boca do Monte, Campestre, Canabarro, Caturrita, Colônia Philippon, Estação Colônia, Geringonça, Linha Base, Linha do Sul, Margem, Passo do Raymundo, Paim, Pains, Passo da Areia, Pau a Pique, Picada de Pains, Pinhal, Ponte Santa Maria, Porteirinha, Santo Antão, São Martinho, São Pedro, Silveira Martins, Val de Serra, Vila Rica;

¹⁹⁵ Agudo, Alegrete, Alemanha, Jacuí, Arroio do Meio, Arroio Grande, Azevedo Sodré, Bagé, Banhados, Barão, Bella Vista, Bom Retiro, Caçapava, Cacequi, Cachoeira, Cadeado, Candelária, Capoeiral, Carazinho, Caxias, Cerro Branco, Charqueada, Cima de Serra, Col. Conceição, Col. Garibaldi, Col. Guarani Col. Serro Branco, Colorado, Cruz Alta, Dom Pedrito, Dona Francisca, Emigrante, Erechim, Espinelho, Guaporé, Glória, Gravataí, Ibicuí, Ijuí, Inglaterra, Itália, Ivai, Jacuí, Jaguarão, Jaguarí, Julio de Castilhos, Lageado, Lavras, Logran, Maceió, Nonoai, Nova Palma, Nova Santa Cruz, Nova Treviso, Núcleo Norte, O. Pimentel, Paiol Grande, Palmeira, Pará, Paraná, Paredão, Parosca, Passo da Cancela, Passo Fundo, Pau Fincado, Pedreiras, Pernambuco, Perrinho, Polêsine, Porcinho, Pulesen, Quaboré, Quaraí, Restinga Seca, Ribeirão, Rincão Pinheiro, Rio Branco, Rio das Antas, Rio de Janeiro, Rio do Peixe, Rio Grande, Pio Pardo, Riveira, Rosário, Santa Clara, Santa Cruz, Santa Flora, Santana do Livramento, Santiago, Santo Agostinho, Santo Ângelo, São Bento, São Borja, São Francisco de Assis, São Gabriel, São Jerônimo, São José, São Lucas, São Luiz, São Miguel, São Paulo, São Sepé, São Vicente, São Xavier, Sarandi, Saycan, Secção, Sertão, Soledade, Soturno. Taquara, Taquembó, Taquari, Três Barras, Tupaciretã, Umbú, Uruguai, Uruguiana, Vale Vêneto e Vila Clara.

Além disso, os demonstrativos das residências conversam com os dados que temos sobre os locais de nascimento, de maneira que a cidade, mais uma vez, demonstra-se diversa, sendo impossível tomá-la como hegemonicamente *branca*.

Outra informação presente na fonte que possibilita traçarmos questionamentos sobre as condições jurídicas na vigência da escravidão são as idades dos e das enfermas, que podem ser visualizados nos quadros abaixo¹⁹⁶.

Quadro 9 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e faixa-etária (1903-1918) - com repetições

idade	Branca		Parda		Preta		Indiática		Outros		Ilegível/não consta		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
0 a 9	43	3,02	13	2,21	12	2,42	2	1,47	2	0	1	5,26	73	2,64
10 a 19	166	11,67	108	18,34	86	17,34	20	14,71	17	17	2	10,53	399	14,44
20 a 29	409	28,74	239	40,58	150	30,24	37	27,21	42	42	5	26,32	882	31,92
30 a 39	249	17,5	104	17,66	80	16,13	23	16,91	18	18	0	0	474	17,16
40 a 49	190	13,35	40	6,79	56	11,29	25	18,38	8	8	1	5,26	320	11,58
50 a 59	149	20,26	30	5,09	43	8,67	13	9,56	6	6	1	5,26	239	8,65
60 a 69	116	8,15	26	4,41	26	5,24	4	2,94	2	2	0	0	174	6,3
70 a 79	46	3,23	10	1,7	17	3,43	10	7,35	1	1	0	0	84	3,04
80 a 89	51	1,05	2	0,34	7	1,41	0	0	0	0	0	0	24	0,87
90 a 99	5	0,35	0	0	4	0,81	0	0	0	0	1	5,26	10	0,36
100 ou mais	1	0,07	0	0	4	0,81	0	0,74	0	0	1	0	24	0,22
Ilegível/não consta	37	2,60	33	2,89	11	2,22	1	0,74	4	4	8	42,11	78	2,82
Total	1423	100	589	100	496	100	136	100	100	100	19	19	2763	100

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

¹⁹⁶ As idades foram agrupadas em faixas-etárias de 10 anos cada, buscando assim otimizar as análises.

Quadro 10 – Registros das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e faixa-etária (1903-1918) – com repetições

Idade	Branca		Parda		Preta		Indiática		Outros		Inelegível/ Não Consta		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
0 a 9	34	3,95	22	4,38	6	1,92	0	0	1	1,2	0	0	63	3,47
10 a 19	225	26,16	11	22,11	80	25,64	7	17,5	24	28,92	2	12,5	449	24,77
20 a 29	256	29,77	18	37,65	88	28,21	15	37,5	27	32,53	5	31,25	580	31,99
30 a 39	140	16,28	64	12,75	44	14,10	13	32,5	17	20,48	2	12,5	280	15,44
40 a 49	63	7,33	48	9,56	32	10,26	1	2,5	7	8,43	1	6,25	152	8,38
50 a 59	56	6,51	20	3,98	18	5,77	1	2,5	3	3,61	0	0	98	5,41
60 a 69	38	4,42	11	2,19	8	2,56	0	0	1	1,2	2	12,5	61	3,36
70 a 79	12	1,40	4	0,8	4	1,28	3	7,5	0	0	0	0	23	1,27
80 a 89	4	0,47	2	0,4	6	1,92	0	0	0	0	0	0	12	0,66
90 a 99	1	0,12	1	0,2	6	1,92	0	0	0	0	0	0	8	0,44
100 ou mais	0	0	0	0	3	0,96	0	0	0	0	0	0	3	0,17
Ilegível/ não consta	31	3,6	30	5,98	17	5,45	0	0	3	3,61	8	25	84	4,63
TOTAL	860	100	502	100	312	100	40	100	83	100	16	100	1813	100

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2.

Os dados dos quadros acima demonstram que a ampla maioria dos homens pobres nos registros recorria ao HCSM entre os seus 10 e 49 anos, e as mulheres entre seus 10 e 39, o que pode indicar que, por se tratarem de idades reprodutivas, as mulheres ou estavam em menor quantidade no geral da população — o que não podemos afirmar pela ausência de registros etários oficiais — ou que, dado ao fato de estarem justamente presentes em outros espaços, dado aos fatores elencados anteriormente que poderiam explicar suas *ausências*.

Felipe Brunhauser (2018) ao se dedicar a pensar crianças populares (menores de 21 anos) em Santa Maria entre os anos de 1917 a 1921 pelos LREPHCSM, observa uma proporção equilibrada entre os sexos até os 14 anos de idade, mas este quadro se altera quando idades superiores são consideradas, onde o público masculino passa a ser o dobro da presença feminina, onde

Esta predominância de registros masculinos, sobretudo a partir dos 18 anos, se justifica pela política da instituição, que oferecia custos reduzidos no tratamento para soldados da Brigada Militar e trabalhadores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. O número de profissões relacionadas a estes dois setores empregatícios entre homens nesta faixa etária é bastante elevado [...].

Considerações traçadas por Priscilla Almaleh (2018) resultantes da observação realizada pela autora dos LMESCOMPA, pontuaram que não somente mulheres estavam

menos presentes que homens no espaço hospitalar, mas que, sua presença — que no quadro geral era reduzida — se fazia em períodos da vida equivalente às suas idades produtivas mesmo que a quantidade observada nos diagnósticos referentes a partos e complicações decorrentes da gravidez ou do estado puerperal tenha sido baixa.

Em quase todos os agrupamentos etários estipulados por nós, enfermos e enfermas pobres de cor *branca* compõem se não metade, mais que a metade de seus registros, com exceção das idades superiores a 90 anos. Como não dispomos de uma pirâmide etária da população dos anos estudados podemos inferir que, possivelmente, as circularidades das pessoas designadas como *brancas* fosse maior, uma vez que sua presença é componente expressivo na proporção das idades e se distribui uniformemente em praticamente todas elas. Mas isso não quer dizer, como visto anteriormente, que o HCSM fosse, de fato, uma instituição que preconizasse o atendimento do público *branco*, justamente pela aglutinação de todas as categorias além desta resultar na metade dos registros de *não brancos*.

Quando mencionamos ser possível levantar suposições da presença nos registros da população outrora escravizada, deve-se ao fato do ano da abolição da escravidão estar há apenas quinze anos de distância do ano inicial da nossa pesquisa. Da população *parda e preta* mais expressiva temos, por sexo, respectivamente: 31 e 15% de homens e 32 e 15% de mulheres entre 20 e 29 anos; 24 e 14% de homens e 22 e 15% de mulheres entre 30 e 39 anos. Assim sendo, a hipótese de que estes indivíduos possam ter nascido sob a condição de escravizados, descender da população negra livre ou, ainda, serem *ingênuos*, ou seja, crianças nascidas de *ventre livre* parece certa de ser levantada. Sobre essa lei Paulo Roberto Moreira e Natalia Garcia Pinto discorrem que

[...] determinava a liberdade do ventre das escravas, cujos produtos seriam *considerados em condição livre*. Este preceito legislativo, entretanto, estabelecia também que os *ingênuos* ficariam com os senhores de suas mães até os 8 anos de idade com a condição dos mesmos *cria-los* (§1º do artigo 1º). [...] Nesse momento os senhores deveriam escolher se queriam ficar com os *ingênuos* até os 21 anos ou entregá-los ao governo imperial, recebendo em contrapartida uma indenização de mil réis.¹⁹⁷

As questões em torno das tutelas dessas crianças, protagonizadas muitas das vezes através das disputas entre senhores de escravos, mulheres pobres e suas redes relacionais, demonstra a circularidade das crianças e jovens não só no período escravista, como também

¹⁹⁷ MOREIRA, Paulo R. e PINTO, Natalia G.: “Sem lar, viviam abrigados sob o teto da casa de seus senhores”: Experiências de vida e morte dos filhos do Ventre Livre (Porto Alegre e Pelotas, RS – 1891/1888). In: CARDOZO, José Carlos S. et al (Orgs.). **História das Crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 20016. p. 164-193.

no pós-abolição. Segundo Claudia Fonseca (2012) e Silvia Arend (2001), era recorrente que menores membros de famílias pobres livres ou egressas do cativo fossem confiados a pessoas com melhores condições, sejam senhores, parentes, amigos ou conhecidos, até que as mesmas pudessem edificar condições de recebê-los. Estas, portanto, seriam estratégias construídas para garantir, seja para si ou para os seus, melhores circunstâncias de sobrevivência ou ascensão social¹⁹⁸.

Quando tutelados pelos senhores de escravos, fossem eles também *proprietários* de suas famílias ou não, outros cenários que além da seguridade e da possível ascensão social se delineavam. A condição de *criar* estas crianças— prevista pela lei acima citada — por vezes se somava ao ensino de algum ofício, onde através deste se iniciavam, já em tenra idade, menores nos mundos do trabalho. O pleito das suas tutelas desnuda interesses em angariar para si uma mão de obra não ou mal remunerada, em regimes de trabalho integral ou parcialmente compulsórios, mesmo que estes menores gozassem da condição de *livres*. Marina Haack contribui para o entendimento dos contextos destas existências, apontando que:

ao denunciar o caráter exploratório dos serviços aos quais seus filhos poderiam ser expostos, e mais ao diferenciar o caráter de aprendizado de um ofício que poderia ser útil ao menor, do simples uso de sua força laboral para suprir necessidades de sua propriedade ou casa, a mãe e demais parentes das famílias negras estavam evocando a luta dos “egressos da senzala pela construção de sua dignidade” (PAPALI, 2003, p. 139). Afastar-se desses estereótipos e, precaver-se das armadilhas dos sujeitos ligados a lógica e mentalidade senhorial, em uma sociedade com raízes tão profundas na exploração de pessoas negras, significava sobreviver no mundo em liberdade. O que podemos perceber é que mesmo para ingênuos, a condição das mães acabava por empurrar os pequenos para o trabalho compulsório, dividindo uma rotina similar¹⁹⁹

A trajetória de Innocência Maria Joaquina, filha natural de Zeferina, escravizada de Hidelbrando Teixeira Cezar, nascida em 1873 na freguesia de Santa Maria da Boca do Monte e, portanto, *criança de ventre livre* e mencionada no capítulo anterior, ilustra essa situação.

Outro ponto interessante para fechamento da discussão do perfil etário da população pobre assistida pelo HCSM são os registros de enfermos e enfermas de idade avançada. Em sua análise dos Livros da Óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre entre os anos de 1880 e 1895, Daniel Oliveira (2012) demonstrou que, quanto a mortalidade feminina:

¹⁹⁸ Ibid, p. 173-174.

¹⁹⁹ HAACK, Marina. “A suplicante apesar de ser uma mísera preta forra tem contudo coração de mãe”: a experiência da maternidade entre escravizadas e libertas em Cachoeira do Sul, século XIX. In: **9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2019**, Florianópolis. Anais do 9º Encontro, 2019. p. 8.

Proporcionalmente, o que se observa é que a mortalidade feminina é maior nos primeiros anos de vida (vide os números arrolados no grupo 5, principalmente os natimortos, bem como, a atrepsia na primeira infância) e após os 65 anos (com alto número de mortes tendo como causa senilidade). No entanto, no período de maior fertilidade, isto é, na faixa que vai dos 15 aos 39 anos, a mortalidade feminina é consideravelmente menos que a masculina.²⁰⁰

Apesar de não tão distantes do nosso recorte de pesquisa, mulheres com idades acima de 65 anos figuram entre os grupos com maior mortalidade na capital do estado. Por não dispormos de dados acerca da expectativa de vida da população santa-mariense, escolhemos aqui refletir um pouco sobre os 64 registros de enfermos de idades iguais ou maiores que 80 anos, pois excedem em muito as estimativas levantadas por Oliveira. Destes 63 registros, 40 são homens em que: 21 são designados como *brancos*, 1 *indiático*, 2 *pardos* e 15 *pretos*. Do restante, 23 equivalem a registros femininos em que: 5 são designadas como *brancas*, 3 *pardas* e 15 *pretas*. A historiografia que remonta à população idosa não só é recente como também enfrenta a exiguidade de fontes e o reduzido número de pesquisas. A documentação empregada aqui demonstra seu potencial de observação desse setor populacional tão omitido das narrativas históricas. Para estes estudos, exige-se que entendamos que os processos de envelhecimento são diferenciados conforme os distintos recortes históricos e segmentos populacionais²⁰¹. No tocante às mulheres e a velhice temos, portanto

As diferenças de classe — que eram em grande parte também diferenças de “cor” — continuam a se patentear também do campo profissional ou ocupacional das mulheres: as mulheres pobres, todas trabalham; na juventude à velhice, continuam em seus serviços “na rua” ou “para a rua”, duplicando o trabalho doméstico para atender à sua própria família — e habitualmente dividindo-o com suas filhas, mesmo quando meninas. Ao longo da vida, até a velhice. Uma velhice que chegava depressa, pois o trabalho incessante maltrata o corpo. Em uma época sem previdência pública nem seguro-saúde, as velhas que adoeciam eram cuidadas pelas suas filhas, comumente, por uma filha que continuasse em casa. *Filha, nunca filho. Cuidar é um verbo desde sempre conjugado no feminino.*²⁰²

Esta citação, somada aos dados apresentados sobre a população de idade superior a 80 anos, nos faz pensar que não podemos constatar que a maioria masculina observada nos registros signifique uma maior longevidade destes, uma vez que já elencamos a desproporcionalidade da população feminina no HCSM e nas estimativas possíveis de serem traçadas pelos censos. No entanto, o que podemos, é pensar que essa população idosa observada também vivenciava em seus cotidianos, e principalmente nas situações de enfermidade, uma carência relacional, inexistindo, talvez, uma rede familiar próxima que

²⁰⁰ OLIVEIRA, Daniel. 2012, p. 222.

²⁰¹ Ibid.p. 84.

²⁰² MOTTA, Alda Britto da. Mulheres Velhas: elas começam a aparecer.... In: PINSKY, Carla B. e PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova História das mulheres no Brasil**. – São Paulo: Contexto, 2018. p. 86.

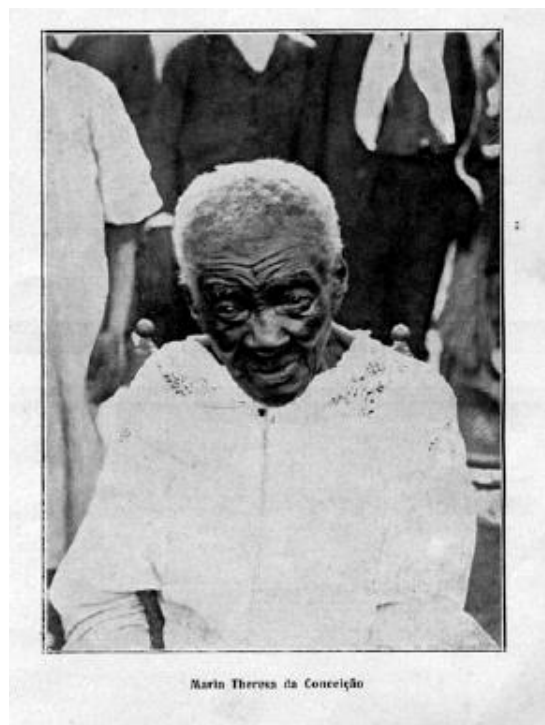
lhes pudessem direcionar os cuidados necessários. O HCSM apareceria, para elas, como uma opção viável diante de um cenário de várias e possíveis *ausências*.

Na Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria (1914) temos importantes contribuições para pensarmos a população pobre e idosa da cidade onde, mesmo sendo construída pelas elites locais e às retratando de maneira quase exclusiva, Franciele Oliveira (2014) salienta:

Ainda que o documento ocultasse temas como a escravidão e a Abolição e não desse espaço para a representação dos populares, eles aparecem compondo o cenário urbano naquelas imagens onde “escapam” trabalhadores e transeuntes. No documento, também, é possível perceber, em parte, a expressão dos populares junto aos textos de nome “typos populares” e “typos antigos” e, especialmente, quando abordam a inauguração da capela de Santo Antão e a procissão junto à festa de Santo Antão, momento que parecia ser de bastante efervescência entre os populares [...].²⁰³

Abaixo, seguem algumas das imagens apresentadas na revista:

Imagem 8 – Maria Thereza da Conceição

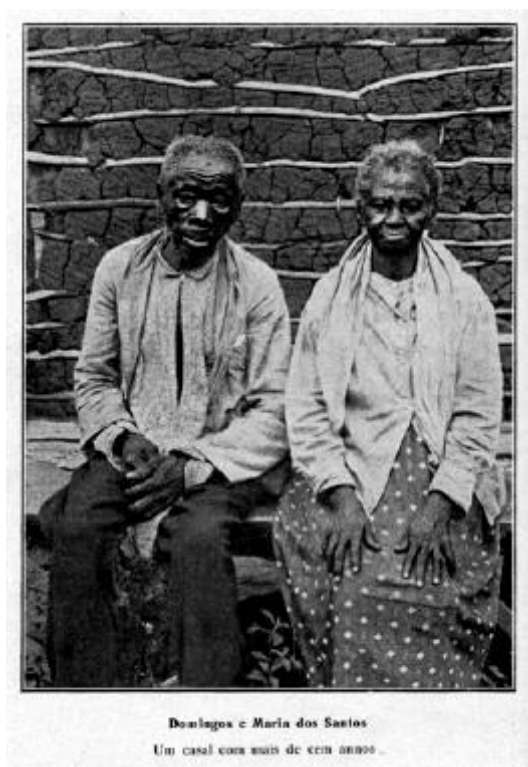


Fonte: Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Cidade de Santa Maria, não paginada.

²⁰³ OLIVEIRA, 2017, p. 243

Imagem 9 – Maria Costa da Conceição

Fonte: Revista Comemorativa do Primeiro Centenário de Santa Maria, não paginada

Imagem 10 – Domingos e Maria dos Santos

Fonte: Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Cidade de Santa Maria, não paginada.

Na imagem 10 é informado que Maria Costa da Conceição teria 105 anos, e, na de número 10 é possível sabermos que Domingos e Maria dos Santos têm idade superior a cem anos mas, diferentemente destas duas que apresentam cada uma sua legenda, no caso de Maria Thereza da Conceição na imagem 8, inexistente qualquer tipo de informação sobre ela além de seu nome, ainda que seja possível, assim como os e as demais, que ela também contasse com uma idade avançada ou fosse centenária. As figuras de Maria Costa, Maria Thereza, Domingos e Maria dos Santos são dispostas na Revista entre informações sobre velas, perfumaria, chapéus e registros de consumo, lhes negando um protagonismo maior ou sequer linhas de informações mais completas. Talvez, a ausência deliberada das suas histórias resulte na incontornável menção de suas prováveis condições pregressas de escravizados, como menciona Franciele Oliveira

Possivelmente, pelas suas “cores”, idades e nomes, pudessem ser parte daquela expressiva parcela da população que fora escravizada na cidade e/ou em seus distritos, como as ancestrais de Innocência e Laura, antes mencionadas. Os retratos assumem grande importância, na medida em que nos possibilitam visualizar sujeitos da História da escravidão e da liberdade na cidade, levando-nos a perceber suas realidades materiais e culturais, como as suas formas de vestirem-se, os locais onde estavam e com quem estavam, seus adereços e até mesmo pensar sobre as formas como estão se expressando e com que se colocam frente à câmera e ao fotógrafo naquele momento.²⁰⁴

Neste subcapítulo buscamos contemplar questões acerca das categorias *sexo*, *cor*, mediados pela classe e somados às informações referentes a faixa-etária e nacionalidade. A seguir abordaremos os estados civis e profissões.

2.2 CONDIÇÕES DESIGUAIS: AFETOS E PROFISSÕES

Entender os cotidianos das mulheres pobres em Santa Maria nos primórdios do século XX perpassa por, além do que já foi contemplado, questões referentes às construções de afeto, aos arranjos familiares e aos labores desenvolvidos. Vejamos:

²⁰⁴ Ibid, p. 246.

Quadro 11 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e estado civil (1903-1918) - com repetições

Estados Cívicos	Branca		Parda		Preta		Indiática		Outras		Ilegível/não consta		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Casada	340	23,89	58	9,85	46	9,27	16	11,76	15	15	3	15,79	478	17,3
Ilegível/não consta	26	1,83	14	2,35	10	2,02	1	0,74	2	2	6	31,58	59	2,14
Religiosa	2	0,14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,07
Solteira	939	65,99	449	84,72	419	84,48	109	80,15	76	76	10	52,63	2052	74,27
Viúva	116	8,15	18	3,06	21	4,23	10	7,35	7	7	0	0	172	6,23
Total	1423	100	589	100	496	100	135	100	100	100	19	100	2763	100

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

Quadro 12 – Registros das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e estado civil (1903-1918) - com repetições

Estados Cívicos	Branca		Parda		Preta		Indiática		Outras		Ilegível/não consta		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Casada	253	29,42	85	16,93	42	13,46	5	12,5	15	18,07	4	25	404	22,28
Ilegível/não consta	17	1,98	13	2,59	2	0,64	0	0	1	1,2	2	12,5	35	1,93
Religiosa	8	0,93	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0,44
Solteira	479	55,7	376	74,9	251	80,45	32	80	63	75,9	8	50	1209	66,69
Viúva	103	11,98	28	5,58	17	5,45	3	7,5	4	4,82	2	12,5	157	8,66
Total	860	100	502	100	312	100	40	100	83	100	16	100	1813	100

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

Antes de começar a discutir os dados que foram apresentados logo acima, ponderações sobre o cotidiano dos afetos construídos por sujeitos populares e suas interpretações devem ser feitas. Para isto, faremos uso da contribuição de Sidney Chalhoub sobre os entendimentos acerca dos comportamentos em torno do amor de homens e mulheres pobres, onde discorre que

[...] tanto os homens do poder quanto os cientistas sociais têm adotado o procedimento de comparar ideais considerados universais pela classe dominante com a conduta real manifestada pelas classes populares. O passo seguinte é constatar que a conduta real vivida pelos membros das classes populares não se ajusta aos padrões dominantes, concluindo-se, então, que os populares vivem em um estado anômico ou patológico no qual as relações entre os sexos são caracterizadas pela desordem e pela promiscuidade, culminando com a desagregação da família. [...] Os teóricos da patologia social deram uma contribuição importante ao constatarem que os padrões de comportamento amoroso praticados pela classe trabalhadora não se ajustavam àqueles propalados pela classe dominante. A constatação é essencial na medida em que sugere limites claros à possível eficácia dos mecanismos de controle e repressão sexual ativados pelos detentores do poder e do capital [...] não se trata mais de rotular de patológico ou anômico tudo aquilo que não se ajusta satisfatoriamente aos valores característicos da visão de mundo burguesa, e sim tentar compreender o sentido

e a racionalidade intrínsecos ao comportamento amoroso dos membros da classe trabalhadora.²⁰⁵

Nos quadros acima dispostas temos um quadro dos possíveis arranjos familiares e afetivos dos grupos populares que transitavam pelas ruas e campos de Santa Maria. Começamos neste primeiro momento a falar sobre os(as) casados(as) que somados constituem 882 registros, 19% do total. Discriminados quanto ao *sexo*, temos 17,3% dos registros masculinos e 22,28% dos registros femininos.

Há que se levar em conta que os registros do hospital captam o momento em que, diante da vivência de uma enfermidade, essas pessoas ocupam a instituição buscando assistência, neste momento, e apenas neste, os dados são coletados. Uniões posteriores, ou ainda as desfeitas anteriormente aos registros podem não ter sido computadas, o que prova que o quadro aqui apresentado expressa o estado civil do dia em que o registro foi elaborado.

Rachel Sohiet (1989) e Martha Abreu Esteves (1989) consideram que, para grupos ditos subalternos uma união que perpassasse pela chancela do Estado ou da Igreja resultaria em alto custo financeiro e que, portanto, lhes seria menos atrativa. Nas *cores* dos casados, temos 23,89% dos homens *brancos* e 29,42 das *brancas*, porém nenhuma das designações *não brancas* tenham entre os seus e suas se quer 20% cada uma. A pouca presença de *não brancos* entre os e as casadas não deve ser pensada como um resultado do pouco interesse em torno de uniões estáveis ou duradouras, mas que o casamento não fosse, para alguns, uma das possíveis e viáveis alternativas. É possível pensar também que o número de casados e casadas represente também aqueles civilmente solteiros e religiosamente casados, uma vez que não sabemos se os e as enfermas eram inqueridos quanto à instituição realizadora de suas uniões. Talvez, ainda, a população *não branca* casada estivesse administrando sua saúde e suas doenças com pessoas mais próximas de si, tanto em perfil étnico quanto em afetividades. *Não brancos* casados, ainda que pouco representados pelos registros, optaram por esse tipo de união, e isso merece e deve ser pontuado principalmente por contarem com a herança da escravidão, fossem estes ex-cativos ou não.

Para a população *branca*, parece que ainda que na experiência da pobreza, o casamento fosse mais acessível, mesmo este dispendendo custos considerados pela historiografia enquanto significativos. Isto tudo denota que poderiam, e muito provável que tenham existido, condições desiguais de construção de afeto.

²⁰⁵ CHALHOUB, 2012, p. 172-173.

Um elemento importante é o mito do *homem negro estuprador* mencionado com maestria por Angela Davis (2016), que construiu no imaginário ocidental um caráter não só violento, como também naturalmente inapto às uniões consensuais e afetivas. A construção do afeto é perpassada por questões de gênero, de classe e de cor. A experiência do cativo e do colonialismo expuseram mulheres negras e indígenas à constantes violações²⁰⁶. A exotificação, objetificação e hipersexualização histórica recaídas sobre elas e também sobre homens negros, não só significa que uniões interracialis podem servir como abrigo e acolhida de um par que partilha as mesmas dificuldades de existências, mas que a consciência dos traumas construídos pela apropriação que a branquitude fez dos corpos negros, fossem passados de geração para geração. Beatriz Nascimento traz importantes apontamentos sobre o afeto para mulheres negras,

Desse modo, ou permanece solitária ou liga-se a alternativas em que os laços de dominação podem ser afrouxados. Convivendo em uma sociedade plurirracial, que privilegia padrões estéticos masculinos como aqueles cujo ideal é um maior grau de embranquecimento (desde a mulher mestiça até a branca), seu trânsito afetivo é extremamente limitado. Há poucas chances para essa mulher numa estrutura em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais e é ela representante da etnia mais submetida. A escolha dos homens passa pela crença de que ela seja mais erótica ou mais ardente sexualmente que as demais, crenças relacionadas às características de seu físico, muitas vezes exuberantes. Entretanto, quando se trata de um relacionamento institucional, a discriminação étnica funciona como um impedimento, mais reforçado à medida em que essa mulher alça posição de destaque social.²⁰⁷

Quando olhamos para os solteiros, temos, entre a população designada como *branca* 35,99% homens e 55,7% mulheres. Já entre designados *pardos* e *pretos* há, respectivamente 84,72 e 84,48% de homens, 74,9 e 80,45% de mulheres. Estas porcentagens apontam para uma racialização dos estados civis de solteiros e casados.

A expressiva presença de solteiros pode ser explicada através da recorrente prática do amasiamento entre grupos populares, ou seja, que não eram *de fato* solteiros, mas traçaram uma união fora da oficialização do Estado ou da Igreja. Como a categoria amasiado(a) não aparece em sequer um registro, Silvia Arend (2001), entre outras autoras, demonstra a recorrência dessa prática entre estes, é possível afirmar que dentro da instituição religiosa, as Irmãs responsáveis pelos registros alocassem possíveis amasiados como solteiros, resultando, daí, a maior expressividade destes. Sobre as maneiras pelos quais os amasiados e

²⁰⁶ DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. e hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

²⁰⁷ NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.) **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 268.

amasiadas foram registrados nos processos-crimes observados por Martha Abreu Esteves (1989) no contexto da *Belle Époque* carioca, temos

Quando qualquer testemunha ia dar seu depoimento, eram feitas perguntas, dentre elas o estado civil. Se pelos depoimentos se pode perceber que muitas testemunhas eram amasiadas, elas respondiam àquela pergunta como solteiras. Embora seja tentador pensar que populares associavam o amasiamento ao estado de solteiro, o mais provável era que os escrivães traduzissem, por conta própria, a expressão amasiado por solteiro. Isso é possível pensar, porque pelos parâmetros da Justiça, só existem três opções de estado civil (solteiro, casado ou viúvo). A Justiça desprezava outras opções e até, didaticamente, repassava o preconceito de que a qualificação de casados era só para os possuidores do “papel passado”. Inclusive, caso as testemunhas amasiadas tivessem sido casadas antes ou fossem viúvas, a Justiça mantinha o estado civil anterior ao casamento.²⁰⁸

O amasiamento não era, no entanto, uma união menos duradoura, estável, que envolvesse um menor comprometimento, responsabilidade afetiva e uma maior flexibilidade, ele apenas se delineava à parte das burocratizações e, deles emergem tantas solidariedades e animosidades quanto as que emergem das dinâmicas dos casais “oficiais”²⁰⁹. É possível também que fujam das nossas interpretações inúmeras motivações que teriam levado homens e mulheres a optar por tal arranjo, mas é também ignorar suas agências sugerir que estes só poderiam ocorrer diante da impossibilidade financeira de arcar com um casamento “formal” ou, ainda, que estes os fizessem por, deliberadamente, desviarem da norma prevista. No capítulo a seguir, através dos processos-crime, desenvolveremos uma análise mais aproximada dos amasiamentos, dada sua importância como prática conjugal entre a população estudada.

Quanto ao estado de viuvez também podemos inferir que, apesar de representarem 6,23% dos registros masculinos e 8,66% dos femininos, resultasse da não consideração de atuais *status de relacionamento* ou que viúvas, justamente por essa condição, não preferissem frequentar o HCSM. A questão da viuvez nos ajuda a pensarmos a pobreza e os recursos acionados por esta quando de sua ocorrência. Daiane Rossi (2019) observou, nos pedidos de isenção do imposto da Décima Urbana, diferentes motivações pelas quais homens e mulheres pobres alegavam não ter condições de arcar com a tributação. São mencionadas, entre outras motivações, o estado de desamparo de mulheres viúvas que, dada a perda de seus companheiros viam-se diante de vencimentos insuficientes para realizar seu pagamento,

²⁰⁸ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o contexto do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989. p. 181.

²⁰⁹ AREND, Sílvia Maria Fávero. **Casar ou amasiar**: a família popular em fins do século XIX. POA: UFRGS, 2001.

enquanto para homens o adoecimento e a impossibilidade de realizarem seus labores e, portanto, proverem o sustento de seus lares, era um impeditivo.

Os estados civis “religioso” resultam de internações de homens e mulheres, *Irmãs e Irmãos*, que possivelmente desenvolviam funções no Hospital, se eram da ordem Franciscana, tal qual as Irmãs de Caridade, não podemos afirmar por não haver mais informações acerca destes e destas. O que importa é que sua totalidade é de designação *branca*, o que pode significar, caso trabalhassem para o hospital, um perfil *étnico* na instituição, onde além do corpo médico, o *peçoal* encarregado da lida com o público enfermo e da administração do HCSM fosse, também, *branco*.

Passemos agora a pensar as profissões dos homens e mulheres pobres do HCSM. Pela possibilidade de visualizarmos como distribuía-se os *labores* conforme as designações de cor, estamos atentando para o que foi pontuado pelo historiador Álvaro Nascimento (2016) em sua crítica tecida à clássica historiografia dos mundos do trabalho que, evitando problematizações maiores, recorria à recortes convenientes como os que iniciavam em 1889, depois da extinção do trabalho cativo. Desta maneira, os estudos acabavam por não pensar a questão do trabalho ligada à escravidão e, desconsiderando marcadores de *cor* entre os trabalhadores e as trabalhadoras *livres*, reforçaram uma ideia de que, no pós-abolição, todo trabalhador condiz com o operário organizado de *cor* ausente, formando, assim, um *paradigma da ausência* dos trabalhadores negros. Sobre isso, o autor pontua:

Analisar a transformação das relações sociais e econômicas experimentadas em mais de trezentos anos de escravidão em relações pretensamente livres, sem considerar a cor das pessoas que viveram esse longo e conflituoso processo histórico, nos afasta das reflexões que essa transformação engendra e exige. Que dificuldades citam os historiadores para não incluir essa urgente discussão em suas pesquisas? Alguns se defendem culpando as fontes que não trazem a cor dos trabalhadores ou alegando que não conseguiram tempo para “ir atrás”, como ouço em debates nas mesas de congressos e simpósios. Amparadas pela frágil argumentação da “transição do trabalho escravo e livre”, outros propõem e seguirão objetivos que não abrangerão o período anterior a 1888. Reconhecemos as dificuldades enfrentadas em alguns trabalhos, mas, perguntamo-nos, será que dialogamos com colegas da escravidão e do pós-abolição para buscarmos outras fontes e ferramentas teóricas e metodológicas sensíveis à participação da experiência de negros e negras na formação do mundo do trabalho e do próprio movimento operário, nas escalas local, regional, nacional e transnacional?²¹⁰

A construção dos quadros abaixo apresentadas levou em consideração todas as repetições dos registros com o intuito de conseguirmos apreender melhor a rotatividade

²¹⁰ NASCIMENTO, Álvaro. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, nº 59, p. 607-626, setembro-dezembro, 2016. p. 609.

profissional dos enfermos e enfermas. Foram aglutinadas todas as designações equivalentes a porcentagens perto de nulas, a fim de viabilizar a nossa análise, uma vez que mais de cem profissões puderam ser contabilizadas. Apesar destes agrupamentos, a crítica de Simona Cerutti (1998) aos tratamentos de categorias sócio-profissionais de maneira reificada, com aplicabilidade absoluta e irrestrita, capaz de abarcar toda a sociedade é fundamental. Ainda que o estudo de Cerutti analise um contexto muito diferente (a cidade de Turin, no Piemonte, durante o século XVII), suas observações são válidas como um alerta metodológico em muitos outros contextos, como é o caso do que estudamos aqui. Para a autora, é necessário que a estas categorias sejam conciliados outros aspectos, como processos de interação capazes de demonstrar a heterogeneidade das mesmas, ao contrário de invisibilizá-las.

Quadro 13 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e profissões (1903-1918) - com repetições

Profissões	Branca		Parda		Preta		Indiática		Outras		Ilegível/não consta		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Agricultor	243	17,08	20	3,4	22	4,44	7	5,12	1	1	0	0	293	10,6
Jornaleiro	281	19,75	208	35,31	149	29,64	25	18,38	18	18	2	10,53	681	24,65
Lavrador	28	1,97	9	1,53	5	1,01	0	0	0	0	0	0	42	1,52
Operário	92	6,47	44	7,47	39	7,86	32	23,53	5	5	2	10,53	214	7,75
Outras	342	24,03	104	17,66	75	15,12	21	15,44	20	20	3	15,79	565	20,45
Pedreiro	42	2,95	15	2,55	10	2,02	2	1,49	0	0	1	5,26	70	2,53
Serviço Doméstico	32	2,25	11	1,87	19	3,83	4	2,94	4	4	2	10,53	72	2,61
Trabalhador	125	8,78	84	14,26	94	18,95	35	25,74	14	14	0	0	352	12,74
Ilegível/não consta	238	16,73	94	15,96	85	17,14	10	7,35	38	38	9	47,37	474	17,16
TOTAL	1423	100	589	100	496	100	136	100	19	100	19	100	2763	100

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

A maior expressividade nos registros dos trabalhos dos enfermos homens é composta por *jornaleiros* (24,65%) — trabalhadores por jornada, atividade composta por aqueles trabalhos sem remuneração fixa ou garantidas, que dependiam de demanda, nem sempre estável, resultando muitas das vezes em períodos ociosos, sem qualquer recebimento financeiro — e agricultores (17,16%). A presença do primeiro grupo dialoga com a hipótese que já aventamos anteriormente: os surtos de urbanização, a imigração, a circularidade de ex-cativos e ex-cativas somados à emergência de novas formas produtivas, de reorganização

e remodelação das antigas, assim como a modernização das cidades acabaram por não gerar condições de absorção de toda mão de obra disponível. Desta maneira homens e mulheres precisavam garantir seus sustentos como podiam, muitas das vezes distantes dos trabalhos institucionalizados, como no caso dos jornaleiros.

Em sua dissertação, Daniela Carvalho (2005) elenca uma importante diferença entre o contexto santa-mariense e porto-alegrense entre o final do século XIX. Santa Maria teria “um traço marcadamente rural, um nítido entrelaçamento entre o rural e o urbano”²¹¹, haveria um atrativo urbano relacionado aos produtos advindo das regiões mais distantes das centrais, onde “muitas das pessoas que se deslocavam do meio rural para a cidade transformavam-se em jornaleiros”²¹².

Quando dispomos os registros por ordem alfabética torna-se possível observarmos os enfermos e as enfermas que buscam o HCSM mais de uma vez, confluindo com a afirmação da autora, temos o enfermo Epaminondas Gomes, hospitalizado três vezes na instituição, sendo a primeira vez em 14 de outubro de 1915²¹³, a segunda e terceira em 1916 nas datas de 4 de março²¹⁴ e de 19 de abril²¹⁵, em todos os registros aparece como *pardo*, solteiro, 18 anos, Deste Estado, profissões *agricultor* e nos seguintes *jornaleiro*, diagnósticos *esmagamento dedo do pé*”, *hérnia ?* e *não consta*, médicos que atenderam foram Becker Pinto, Meira e *não consta*, teve alta *a pedido* em 7 de dezembro (sem ano), *curado* em 11 de abril de 1916 e *não consta* em 23 de julho de 1916, permanecido 8, 38 e 95 dias hospitalizado. Epaminondas pode ser um exemplo de agricultor que busca oportunidades no meio urbano, em tarefas intermitentes.

Partindo da análise de processos-crime da Comarca de Santa Maria a mesma autora, ainda, percebeu uma predominância de jornaleiros entre as ocupações dos réus, e levantou a contundente suposição que acreditamos ser útil para pensar este grupo em nossos estudos. Segundo a autora,

O grande número de jornaleiros pode estar associado às práticas de maior controle sobre estas pessoas que não possuíam atividade fixa e que trabalhavam por jornada, uma vez que se vivia um momento de desagregação da sociedade escravista e da conformação de um mercado de trabalho livre, onde, como já referimos anteriormente, o *valor trabalho* passava a ser uma variável fundamental na conformação do *bom cidadão*. Isso tornava aqueles que não possuíam trabalho fixo

²¹¹ CARVALHO, Daniela. 2005, p. 73.

²¹² Ibid.

²¹³ Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livro nº 2, p. 19.

²¹⁴ Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livro nº 2, p. 23.

²¹⁵ Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livro nº 2, p. 24.

(e conseqüentemente relações que os protegessem dos *braços da lei*) facilmente associados a vagabundos, desordeiros, turbulentos, ociosos e uma infinidade de estereótipos que passavam a denominar estes considerados *vagos* e que lhes dava uma enorme visibilidade.²¹⁶

Dos designados *brancos*, 19,75% são *jornaleiros*, 17,08% *agricultores* e 8,78% *trabalhadores*, indicando que estariam mais bem distribuídos entre o ambiente rural e urbano — não excluindo a hipótese de agricultura ser uma das atividades desempenhadas por jornada. Dos *não brancos*, entre *pardos*, temos: 35,31% *jornaleiros*, 3,4% *agricultores* e 14,26% *trabalhadores*; entre *pretos*, são: 29,64% *jornaleiros*, 4,44 *agricultores* e 18,95% *trabalhadores*; e *Indiáticos*, se apresentam: 18,38% *jornaleiros*, 5,75% *agricultores* e 25,79% *trabalhadores*. Deste modo, é evidente das ocupações, ao menos na amostragem populacional que o HCSM nos permite ver, o trabalho no *campo* era majoritariamente um espaço dos designados *brancos*, e que *profissões* como *trabalhadores* e *jornaleiros* têm predominância *não-branca*. Estes resultados talvez indiquem uma racialização não somente dos labores, como também dos espaços da cidade.

Outro aspecto importante é que o ideário de homem como, necessariamente, o provedor dos lares, é insustentável pelo que conseguimos observar. A presença de *jornaleiros* e *trabalhadores*, conduz pensarmos que, nos seus arranjos familiares, outras formas de sustento se faziam necessárias. Entre elas, então, o trabalho feminino como possibilidade viável e muito frequente precisa ser pontuada, ainda que este não ocorra apenas diante da ausência da contribuição financeira advinda de seus companheiros. Sobre os labores femininos, temos o quadro abaixo:

²¹⁶ CARVALHO, 2005. p. 95.

Quadro 14 – Registros dos enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e profissões (1903-1918) - com repetições

PROFISSÃO	Branca		Parda		Preta		Indiática			Outras		Ilegível/não consta		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%		nº	%	nº	%	nº	%
Cozinheira	33	3,84	35	6,97	23	7,37	0	0	2	2,41	0	0	93	5,13	
Criada	10	1,16	30	5,98	10	3,21	3	7,5	2	2,41	1	6,25	56	3,09	
Inelegível/ Não Consta	133	15,47	110	21,91	45	14,42	0	0	19	22,89	4	25	311	17,15	
Lavadeira	20	2,33	18	3,39	11	3,53	1	2,5	3	3,61	1	6,25	53	2,92	
Outras	39	4,53	12	2,39	6	1,92	2	5	2	2,41	1	6,25	62	3,42	
Serviço doméstico	325	72,67	298	59,36	217	69,55	34	85	55	66,27	9	56,25	1238	68,28	
TOTAL	860	100	502	100	312	100	40	100	83	100	16	100	1813	100	

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

Logo de início é observável que a esmagadora maioria das mulheres (68,28%) que deram entrada no HCSM tinham ocupação *serviço doméstico*. Esse quadro também foi verificado nos registros da SCMPA por Daniel Oliveira (2012) e Priscilla Almaleh (2015, 2018) para Porto Alegre no fim do século XIX. Essa maioria, no entanto, leva-nos a supor que a profissão *serviço doméstico* tenha servido como categoria unificante de outras possíveis ocupações, como pontua Paulo Roberto Moreira:

A categoria *serviço doméstico*, além de englobar o conjunto de atividades realizadas na manutenção diária das residências (como amas de leite, por ex.), era utilizada pelas autoridades com o mesmo objetivo da de *jornaleiros* para homens — abrangia os indivíduos sem especialização profissional, autônomos e em cuja existência passavam combinando diversos meios de vida, sem ocupação definida. Estes *serviços domésticos* parecem ser prestados a terceiros, enquanto aquelas mulheres casadas que trabalhavam em suas próprias casas apareciam como *vivendo de seu trabalho* ou *emprego doméstico* [...].²¹⁷

A atribuição das atividades *do lar* exclusivamente às mulheres, geram não só múltiplas jornadas de trabalho em um mesmo dia a fim de garantir o sustento próprio e da família, mas também permitiu que homens, por princípio isentos destes afazeres, pudessem exercer atividades por horas e dias consecutivos, com a garantia de que o trabalho básico

²¹⁷ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt, **Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009. p. 233.

para a manutenção do lar seria executado por sua companheira ou demais mulheres da família.

O fato do trabalho doméstico não remunerado, seja o realizado por mulheres nas próprias residências ou ainda na de terceiros, demonstra como essa prática fora, e ainda permanece, naturalizada e sexualizada. O salário, segundo Silvia Federici em seu artigo *Salários Contra o Trabalho Doméstico* publicado em 1975 e lançado no Brasil no livro *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2020), é uma forma de reconhecimento que torna o(a) trabalhador(a) parte de um contrato social, possibilitando em cenários menos precários o estabelecimento de negociações, barganhas e, inclusive, organizações coletivas em torno de reivindicações e reconhecimento de direitos, correções salariais e etc. A sua não remuneração, no entanto, impede que as atividades realizadas dentro dos lares, que muitas das vezes além de exigir em força e resistência, geram cobranças afetivas e sexuais, ajudou a edificar o trabalho doméstico como um *não trabalho*, restrito portanto ao esperado e inerente às mulheres.

Por inexistirem nos registros de ocupações como as *vivendo de seu trabalho* ou *emprego doméstico*, talvez, além de abarcar outras variadas atividades, *serviço doméstico* compreendesse essas mulheres realizavam tais práticas em seus próprios lares, sem outras jornadas de trabalho. Segundo Angela Davis:

Os incontáveis afazeres que, juntos, são conhecidos como “tarefas domésticas” — cozinhar, lavar a louça, lavar a roupa, arrumar a cama, varrer o chão, ir às compras etc. —, ao que tudo indica, consomem, em média de 3 a 4 mil horas do ano de uma dona de casa. Por mais impressionante que essa estatística seja, ela não é sequer uma estimativa da atenção constante e impossível de ser quantificada que as mães precisam dar às suas crianças. Assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis [...].²¹⁸

Nos *serviços domésticos* temos 72,67% das *brancas*, 59,36% das *pardas*, 67,55% das *pretas*, 85% das *indiáticas* e 66,27% das *outras designações*. Apesar da afirmação de Motta (2018) pontuar que às mulheres pobres o trabalho não era alternativa, e que às mulheres negras e pardas muitas das vezes eram os empregos que lhes restavam, *brancas pobres* também compõem significativamente o grupo *serviços domésticos*, ainda que seja impossível diferenciar quais destas trabalhassem *em casa para si* ou *pra fora*. Os números

²¹⁸ DAVIS, 2016. p. 255.

referentes às mulheres *não brancas* expressam que no cenário do pós-abolição *mulheres de cor* acabavam empregadas em peso em setores que exigiam pouca especialização, onde

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham tido todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório.²¹⁹

A experiência da escravidão, seja destas mulheres, seus e suas ascendentes ou descendentes, deve ser, portanto, considerada no quadro da execução de serviços, principalmente quando visualizamos as *criadas*. Apesar de representarem 3,09% dos registros, quando pensamos na distribuição das *cores* pelas profissões, elas são: 1,16% das *brancas*, 5,98% das *pardas*, 3,21% das *pretas*, 7,5% das *indiáticas* e 2,41% das *outras designações*. Se somadas, as *não-brancas* perfazem 80% das *criadas* e 49% das que aparecem como *serviço doméstico*, enquanto *brancas* representam respectivamente 18 e 50%.

Retomando, seria impossível afirmar, apenas pelos dados, que somente mulheres designadas *brancas* ocupam a minoria dos serviços domésticos realizados *para fora*, ainda que historicamente saibamos que essas atividades foram concentradas, em suas maiorias, nas mãos de mulheres *não brancas*, o que não só foi pontuado — a título de exemplo — pelo trabalho das já citadas Patricia Hill Collins (2019) e Angela Davis (2016) para o contexto estadunidense, comoé também pontuado para mulheres de diferentes países da América Latina por George Andrews,

Estar desproporcionalmente concentradas no serviço doméstico coloca as mulheres afro-latino-americanas em graves desvantagens sociais, econômicas e mesmo emocionais. Os salários são baixos, as jornadas são longas e imprevisíveis, a maioria das domésticas trabalha (e em muitos casos, vivem) em condições de isolamento e sob o controle direto e imediato de seus empregadores. Nessas condições, a capacidade das mulheres negras de cuidar de suas próprias famílias pode ser grandemente comprometida.²²⁰

A profissão *cozinheira* está em maior concentração entre *pardas* (6,97%) e *pretas* (7,37), e, na profissão de *lavadeiras* estão distribuídas de maneira mais similar todas as *designações de cor*. Alimento e roupa limpa eram demandas essenciais dos lares e ocupavam bastante tempo das lidas diárias,

²¹⁹ Ibid., p. 54.

²²⁰ ANDREWS, George Reid. Desigualdade: raça, classe e gênero. In: ANDREWS, George R. LA FUENTE Alejandro de (Orgs.). **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. pp. 75-118. p. 99-100.

A lavagem da roupa era uma das funções mais essenciais em qualquer moradia. As famílias de posses usavam grande quantidade de roupa branca no seu cotidiano, roupas de cama, mesa e banho, e também as próprias roupas de homens, mulheres e crianças, em geral exigiam cuidados especiais no lavar, passar e engomar. A maioria das casas não possuía uma fonte direta de água, e as instalações de água encanada não estavam difundidas no início do século.²²¹

Muitas das vezes essas mulheres eram expostas a acidentes, seja no espaço da cozinha ou no trajeto para os tanques e fontes onde as roupas eram lavadas. Para a Santa Maria do período aqui estudado, esses perigos possíveis no desempenho destas atividades podem ser exemplificados com a menção de Ênio Grigio (2018) à existência de um “tanque das lavadeiras”,

que existia no entroncamento entre as ruas 24 de maio e Floriano Peixoto, atrás de onde foi construído o Colégio Santana. Em 1904, Mario de Figueiredo, outro cronista do jornal “O Combatente” fez uma pequena descrição do local ao solicitar “um gradil para resguardar o tanque sito na parte Norte da Rua Marechal Floriano. Arrepiam-se nos couros e cabelos ao figurarmos a muito realizável hipótese de rolar um cristão descuidado pelo paredão do tanque das lavadeiras. Argumentava o cronista que “com pouco dispêndio, pode-se evitar que um pobre diabo despenhesse o tanque a dentro, fraturando uma perna ou arrebatando a cabeça”. Também ali uma fonte pública construída pela municipalidade. Muitas mulheres, moradoras do bairro [Vila Rica], sustentavam suas famílias como lavadeiras, sendo este um importante local de trabalho, de encontro e de trocas de experiências.²²²

Como pontuado pelo autor, o tanque das lavadeiras²²³ era um importante lugar de concentração destas trabalhadoras, o que sugere que talvez os números de mulheres que tinham esta como sua profissão nos registros não estão, na realidade, conversando com o que se têm apontado para o período. É muito provável que estivessem incluídas nos *serviços domésticos* juntamente com as *costureiras*, ou, ainda, que estas mulheres, talvez por suas jornadas exaustivas, não recorressem à instituição com tanta frequência.

Sandra Graham (1992) demonstra que a existência de trabalhos realizados *portas adentro* e trabalhos *portas a fora* resultavam em diferentes níveis de controle e suspeição. O fato de determinados serviços não serem, no momento, providos pelo poder público, exigia uma circulação maior para estas mulheres pelas ruas da cidade e isto, por si só, nos mostra como era limitado o imaginário normativo de que mulheres deveriam se deter em seus lares, uma vez que o funcionamento de muitos estabelecimentos e casas dependia da circularidade

²²¹ MATOS, Maria Izilda Santos de. Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). *Cadernos Pagu* (4) 1995: pp. 97-115. p. 104-105.

²²² GRÍGIO, 2018. p. 180-181.

²²³ Ainda sobre o cotidiano do trabalho das lavadeiras: Num contexto de tagarelice e camaradagem, informavam sobre os problemas da vizinhança, transmitiam e mantinham as tradições, como receitas, remédios, histórias e rezas. Assim, o trabalho coletivo revigorava vínculos de vizinhança que significavam lazer, solidariedade material e afetiva, mas também controle e regulação das condutas e procedimentos. (MATOS, Maria I. S. de, 1995, p. 105)

desses *serviços femininos*. Às mulheres que ocupavam a rua no seu dia a dia, recaíam julgamentos no sentido de estas não só serem possíveis *vetores de doenças* como de degenerações morais,

Criadas que saíam para as tarefas domésticas eram facilmente confundidas com “mulheres da rua”. Podemos suspeitar que ao menos algumas das mulheres que, quando interrogadas, se identificassem como cozinheiras ou domésticas eram criadas erroneamente acusadas de ser “mulheres públicas”, ao passo que outras trabalhavam em ambas as profissões, sendo muito provável que desejassem passar-se por criadas apropriadamente empregadas. Estar na rua sem uma companhia adequada era suficiente para levantar suspeitas sobre a intenção de uma mulher e sua moral.²²⁴

Muitas destas mulheres, além de exercerem serviços dentro das casas dos empregadores, desenvolvendo funções mais pessoais, presenciavam comportamentos também violentos. Em suas análises de crimes sexuais no contexto carioca, Sueann Caulfied (2000) observou que o elemento da *cor* é componente para o agravo da vulnerabilidade destas mulheres nos lares onde trabalhavam, “há alguma evidência nos processos de que as empregadas domésticas negras e pardas fossem suscetíveis às ofensas sexuais — e de que esse tipo de racismo era agressivo”. Sobre a coabitação de mulheres que trabalhavam como domésticas nas casas de seus e suas patroas, Paulo Roberto Moreira pontua,

Parte importante dos ganhos obtidos pelas criadas devia ser garantida pela moradia e alimentação junto à casa dos patrões. Mesmo assim, parte dessas populares preferiam habitar por conta própria em quartos de cortiços ou casebres, divididos com eventuais amásios (como soldados e marinheiros, por exemplo, ou *companheiras de casa*. Nestas casas, elas lucravam não só em termos afetivos, como os ganhos como criadas podiam ser acrescidos de eventuais serviços *para fora*, como lavagens de roupas, costuras e mesmo prostituição.²²⁵

Um exemplo disso e da circularidade e dos perigos a que estavam expostas pode observado na tentativa de assassinato empreendida por João Annaurelino dos Santos à Cecília Moraes, criada, de 23 anos, solteira e de cor parda, na madrugada do dia 2 de março de 1909²²⁶. Tendo Cecília pernoitado com Mauricio Willker e, ao dirigir-se para a rua Venâncio Aires nº 15, onde residia em um quarto na casa de seu patrão Matheus Calaxans, foi surpreendida por João Annaurelino que havia invadido seu quarto às 9h daquele dia, e ali a aguardava. Ao ser atacada Cecília reagiu, tirando a faca que seu agressor portava. Inconformado com o desarme, João arrastou Cecília pela janela em direção à rua dizendo que “pois bem, vai ser aqui mesmo” e, puxando uma adaga, tentou degolar a vítima. Cecília,

²²⁴ GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e Obediência**: Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910. São Paulo: Cia das Letras 1992. p. 60

²²⁵ MOREIRA, Paulo. **Entre o deboche e a rapina**: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre. Porto Alegre: Armazém Literário, 2009. p. 221

²²⁶ Processo-crime nº3. 1909. Santa Maria. AHMSM.

surpreendentemente, desarma João Annaurelino mais uma vez, quebrando o cabo da adaga que ele portava. Vendo-se impossibilitado de concluir a morte de Cecília, ele foge e ela vai buscar refúgio na Empresa de Luz Elétrica localizada nas proximidades de onde estava. No auto do corpo de delito, o doutor Alfredo Torres (que também era médico do Hospital) constata haver em Cecília um ferimento de doze centímetros de extensão e cinco de profundidade na região antero-lateral do pescoço, próxima da região carotidiana, outro na região do cotovelo com cinco centímetros de extensão e seis de profundidade e, por último, um ferimento superficial na mão com seis centímetros de extensão. A partir dos testemunhos é possível saber que João Annaurelino agiu motivado por ciúmes, apesar de Cecília afirmar não ser amasiada com o mesmo.

Nos registros do HCSM encontramos, no dia 4 de março de 1909, Cecilia Moraes²²⁷, 23 anos, cor *parda*, solteira, pobre, natural deste estado e residente em Santa Maria, profissão “serviços domésticos”, sob diagnóstico ilegível, médico encarregado do atendimento Alfredo Torres, permanecendo hospitalizada por 16 dias, com situação de alta “curada”. Sem sombra de dúvidas esta tratava-se da Cecília do processo-crime.

Nos registros não foram observadas profissões como prostitutas ou amas-de-leite, ainda que sejam vastas as menções dos seus exercícios por mulheres pobres, não só no período estudado (como veremos no capítulo seguinte) como nas décadas anteriores, onde

A principal questão que se colocava para as mulheres obrigadas a trabalhar como ama era a sorte de seus próprios bebês. Nas fazendas médias e grandes, onde se desenvolveram comunidades de senzala, elas sofriam com a distância de suas famílias e comunidades. As dificuldades e restrições impostas e elas impossibilitavam que destinassem os cuidados desejados a seus filhos, os quais estavam sujeitos ao desmame precoce, a separações temporárias e por vezes à morte. [...] Para que o bebê branco monopolizasse as atenções e o suprimento de leite, os bebês negros podiam ser entregues ao cuidado de outra escrava, particularmente meninas ou mulheres velhas, que se ocupavam das crianças nas senzalas ou enfermarias. Mães escravas que puderam manter seus bebês junto a si experimentaram um cotidiano de tensões e muito cansaço, ao terem que dar conta das necessidades de dois bebês, devendo priorizar a criança branca sempre que a vigilância dos senhores se fizesse presente.²²⁸

Ao também levantar indicativos sobre as mulheres pobres em Santa Maria pela análise dos LREPHCSM, Daiane Rossi (2019) acredita que o termo *serviço doméstico* designava mulheres que exerciam seus trabalhos em seus lares, a autora fundamenta sua afirmação na existência de outras ocupações discriminadas destas, como *criadas*, *lavadeiras*,

²²⁷ Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1. p. 52.

²²⁸ TELLES, Lorena, 2018. p. 101.

cozinheiras e outras (que estão aglomeradas junto da profissão *outras* no quadro). No entanto, nos vemos na posição de discordarmos, seja pela existência de processos como os de Cecilia Moraes, seja pelos anúncios encontrados nas edições de fevereiro e março de 1903 do jornal “O Estado” que mostram a demanda por amas-de-leite no período estudado, uma vez que essa profissão, como dito, não pode ser observada nos registros, podendo serem, as amas, mais um grupo profissional incluído na designação de *serviços domésticos*. Um exemplo desses anúncios segue abaixo:

Figura 1- Anúncio de ama-de-leite no Jornal "O Estado" (1903)



Fonte: O ESTADO, 11 fevereiro de 1903, Ano VI, edição número 37. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

2.3 “MUITA GENTE TRÁS SEUS MORIBUNDOS PARA MORREREM NO HOSPITAL E, ASSIM, RECEBEREM OS FUNERAIS GRATUITAMENTE”: OS DIAGNÓSTICOS E AS CONDIÇÕES DE ALTA

Apesar de ter como uma de suas *fontes protagonistas* a documentação produzida em um hospital, a pesquisa aqui construída não intui aventurar-se a fundo no campo da História da Saúde, ainda que este seja para nós muitíssimo valioso. O uso que viemos fazendo dos registros é instrumental, no sentido que nos fornece uma cartografia social das mulheres pobres santa-mariense. Investigações específicas sobre as condições de vida e morte das populações masculinas e femininas é, ainda, um tema à espera de algum pesquisador ou pesquisadora interessada, mas que não figura entre os objetivos a serem cumpridos nestas páginas, tanto por questão de caracteres quanto de foco analítico.

Sem a menor sombra de dúvidas os diagnósticos foram, de longe, a parte mais árdua do processo de transcrever as informações dos LREPHCSM para o banco de dados nominal

no Excel, e isso se explica por variados motivos: caligrafia de quem produziu, dificuldade da nossa equipe de historiadores em decifrá-las ou, simplesmente, desconhecimento do campo médico e das possibilidades de diagnósticos — mesmo quando consultas na internet e em dicionários médicos, aliás, foram de ajuda inestimável. Desta forma, entre os diagnósticos constam inúmeros registros alocados em *ilegível/não consta*. Outro problema, também, foi agrupá-los em categorias inteligíveis, ou seja, pensá-los a partir de uma lógica que viabilizasse boas análises.

Como mencionado no início deste capítulo os Hospitais, além de espaços de administração das enfermidades, também podem ser pensados enquanto laboratórios sociais, nesse sentido os registros e todos os campos nele preenchidos nos trazem reflexões sobre o papel da Instituição e do corpo médico enquanto geradores de *estatísticas* infecto-demográficas. Daniel Oliveira (2018) ao analisar os registros de óbitos na Santa Casa de Misericórdia e os autos de corpo de delito em Porto Alegre na segunda metade do século XIX, buscou traçar as relações entre a atuação médica e o pensamento racial. Algumas reflexões construídas pelo autor podem ser trazidas, com atenção às especificidades do contexto aqui abordado, para as interpretações (ou não-interpretações) dos diagnósticos e condições de alta em nossa pesquisa.

Deparando-se com diagnósticos como *infecções, úlceras, choque traumático, febre*, Oliveira se viu diante da incerteza de serem estas *reais causas de morte* ou apenas sintomas de um possível outro diagnóstico. O fato é que a medicina de meados do século XIX produzia conhecimentos ainda muito incipientes sobre inúmeras doenças, e isso não contribuiu para desanuviar as dúvidas que pairam sobre esse campo dos registros, o que acontece é, exatamente, contrário: os questionamentos tornam-se cada vez mais densos. Outras causas de morte encontradas que, mesmo tendo um mesmo primeiro diagnóstico em comum, são complementadas com formas e expressões que variam em *grave, aguda, crônica, traumática*, igualmente dificultam o trabalho do pesquisador ou pesquisadora que manuseia essa documentação. Oliveira segue exemplificando as dificuldades de interpretação, citando um caso em que a causa da morte constava apenas como *gravidez*, impossibilitando saber se o óbito se deveu às possíveis complicações decorrentes da gravidez, do estado puerperal ou se a enferma teria dado entrada no hospital para realização do parto²²⁹.

²²⁹ OLIVEIRA, 2018. p. 176.

Os possíveis significados não só dos registros dos diagnósticos como também dos modos com que eles foram construídos e dos elementos formadores de suas definições parecem gerar uma quantidade infinitamente maior de perguntas do que de respostas. Mas, como dito anteriormente, a história das enfermidades e das curas não são o objetivo deste subcapítulo, portanto aqui não daremos um passo maior que nossas pernas.

Através dos quadros construídos abaixo, apresentamos as enfermidades mais recorrentes entre os homens:

Quadro 15 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e diagnósticos (1903-1918) - com repetições

DIAGNÓSTICOS	Branca		Parda		Preta		Indiática		Outros		Inelegível/ Não Consta		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Bronquite	32	2,25	16	2,72	10	2,02	2	1,47	3	3	0	0	63	2,28
Febre tifóide	29	2,04	17	2,89	12	2,42	3	2,21	5	5	0	0	66	2,39
Gripe	67	4,71	41	6,96	48	9,68	7	5,15	9	9	3	15,7 9	175	6,33
Inelegível/Não Consta	361	25,3 7	12 1	20,54	122	24,6	51	37,5	18	18	5	26,3 2	678	24,5 4
Outros	714	50,1 8	26 6	45,16	210	42,34	48	35,29	50	50	5	26,3 2	129 3	46,8
Reumatismo	55	3,87	19	3,23	21	4,23	4	2,94	2	2	1	5,26	102	3,69
Sífilis	114	8,01	28	4,75	29	5,85	7	5,15	2	2	2	10,5 3	182	6,59
Tuberculose	51	3,58	81	13,75	44	8,87	14	10,29	11	11	3	15,7 9	204	7,38
Total	142 3	100	58 9	100	496	100	136	100	10 0	10 0	19	100	276 3	100

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

Entre as enfermidades que mais acometiam homens temos a sífilis (7,38%), a tuberculose (6,59%) e gripe (6,33%), de maneira que em designados *brancos* a sífilis fora mais preponderante, compreendendo 8,01% dos hospitalizados. Já entre *não brancos* a tuberculose e a gripe foram as mais expressivas, para a primeira temos, portanto, entre *pardos* 13,75%, entre *pretos* 8,87%, entre *indiáticos* 10,29% e entre as designações aglutinadas em *Outros* (*cabras, amarelos, caboclos, morenos e mistos*) 11%; para a segunda 4,71% entre designados *brancos*, 6,69% entre *pardos*, 9,68% *pretos*, 5,15% entre *indiáticos* e *Outros* 9%. Segundo Beatriz Teixeira Weber (1999) entre as doenças mais frequentes no fim do século XIX e início

do XX são protagonistas a difteria, peste bubônica, febre tifoide, varíola, varicela sífilis e tuberculose, confluindo então com as enfermidades mais recorrentes no público masculino.

Outra possível interpretação também é uma tendência, mesmo que pequena, a elaboração dos diagnósticos conduzir à racialização das enfermidades, como gripe e tuberculose a todos os grupos *não brancos*.

Abaixo temos as enfermidades mais prevalentes entre mulheres pobres:

Quadro 16 – Registros das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e diagnósticos (1903-1918) - com repetições

DIAGNÓSTICOS	Branca		Parda		Preta		Indiática		Outros		Inelegível/ Não Consta		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Bronquite	18	2,09	17	3,39	11	3,53	0	0	2	2,41	0	0	48	2,65
Febre tifoide	31	3,6	22	4,38	9	2,88	2	5	2	2,41	0	0	66	3,64
Gripe	54	6,28	29	5,78	23	7,37	3	7,5	2	2,41	0	0	111	6,12
Inelegível/Não Consta	226	26,28	92	18,33	64	20,51	10	25	23	27,71	4	25	419	23,11
Outros	435	50,58	195	38,84	135	43,27	18	45	33	39,76	10	62,5	826	45,56
Reumatismo	23	2,67	29	5,78	13	4,17	1	2,5	4	4,82	0	0	70	3,86
Sífilis	28	3,26	23	4,58	16	5,13	2	5	3	3,61	2	12,5	74	4,08
Tuberculose	45	5,23	95	18,92	41	13,14	4	10	14	16,87	0	0	199	10,98
TOTAL	860	100	502	100	312	100	40	100	83	100	16	100	1813	100

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

Para mulheres nenhum outro diagnóstico foi mais expressivo que o de tuberculose, perfazendo 10,98% dos registros, no entanto essa foi a enfermidade também preponderante apenas entre *não brancas*, onde temos 18,92% entre *pardas*, 13,14% entre *pardas*, 10% entre *indiáticas* e 16,87 entre *Outras (chinas, mistas e morenas)*, enquanto que entre *brancas* 5,23% foram hospitalizadas por tuberculose, entre este último grupo 6,28%, deram entrada no HCSM sob o diagnóstico de gripe.

A mesma possível interpretação recai neste caso, racializando enfermidades de mulheres de maneira muito semelhante a qual se verificou para os homens.

Abaixo podemos visualizar sob que condições de alta estes enfermos e enfermas deixavam o HCSM.

Quadro 17 – Registros dos enfermos pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e alta (1903-1918) - com repetições

ALTAS	Branca		Parda		Preta		Indiática		Outros		Inelegível/ Não Consta		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
A pedido	190	13,35	56	9,51	38	7,66	14	10,29	13	13	1	5,26	312	11,29
Curado	693	48,7	287	48,73	240	48,39	55	40,44	46	46	8	42,11	1329	48,1
Faleceu	172	12,09	116	19,69	99	19,96	28	20,59	18	18	4	21,05	437	15,82
Inelegível/Não Consta	132	9,28	48	8,15	63	12,7	17	12,5	7	7	5	26,32	272	9,84
Melhorado	224	15,74	79	13,41	55	11,09	20	14,71	14	14	1	5,26	393	14,22
Outros	12	0,84	3	0,51	1	0,2	2	1,47	2	2	0	0	20	0,72
TOTAL	1423	100	589	100	496	100	136	100	100	100	19	100	2763	100

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

Entre homens temos: 48,1% de curados, 15,82% de falecidos e 14,22% de melhorados. Entre todas as designações de cor os curados representaram uma porcentagem superior a 40% do total de registros de designação. O que nos ajuda a entender por que homens estão em maior quantidade na instituição, uma vez que as movimentações empreendidas até a chegada no espaço do Hospital de Caridade se demonstraram substancialmente benéfica a eles, ou ao menos é assim que os registros indicam, podendo ter intensificado a confiança no público pobre masculino tanto *branco* quanto *não branco* neste espaço.

Já os falecidos — segunda condição de alta mais expressiva —, quando pensados nas porcentagens que representam em cada designação, demonstram que *não brancos* morreram em maior proporção com relação ao seu total de registros. Os falecidos entre *brancos* perfazem 12,09%, entre *pardos* 19,69%, entre *pretos* 19,96%, entre *indiáticos* 20,59% e, entre *Outros*, 18%. Para melhorados as porcentagens se assemelham. Esses dados representam então que mesmo não ultrapassando $\frac{1}{4}$ entre cada uma das designações de cor, a mortalidade entre todos os *não brancos* era mais expressiva do que a constatada entre *brancos*.

Os registros das altas realizadas *a pedido* representam 11,29% dos registros de enfermos. É muito possível que esses pedidos tenham sido feitos pelos próprios hospitalizados, mesmo não ficando claro na interpretação da fonte. Entretanto parece indicar, também, no mínimo uma margem de autonomia na decisão de continuar ou não se tratando na instituição. Se a manifestação da vontade de abandonar o HCSM encontrava limitações,

também não é possível inferir. O que essa condição de alta demonstra é que, mesmo em proporção não tão superiores a encontrada entre homens designados *não brancos*, para enfermos *brancos* as altas *a pedido* são, ainda, maiores.

Para mulheres pobres temos as seguintes disposições:

Quadro 18 – Registros dos enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria segundo cor e alta (1903-1918) - com repetições

ALTAS	Branca		Parda		Preta		Indiática		Outros		Inelegível/Não Consta		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
A pedido	105	12,21	52	10,36	36	11,54	3	7,5	8	9,64	2	12,5	206	11,36
Curado	413	48,02	233	46,41	130	41,67	16	40	33	39,76	10	62,5	835	46,06
Faleceu	91	10,58	106	21,12	69	22,12	10	25	20	24,1	1	6,25	297	16,38
Inelegível/Não Consta	106	12,33	44	8,76	30	9,62	4	10	7	8,43	2	12,5	193	10,65
Melhorado	140	16,28	65	12,95	47	15,06	7	17,5	15	18,07	1	6,25	275	15,17
Outros	5	0,58	2	0,4	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0,39
TOTAL	860	100	502	100	312	100	40	100	83	100	16	100	1813	100

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

As curadas não só perfazem 46,06% dos registros gerais de mulheres pobres, como também expressam, entre todas as designações, porcentagens se não maiores ou iguais à 40%, representam uma proporção muito próxima.

Falecidas por sua vez são 16% dessas mulheres. Pensando a preponderância de falecimentos representadas entre todas as mulheres pobres *não brancas* notamos que a mortalidade se manifestou em 20% para mais nos registros, ou seja, o dobro do observado para as designadas *brancas*. Estes números indicam que ou mulheres *não brancas* procuravam o HCSM em situação já avançada de enfermidade, comprometendo assim sua melhora e sua cura, ou a instituição simplesmente falhou, literalmente, duas vezes mais em garantir a sobrevivência destes grupos.

Quanto às melhoras (15,17%), as porcentagens entre todas as designações de cor são maiores que 12 e menores que 19%. E entre altas *a pedido* (11,46%) temos porcentagens entre as designações de cor de em que a menor é 9,64% e a maior 12,21%.

Weber (1999) pode nos ajudar a compreender as dificuldades que homens e mulheres pobres podiam ter encontrado em permanecerem no espaço do hospital, em que

o internamento significava estar distante das pessoas com quem conviviam, em condições diferentes das que estavam habituados e nas quais confiavam. Muitos internamentos mantinham-se por anos, em alguns casos [...]. O paciente era afastado de sua vida cotidiana por um tempo muito prolongado, em situações muitas das vezes desagradáveis, gerando desconfianças das internações.²³⁰

Buscando compreender melhor as relações entre mulheres pobres e as diferentes práticas de cura, selecionamos os diagnósticos referentes à gravidez, parto, estado puerperal, aborto, enfermidades do útero, mamas, vaginais, enfim, todos os diagnósticos interpretados como *moléstias de mulheres*, da forma em que temos o seguinte quadro:

Quadro 19 – Diagnósticos referentes à gravidez, parto, estado puerperal, aborto, ao útero, mamas, vaginais etc. das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria (1903-1918) – com repetições

DIAGNÓSTICOS	Branca		Preta		Parda		Indiática		Outras		Ilegível/não conta		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Abcesso no seio	0	0	0	0	2	0,40	0	0	0	0	0	0	2	0,00
Aborto /3 mês hemorragia	9	1,05	0	0	5	1,00	0	0	0	0	0	0	14	2,04
Blenorragia	12	1,40	4	1,28	2	0,40	0	0	0	0	1,00	6,25	18	3,08
Câncer do seio	1	0,12	1	0,32			0	0	0	0	0	0	2	0,44
Cancro do útero	5	0,58	1	0,32	2	0,40	0	0	1	1,20	0	0	9	2,51
Carcinoma Uterino	2	0,23	0	0			0	0	0	0	0	0	2	0,23
Catarrho Vaginal/ agudo/ cólica	0	0	0	0	2	0,40	0	0	0	0	0	0	2	0,40
Cistite blenorragica	2	0,23	0	0			0	0	0	0	0	0	2	0,23
Cisto no ovário		0,00	0	0	1	0,20	0	0	0	0	0	0	1	0,20
Cistocele - plástica vaginal	1	0,12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,12
Cólica sifilítica	0	0	0	0	0	0,00	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Corpo estranho na vagina	0	0	0	0	1	0,20	0	0	0	0	0	0	1	0,20
Desitomise puerp.	0	0	0	0	1	0,20	0	0	0	0	0	0	1	0,20
Eclampsia e eclampsia puerperal	0	0	2	0,64			0	0	0	0	0	0	2	0,64
Endometrite / Catarral / Crônica / Uretra / gonorreica / uterina	4	0,47	1	0,32	1	0,20	0	0	0	0	0	0	6	0,99
Fibroma uterino	1	0,12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,12
Fistula vaginal	1	0,12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,12

²³⁰ WEBER, 1999. p. 216.

Quadro 19 – Diagnósticos referentes à gravidez, parto, estado puerperal, aborto, ao útero, mamárias, vaginais etc. das enfermas pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria (1903-1918) – com repetições

(continuação)

DIAGNÓSTICOS	Branca		Preta		Parda		Indiática		Outras		Ilegível/não conta		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Parto / cesáreo / a termo / normal	13	1,51	5	1,60	3	0,60	0	0	0	0	0	0	21	3,71
Gravidez e prenhez / a termo / 5 meses	14	1,63	13	4,17	4	0,80	0	0	0	0	0	0	31	6,59
Hemorragia uterina	1	0,12	0	0	1	0,20	0	0	0	0	0	0	2	0,32
Infecção puerperal	1	0,12	0	0			0	0	0	0	0	0	1	0,12
Inversão uterina	0	0	0	0	1	0,20	0	0	0	0	0	0	1	0,20
Mestite crônica	0	0	0	0	1	0,20	0	0	0	0	0	0	1	0,20
Metrite/ blenorragica / catarral / granular / hemorrágica / séptica	5	0,58	2	0,64	1	0,20	0	0	1	1,20	0	0	9	2,63
Mioma do útero	3	0,35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0,35
Neuralgia uterina	1	0,12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,12
Parometrite	1	0,12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,12
Pólipo de útero	1	0,12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,12
Prolapso de útero	1	0,12	1	0,32	1	0,20	0	0	0	0	0	0	3	0,64
Tumor no ventre	1	0,12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,12
Total diagnósticos	80	9,30	30	9,62	30	5,79	0	0	2	2,41	1	1,20	142	7,84
Outros + ilegíveis/ não consta	780	90,70	282	90,38	472	94,21	40	100	81	97,59	15	93,75	1670	92,16
Total geral de todos os registros	860	100	312	100	501	10	40	10	83	100	16	100	1813	100

Fonte: Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livros nº 1 e 2

A interpretação desses dados pode ser auxiliada se pensarmos o período analisado dentro do processo consolidações da ginecologia e da obstetrícia como especialidades médicas. Segundo Ana Paula Vosne Martins (2008), essa trajetória é demarcada fortemente por conflitos entre parturientes, parteiras e médicos. Lorena Telles (2018) demonstra, ao analisar as publicações médicas em periódicos, estudos de caso e as teses publicadas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que o perfil médico ao longo da primeira década do século XX era de homens, predominantemente brancos, provenientes de aristocracias

rurais escravistas ou de seguimentos médios urbanos dedicados ao comércio e aos serviços públicos. Notando que entre estes, durante o mesmo período, eram poucos os que se interessavam pelas enfermidades femininas e pela obstetrícia²³¹.

Telles ainda aborda o papel da Maternidade Municipal e da Enfermaria de Partos e Problemas Ginecológicos da Santa Casa de Misericórdia carioca na formação de médicos dedicados à ginecologia e à obstetrícia. A construção desses lugares para assistência gratuita às parturientes, no entanto, não se deu pelo interesse na prestação desses serviços à comunidade, mas sim pela necessidade do alunado médico em construir prática. Demonstra ainda como a aliança entre senhores e senhoras de mulheres negras escravizadas em acessar essas instituições ante à partos complicados de suas escravas, no intuito de preservar a força de trabalho da mãe e da criança, onde não raras vezes essas parturientes e seus bebês ou morriam durante o procedimento, ou logo após eles.

Lorena Telles (2018) denuncia os silêncios das fontes que analisou no que se refere às vontades, consentimentos e sentimentos manifestados ou não nesses momentos difíceis. Evidencia como as produções médicas sequer preocupavam-se com essas questões ao descreverem em detalhes o tormento das parturientes em situações em que, diante do uso de técnicas e instrumentos como o fórceps, as crianças morriam dentro do útero na tentativa de tirá-las da barriga de suas mães, fazendo com que tivessem de ser desmembradas e retiradas dessas mulheres parte a parte.

No HCSM é registrada a primeira cesariana, com sucesso, apenas no ano de 1911²³², segundo Beatriz Weber, “durante todo o século XIX, o ‘progresso’ médico era a realização da cesariana com extirpação total do útero e a regra era a morte em caso de partos difíceis”²³³

Diante desses estudos, é importante não só refletir sobre o custo, em termos de quantidade de vidas de mulheres e crianças, para a institucionalização da obstetrícia e da ginecologia no Brasil, como também pensar que essas mortes eram, como bem demonstrou Lorena Telles, em peso de mulheres e crianças *não brancas*. Tudo nos conduz, portanto, a inferir sobre o grau de desconfiança e medo não só manifestados por essas mulheres com

²³¹ TELLES, Lorena Férris da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)**. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 169.

²³² BELTRÃO, 2013. p 464.

²³³ WEBER, 1999. p. 196.

relações às instituições de assistência, mas em que medida essas intervenções violentas se configuraram como traumas passados de geração em geração.

Esse contexto nos ajuda a entender a menor quantidade de mulheres pobres no Hospital de Caridade de Santa Maria se comparado aos homens, e também ilumina as interpretações sobre a pouquíssima expressividade destas que procuravam o HCSM para tratar de enfermidades cujo diagnóstico, naquela época, era restrito ao público feminino.

Temos, dessa maneira, entre as três enfermidades mais recorres gravidez (6,59%), parto (3,71) e blenorragia (3,08%). E quando observamos as prevalências nesses diagnósticos notamos, por exemplo, que mulheres designadas *indiáticas* sequer confiaram no HCM para tratar de qualquer um desses diagnósticos. Entre *brancas* (1,63%) e pretas (4,17%) a gravidez foi o diagnóstico mais frequente, e notamos, se comparando-as também com a quantidade entre *pardas* (0,8%) que mulheres designadas *pretas*, dentro da pequena quantidade de 13 casos, foram o grupo que dava mais entrada no HCSM por gravidez. Outro dado importante é que entre as três enfermidades mais frequentes em todas as designações de cor, apenas entre as *pardas* o *aborto* aparece, e ainda em primeiro lugar.

Diante do quadro 19, fica ainda mais gritante a dificuldade por trás dos diagnósticos, principalmente porque não dispomos de prontuários ou de qualquer registro (caso tenha existido) que nos permita ver como essas mulheres eram acompanhadas.

Para encerrar esse subcapítulo, não é difícil imaginarmos que diante de tanto pudor e imperícia, nas palavras utilizadas por Weber,²³⁴ as mulheres tenham procurado outros espaços e outras pessoas, principalmente mulheres parteiras, como bem pontuou Nikelen Witter,

No universo da doença, as mulheres ocupavam um lugar especial. Eram as primeiras curadoras de quase todas as moléstias, sempre presentes em seus papéis de mães, avós, tias, comadres, vizinhas. Estabeleciam entre elas redes de solidariedade e favores pelas quais buscavam amenizar os problemas diários da existência. Eram elas que faziam os partos, auxiliavam no trato dos doentes e banhavam os mortos. Mantinham uma ligação profunda com elementos misteriosos que compunham a vida e a morte. As parteiras tinham aí uma posição de destaque. Por um lado, seu conhecimento empírico do corpo feminino as tornava também curadoras das doenças das mulheres, por outro, havia a confiança e a proximidade estabelecidas no trato dos partos e das enfermidades, o que lhes mantinha uma clientela fiel e o respeito de toda a comunidade.²³⁵

²³⁴ Ibid.

²³⁵ WITTER, 2007. p. 139.

Passaremos, a seguir, a traçar algumas considerações finais sobre este segundo capítulo.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, tentamos elaborar os perfis das mulheres pobres do ambiente urbano de Santa Maria, de maneira que, no que virá a seguir, elas serão pensadas sobre o prisma da justiça, através de processos-crime, enriquecendo o panorama que buscamos traçar até aqui.

Pudemos observar que as mulheres pobres de Santa Maria não só constituíam um grupo diverso, seja por suas *cores*, como por seus arranjos afetivo-familiares, suas faixas-etárias, profissões e nacionalidades.

Foi perceptível, também, o quanto a metodologia interseccional possibilitou que visualizássemos o público pobre masculino e feminino com uma complexidade muito maior do que se considerássemos, apenas em alguns momentos e não em outros, as suas *cores*.

O elemento racial não só demonstrou como o acesso à saúde institucionalizada parecia *mais fácil* para a população branca, mas também como a construção dos arranjos afetivos formalizados era significativamente influenciada pelas *cores* destes homens e mulheres. Com relação à população *não-branca*, os dados referentes ao grupo de designados *pardos* foram os que mais se aproximaram dos de homens e mulheres *brancos*, o que abre possibilidades além da interpretação dessa designação como sendo *somente* um outro modo de se designar pessoas negras.

O contexto do pós-abolição, as desigualdades e diferentes condições de construção de afetos, de acesso a trabalhos fixos e remunerados ficou evidente durante a elaboração destes perfis.

3. “QUE FAZ PARTE DESSAS MULHERES PARA QUEM O PUDOR E O DECORO NÃO SÃO NEM POR PALAVRAS CONHECIDAS DE SEUS SENTIMENTOS DETURPADOS”: SOB O PRISMA DA JUSTIÇA

Imaginemos que a fonte histórica, qualquer que seja, como uma janela aberta ou entreaberta — até mesmo encoberta por uma persiana, uma cortina ou película — nos mostra fragmentos da história de pessoas, paisagens, animais e objetos observáveis entre os limites da sua estrutura e da visão de quem se posiciona diante dela. Para olharmos esse mesmo fragmento de história por outro ângulo precisamos nos deslocar à outra janela, ou uma fechadura, talvez ainda nos dirigirmos a um lugar mais acima ou um pouco mais abaixo de onde estávamos, ou seja: consultar uma outra perspectiva.

Através dos processos-crime, buscamos captar, sob uma outra perspectiva, elementos e pedaços do cotidiano das mulheres pobres que não foram possíveis de acessarmos através das documentações do Hospital de Caridade de Santa Maria.

Na historiografia, o emprego de processos crimes como fontes históricas tomou maior expressividade a partir do final da década de 1970, bastante influenciado pelas produções de pesquisadores alinhados à história social inglesa e pelos escritos de Michael Foucault. Segundo Marcos Bretas (2011), as pesquisas brasileiras que construíam análises a partir dessa documentação tornaram-se mais comuns com a chegada no país dos estudos de Carlo Ginzburg, Natalie Zamon Davis e de Robert Darnton, e exploravam, sobretudo, as possibilidades de *ouvir as vozes* de seus agentes e de construir uma história do judiciário através destas fontes²³⁶.

Em *Trabalho, lar e botequim* de Sidney Chalhoub, lançado na década de 1980 e precursor no que se refere ao uso de fontes judiciais para estudo do cotidiano, o autor menciona a atmosfera de descrédito de parte da comunidade historiográfica, à época, com a utilização de processos crimes enquanto fontes, dada a desconfiança sobre as *mentiras* e *manipulações* envolvidas na produção dessa documentação. A isso Chalhoub responde que a utilização de processos crimes não tem o propósito descortinar a verdade *tal e qual*, mas sim observar o que chamou de *encruzilhada de muitas lutas*, onde

é possível construir explicações válidas do social exatamente a partir das versões conflitantes apresentadas por diversos agentes sociais, ou talvez, ainda mais enfaticamente, só porque existem versões ou leituras divergentes sobre as “coisas”

²³⁶ BRETAS, Marcos Luiz. As Empadas do Confeiteiro Imaginário: A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro, *Acervo*, v. 15, n. 1, p. 07–22, 2011.

ou “fatos” é que torna possível ao historiador ter acesso às lutas e contradições inerentes à qualquer realidade social.²³⁷

Este tipo de arquivo, como menciona Arlette Farge (2017), não apresenta as pessoas por inteiro, ele as cristaliza em momentos. Sobre a questão do acesso à verdade através de processos crime, a autora menciona que

ler os documentos pela confiabilidade de informações palpáveis destitui de sentido tudo o que não é devidamente “verdadeiro”, verificável, e que no entanto foi notificado: são essas poucas frases transcritas, tiradas de interrogatórios e de testemunhos; aquelas que não se pode nem contabilizar nem classificar, mas que foram ditas em um dia e constituíram um discurso — por mais mirrado que seja — , no qual estava em jogo um destino. Esse discurso precariamente elaborado, verdadeiro ou falso, esse destino suspenso produzem emoção, e com isso forçam a inteligência a decifrá-los mais profundamente no coração daqueles que os autorizaram e produziram. No discurso, vidas são postas em jogo, em algumas frases e por meio de palavras que assumem risco da vitória ou da derrota. O importante aqui não é saber se os fatos relatados ocorreram exatamente dessa maneira, mas entender como se articulou a narrativa entre um poder que obriga a isso, um desejo de convencer e o uso de palavras que se pode tentar descobrir se foram emprestadas ou não de modelos culturais locais.²³⁸

Os homens e mulheres a que temos acesso através de processos-crime “fazem relatos e encarnam personagens diante da Justiça”²³⁹, estes papéis e personagens que podem coincidir ou não com aqueles desempenhados em outros lugares e em outras situações, como pontuou Sueann Caulfield (2012).

O que nos interessa nesse capítulo é, portanto, acessar os aspectos do cotidiano das mulheres pobres de Santa Maria que foram colocadas ante à Justiça. Para construir as análises que se seguirão, realizamos a leitura dos 187 processos da Comarca de Santa Maria (CSM) alocados no acervo do Arquivo Histórico de Santa Maria entre os anos de 1910 e 1918. A não utilização de processos entre 1903 e 1910 se dá pelo fato de que o montante de processos da CSM estar dividido entre o AHSM e o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), e esse conjunto de documentação passou por um processo de reorganização durante o período em que esta pesquisa foi construída, inviabilizando sua consulta.

Destes 187 processos, focamo-nos naqueles em que mulheres figuraram como vítimas ou como réis, porém optando por não trabalharmos os enquadrados nos crimes de defloração, estupro e rapto, tanto por questões práticas de análise restrita a um capítulo, quanto por terem sido trabalhados recentemente na dissertação da historiadora Bárbara

²³⁷ CHALHOUB, 2012. p. 40.

²³⁸ FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. p. 33-34.

²³⁹ CAULFIELD, 2012. p. 38.

Textor (2019)²⁴⁰. Desta forma, excluídos os acima mencionados, restaram 29 processos-crimes, dos quais aqui utilizaremos nove²⁴¹. A seleção destes se guiou por proverem informações acerca dos cotidianos das mulheres pobres de Santa Maria no tocante às relações afetivo-familiares, às redes de solidariedade e conflito, às relações de trabalho, condições de moradia e, também, daquelas que travaram ante à Justiça.

Abaixo é possível visualizar cada processo que será abordado neste capítulo, seu enquadramento penal, o local e a data do crime, a posição que as mulheres ocuparam (ré ou vítima), seus nomes e *cores*.

Quadro 2020 – Relação dos processos-crimes da Comarca de Santa Maria utilizados (1910-1918)

Referência	Data	Enquadramento	Local do Crime	Como aparece	Nome	Cor
PROC003	1909.03.13	Artigo 294 §2º e Artigos 13 e 63	Rua Venâncio Aires junto a Empresa da Luz Elétrica	Vítima	Cecilia Moraes	Parda/mulata
PROC042	1912.04.19	Artigo 294 e agravantes do §5º e 7º	Nas proximidades da estação férrea	Vítima	Francisca Martins Soares	não consta
PROC047	1912.07.22	Artigo 304	Travessa na Rua Tuiuti/Duque de Caxias	Vítima	Castorina Rodrigues	não consta
PROC051	1912.08.14	Artigo 294 e 295	Casebre na rua Itararé	Vítima	Doralice Moreira	Morena
PROC077	1914.03.17	Artigo 294 e 13 e agravantes do §2º, 5º, 7º e 12º do artigo 39	Chalé número 227, Rua Silva Jardim na Vila Brasil	Vítima	Alzira Araújo	Branca
PROC158	1917.03.15	Artigo 231 e 18 §2º	Rua do Comércio	Vítima	Antonia Maxima de Oliveira	Mulata
PROC103	1915.07.10	Artigo 294	Rua do Comércio nº 81 Casebres existentes nos fundos do prédio	Vítima	Maria do Rosário	Mista
PROC108	1915.06.01	-	Floriano Peixoto nº18	Vítima	Ida Dutra Pinheiro	Parda
		Artigo 303		Ré	Luisa Durig	não consta
PROC133	1916.10.16	Artigo 278	Riachuelo nº42	Ré	Angelina Ilha	não consta

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, Fundo Comarca de Santa Maria, Série Processo Criminal.

Partindo desses nove processos, as análises aqui serão feitas de maneira qualitativa, por considerarmos pertinentes no sentido de visualizarmos sob outro prisma a experiência

²⁴⁰ TEXTOR, Bárbara Golçalves. **Trilhos de honra e violência em Santa Maria da Bocca do Monte: defloramentos, estupros e raptos (1910-1939)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, 2019.

²⁴¹ Assim como procedemos no capítulo anterior, decidimos manter os nomes e sobrenomes constantes nos processos, considerando as determinações de que, quando transcorrida uma década da sua produção, esses documentos tornam-se públicos.

das mulheres pobres em Santa Maria. Sendo assim, num primeiro momento abordaremos questões referentes às maneiras pelas quais as mulheres, não somente as envolvidas com a justiça, eram consideradas pelos juristas no período estudado; no primeiro subcapítulo refletiremos sobre as relações afetivo-familiares, de conflitos e solidariedades que estabeleciam e acionavam; na terceira parte abordaremos os cotidianos de seus trabalhos e referentes às suas moradias.

Em 1891 a primeira Constituição Federal postulava, de maneira bem delimitada, que a cidadania e a igualdade estendiam-se a todos, mas como pontuado por Sueann Caulfield (2012) a definição, construída textualmente através de pronomes coletivos masculinos, demarcava o lugar a qual as mulheres seriam relegadas. O *status* de cidadão brasileiro era dividido entre aqueles *ativos*: homens alfabetizados maiores de 21 anos; e os *inativos*: mulheres, crianças, *loucos*, mendigos, analfabetos e indígenas, ou seja, uma parcela expressiva da população.

De maneira semelhante o Código Penal de 1890, vigente durante todo recorte temporal deste trabalho, já pautava a assimetria com que seriam tratadas as mulheres diante da Justiça. Os juristas do final do século XIX e início do século XX, principalmente os alinhados ao que ficou conhecida como Escola Positiva esforçaram-se, nas práticas e escritos, em circunscrever as mulheres em modelos compatíveis com a modernidade. Intelectuais como Viveiros de Castro, menciona Caulfield (2012), dedicaram-se a combinar conhecimentos das ciências humanas e biológicas ao Direito, reforçando diferenças e hierarquias entre indivíduos, advogando, literalmente, pela criação de caminhos metodológicos capazes de interferir no desenvolvimento moral da nação. A ideia de civilidade estaria, para esses intérpretes das leis, estritamente associada com a honra feminina, sendo o rompimento das mulheres modernas com uma educação voltada à maternidade e aos *silêncios do lar*²⁴² um dos lamentos constatados nesses novos tempos republicanos.

As mulheres pobres, nesse contexto, manifestariam a dissolução dos costumes através de sua independência financeira que as levava à descabida concorrência com o homem no mercado de trabalho. Fazia-se premente estabelecer, então, distinções apropriadas entre as

²⁴² RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

mulheres sobre às quais caberiam ações pontuais e assertivas, no intuito de viabilizar o projeto de nação e modernidade que estava em jogo no momento.

Através dos processos que trabalharemos, vamos observar como essas distinções se apresentavam no jogo estabelecido entre os protagonistas do processo, como eram acionadas de maneira a reforçar a influência de marcadores sociais de *gênero* e *cor* no acesso não só à Justiça, igualdade e cidadania, mas também à cidade e aos afetos.

A questão do *sumiço da cor* nos processos-crime do pós-abolição abordada por Hebe Mattos (2013) fora (e segue sendo) debatida entre historiadores que se dedicaram a refletir sobre localidades distintas através dessa documentação. O que se tem mostrado em trabalhos como o de Sueann Caulfield e demais pesquisadores é que esse sumiço, na maioria das vezes, não se verifica, de maneira que emanam dos processos, mesmo quando não consta explicitamente uma *designação de cor*, demarcações adjetivas que indicam a atenuação ou a intensificação das estruturas opressivas sobre homens e mulheres.

As *cores* designadas no quadro 20 foram na sua maioria encontradas nos autos de corpo de delito — peça processual destinada ao exame das condições materiais do crime — ou em exames cadavéricos, realizados por um perito designado, quase sempre médicos, havendo também situações em que leigos foram convocados para exercerem essa função. Em outros casos a *designação de cor*, apenas de mulheres *não brancas*, aparece no relatório produzido pelo delegado de polícia, como no processo em que João Annaurelino dos Santos tenta assassinar Cecilia Moraes, descrita pelo promotor como “uma mulata moça, animosa e talvez mais forte do que seu algoz”, e no caso de Antonia Maxima de Oliveira — cujo processo trabalharemos na conclusão deste trabalho — constante como “a mulata de nome Antonia Maxima de Oliveira”.

Em todos os processos utilizados neste capítulo as mulheres figuraram como vítima, e em apenas um deles temos, juntas, tanto uma ré quanto outra é vítima. A baixa expressividade de mulheres autoras de crimes que foram levadas à Justiça já fora observada por Daniela Carvalho (2005) analisando os mais de duzentos processos da CSM, contabilizando inclusive os que aqui trabalhamos, e do montante relativo aos 304 réus apenas 16 eram mulheres. Quadros semelhantes em que mulheres respondem a processos enquanto réus também foram verificadas na Porto Alegre de meados do século XIX por Paulo Moreira (2003), em períodos semelhantes no Rio de Janeiro por Martha Abreu Esteves (1989) e na cidade de São Paulo por Boris Fausto (1986).

Esses autores confluem quando chamam a atenção para o que, num primeiro momento, pode explicar a pouca quantidade de réus, ou seja, o indício de que mulheres se envolviam menos em conflitos, análise que pode, no entanto, acabar por reforçar o viés interpretativo da Escola Positivista anteriormente citada.

Cesare Lombroso e William Ferrero lançaram, no quartel final do século XIX, obras consideradas como marcos do pensamento criminológico da Escola Positivista, e as mulheres não escaparam de suas digressões. Partindo de estudos antropométricos em cadáveres femininos, medindo seus crânios e estruturas ósseas, traçaram os perfis das mulheres criminosas, e das não-criminosas. Para Lombroso e Ferrero, as criminosas classificaram-se em normais, prostitutas e criminosas natas — esse último grupo sendo dividido em: ocasionais, natas, históricas, passionais, suicidas, loucas e epiléticas —, cada uma descrita em suas especificidades anatômicas e psicológicas.

Para o que ficou conhecido como teoria criminológica lombrosiana, as mulheres seriam naturalmente incapacitadas para o crime, a exemplo das criminosas natas, como adúlteras e caluniadoras, cometiam atos criminosos ou por influência masculina ou por tentações incontornáveis. Sentimentos como vingança e ódio mortal seriam, também, próprios das mulheres. Às criminosas, portanto, recairia uma dupla exceção: se criminosos eram exceção na sociedade, elas seriam exceções entre esses.

O que temos nesses processos, mesmo que em menor número, é a representação apenas da judicialização de conflitos, de casos considerados procedentes seja pela polícia, promotoria ou pelos juízes, de serem mediados e julgados. A Justiça, nesse sentido, teria uma função pedagógica, na qual a exposição de homens e mulheres às etapas do processo, fossem na posição de réus, vítimas ou testemunhas, seria a possibilidade de aplicação de projetos disciplinadores aqueles que consideravam mercedores.

3.1 AS RELAÇÕES DE AFETO, FAMÍLIA, CONFLITOS E SOLIDARIEDADES

Os processos-crimes adicionam possibilidades para o entendimento do estabelecimento de arranjos afetivos como o amasiamento, maneira pela qual, na documentação analisada, os homens e mulheres costumam definir a relação com seus e suas companheiras, e a forma como ela se dava no cotidiano. Essa informação é apenas mencionada nos autos não como um dado referente ao estado civil, ou seja, a Justiça, como

demonstra Silvia Arend (2001), não reconhece o amasiamento enquanto arranjo afetivo e distribui assim as pessoas em apenas três estados civis remetentes a *solteirice*, ao *casamento* e a *viuvez*.

Observamos no capítulo anterior pelos registros do HCSM essa mesma situação, nos deparando com a inexistência de *amasiados* e *amasiadas* na fonte e traçamos considerações sobre os estados civis dos homens e das mulheres neles representados, no qual o amasiamento — a partir da bibliografia sobre sujeitos populares — fora uma das possíveis interpretações para a expressiva presença de *solteiros* e *solteiras* entre a população pobre observada. Através da documentação judicial, onde visualizamos este arranjo, reforçamos essa interpretação.

Rachel Sohiet (1989) credita a expressividade dos amasiamentos entre sujeitos populares aos custos excessivos exigidos no processo de casamento. No entanto, Martha Esteves (1989) que observou o mesmo contexto carioca que Sohiet, entre finais do século XIX e início do século XX, considera que, para aquela localidade, os custos de uma oficialização não seriam tão exorbitantes, reforçando a perspectiva de que essas uniões não ocorriam meramente como reações à impossibilidade de arcar com a burocracia matrimonial, sendo assim estabelecidos de maneira deliberada por seus componentes. Sobre os impeditivos ao casamento além do custo, Sandra Graham (1992) pontua

As razões que explicam o porquê de a maioria da população não conseguir casar são fáceis de descobrir. Os requisitos de habilitação conspiravam para adiar, se não para frustrar inteiramente, as tentativas de casar. Os que provinham de freguesias longínquas ou do exterior, aqueles cujos pais não eram conhecidos, ou cujo paradeiro estivesse perdido ou aquele cujo local ou data de nascimento fossem incertos. O fardo das provas recaía pesadamente sobre os pobres, pois era provável que fossem filhos ilegítimos, carecessem em geral da capacidade social ou da instrução necessária para conseguir os documentos adequados e não tivessem condições de pagar as taxas oficiais e oficiosas, que estimulavam as autoridades a transcrever as páginas dos certificados. Podiam conceder-se dispensas, não como direito mas como favor, dependendo do caso individual.²⁴³

Alguns processos nos ajudam a refletir e expandir essa explicação²⁴⁴.

²⁴³ GRAHAM, 1992. p. 88.

²⁴⁴ As informações sobre os envolvidos nos processos referentes a suas idades, cores, profissões, residências e nacionalidades serão alocadas em notas de rodapé, mas não são menos importantes por isso. Essa decisão se deve ao fato de que incluí-las poderia quebrar, repetidamente, a dinâmica do texto.

Na tarde de 5 de janeiro de 1914, as irmãs Alzira²⁴⁵ e Alayde Araujo²⁴⁶ encontravam-se na janela de sua casa, no chalé de número 227 da Rua Silva Jardim, na Vila Brasil, conversando com Francisco Xavier quando foram interpeladas por Pedro Joaquim Fonseca, que da rua disparou contra Alzira. As irmãs buscaram se refugiar e em um quarto na expectativa de se verem protegidas de Pedro Joaquim que, no entanto, contornando a casa e entrando pelos fundos as encontrou, atirando mais três vezes em Alzira²⁴⁷.

Ficamos sabendo ao longo do processo que havia pouco menos de um mês que Alzira deixara Pedro Joaquim por ter tido com ele desavenças motivadas por ciúmes, que o ex-companheiro desconfiava das conversas que ela tinha com outras mulheres, julgando que trocava recado com outros homens através delas, e que as vezes ele também a esbordoava. Conta também que em duas outras situações já havia se separado, e que desta tinha se decidido voltar a residir com sua família.

Pedro Joaquim²⁴⁸ que foi preso logo após ter atirado em Alzira, conta ao delegado que sendo viúvo e réu militar, viera servir na guarnição de São Gabriel como 1º sargento, e que ali fez relações com Alzira. Que por ela não gostar de ele ser militar, pediu baixa quando findou seu tempo de praça e veio residir em Santa Maria, trabalhando como pintor decorador. Dizendo que “como não pudesse casar com esta civilmente porque as leis militares proíbem o casamento dos inferior e praças, casou-se na Igreja Católica Romana”.

O impeditivo da oficialização civil da união de Alzira e Pedro Joaquim parece, então, se dever ao estado de viúvo de Pedro, no entanto não fica claro se de fato casaram-se somente religiosamente. Quando olhamos nos registros do HCSM, vemos que Alzira fora hospitalizada duas vezes sob diagnóstico de *ferimento de bala*²⁴⁹ e *ferimento na vista*²⁵⁰, nos dias 5 e 13 de janeiro, confluindo com o auto de corpo de delito do processo, que constatou “deformidade no globo ocular e privação permanente da vista esquerda”²⁵¹. Ainda na documentação do hospital seu estado civil consta como casada e depois solteira, de classificação *pobre*.

²⁴⁵ 23 anos, *branca*, solteira, *serviços domésticos*, residente na rua Visconde de Pelotas nº 78 e natural de Rosário.

²⁴⁶ 18 anos, solteira, *serviços domésticos*, residente nesta cidade e natural de Rosário.

²⁴⁷ Processo-crime n. 77. 1914. Santa Maria

²⁴⁸ 32 anos, viúvo, pintor decorador, residente nesta cidade e natural de Pernambuco.

²⁴⁹ 22 anos, *branca*, casada, Deste Estado, *serviço doméstico*, residente em Santa Maria;

²⁵⁰ 23 anos, *branca*, solteira, Deste Estado, *serviço doméstico*, residente em Santa Maria;

²⁵¹ Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria, livro nº 2. p. 1 e 4.

O decreto n.521 de julho de 1890 revogava o princípio de tolerância previsto no decreto n. 181 de janeiro de 1889 que previa a celebrações de casamentos religiosos antes ou depois da união civil por ter

correspondido uma parte do clero catholico com actos de acentuada opposição e resistência á execução do mesmo decreto, celebrando o casamento religioso e aconselhando a não observancia da prescripção civil²⁵²

Desta maneira foi estabelecido o casamento civil como único válido e precedente às cerimônias religiosas de qualquer culto. No segundo artigo é informada a aplicabilidade de punições de seis meses e multa correspondente a metade do tempo a ministros de quaisquer confissões que infringissem o determinado²⁵³.

Nesse sentido, é possível inferir que Alzira e Pedro, como o último afirmara, contraíram matrimônio na Igreja Católica, e a divergência observada no registro do HCSM decorre talvez do fato da pessoa encarregada da elaboração do discurso, somente na segunda hospitalização, tomar ciência da não união civil, ou ainda, pelo segundo registro ser feito depois do crime que gerou o processo, Alzira tenha se declarado solteira. O que parece emergir do testemunho de Pedro Joaquim e da documentação do HCSM é que ser amasiado era a união *possível* para os dois e, também, a forma como a Justiça fazia valer o decreto n. 521, designando como solteiros e solteiras todos aqueles unidos apenas por via religiosa.

A relação de amasiamento presente nesse processo, e em outros que serão abordados, demonstra como o cotidiano era atravessado por conflitos, que para nós estão longe de serem entendidos como uma especificidade desse arranjo afetivo. Discordâncias, brigas e separações são também parte constituinte de namoros, amizades e *uniões oficiais*.

É preciso destacar, no entanto, o caráter catalizador de conflitos que o ciúme adquire, e no caso em questão fora um elemento presente nos relatos feitos pelas testemunhas e influenciador no estabelecimento das razões pelas quais o réu fez o que fez e de como a Justiça reagiu ao delito, inocentando o réu.

Alayde e Amalia Araújo²⁵⁴, irmã e mãe de Alzira, juntamente com Bernardina Pessoa²⁵⁵ (vizinha) e Francisco Xavier²⁵⁶ (aquele que conversava com as irmãs pela janela) afirmam que Alzira vivia ameaçada pelo réu, que ela sendo por Pedro maltratada, o tinha

²⁵² Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 1416 Vol. 1 fasc.VI (Publicação Original).

²⁵³ Ibid.

²⁵⁴ 45 anos, casada, *serviços domésticos*, residente nesta cidade e natural de Rosário.

²⁵⁵ 26 anos, solteira, *serviços domésticos*, residente nesta cidade e natural de Bagé.

²⁵⁶ 25 anos, solteiro, carpinteiro, natural, residente e natural desta cidade.

deixado, e que por isso ele prometera matá-la. Segundo Pedro Joaquim, tanto Bernardina, quanto Amalia e Alayde eram suas amigas e que mesmo assim aconselhavam Alzira a deixá-lo para arranjar um homem com dinheiro.

Enquanto as testemunhas de acusação são compostas por membros da família da vítima, uma vizinha e um homem presente no momento do crime, as de defesa acionadas pelo réu são Euzebia Campos²⁵⁷ (cuja casa Pedro Joaquim dissera ter residido), Vicente Baldez Dias (membro da Guarda Municipal que morava junto com o réu) e Ulysses Castello de Carvalho²⁵⁸ (inspetor da Guarda Municipal). Euzebia, Vicente e Ulysses afirmam a ocorrência de conflitos entre Pedro e a sogra, a paixão profunda, paciente e dedicada que ele nutria por Alzira, que segundo todos era ciumenta, fazia o réu passar vexame e atestam a mudança observada em Pedro Joaquim após a partida da amasia: ele deixara de se alimentar direito, vivia agitado, dormia mal, vinha até emagrecendo e esquecendo-se de trabalhar. Ulysses é o único destes que também aborda o ciúme partido de Pedro Joaquim.

Duas situações parecem como pontos decisivos para o réu ter atirado em Alzira. A primeira diz respeito às histórias contadas a Pedro Joaquim por Daberon Antonio Marques na barbearia de Luis Coruja, na Vila Brasil, que segundo ele teria visitado Alzira algumas vezes em sua casa onde ia tomar mate com ela. Pelo tom de Daberon, Pedro Joaquim supôs a existência de motivos ocultos nessas interações. A segunda situação é a que se dá no próprio dia do crime, quando Pedro encontrou Alzira à janela de conversa com Francisco Xavier, pois segundo o próprio Pedro, naquela manhã, no açougue de Rafael Leal, escrevera um bilhete (anexado ao processo) informando Alzira que, sendo verdade que ela voltaria pra ele, foi se alistar na guarnição em Rio Pardo, e que a caminho para colocar a carta debaixo da porta de saída da casa deparou-se com a referida cena da janela e foi atacado por uma crise nervosa, atirando na ex-companheira. Por Rafael Leal, dono de açougue, ficamos sabendo que enquanto escrevia o bilhete intuindo fazer as pazes com Alzira, o réu mencionou que “se ela não aceitasse, naquele dia um dos dois se acabaria”.

Tanto no depoimento de Alzira quanto no relatório policial é informado que Pedro Joaquim a tinha ferido com uma navalha em momento anterior ao ocorrido que gerou o processo, e por isso tinha sido preso. O delegado ainda revela outras condenações anteriores do réu, que já fora empregado na Intendência Municipal, sendo exonerado do serviço público

²⁵⁷ 29 anos, solteira, *serviços domésticos*, residente na rua Tuiuti nº 93 e natural desta cidade.

²⁵⁸ 25 anos, solteiro, Inspetor da Guarda Municipal, residente nesta cidade e natural de Rosário.

“pelo seu péssimo comportamento”, e que depois disso também foi recolhido correcionalmente por desordens na Vila Brasil.

Mesmo diante dessas circunstâncias, Pedro Joaquim Fonseca é absolvido pelo tribunal do júri de todas as acusações, por encontrar-se em “estado de perturbação dos sentidos e inteligência”, ao que o promotor público apela, e novamente pelo mesmo motivo o réu é inocentado. Insatisfeita, a promotoria interpola uma segunda apelação ao juiz distrital, mas, no entanto, o réu não é encontrado e o processo assim termina.

Do conflito entre Alzira e Pedro, além do que adicionam sobre o entendimento dos amasiamentos, reforça também o papel da família enquanto uma importante rede a qual recorria-se em momentos de repetidas violências domésticas, tanto que fora para casa de sua mãe que Alzira retornara após separar-se do amasio. Encerrando o interrogatório da ré, o promotor a pergunta se “quando o réu enciumado a maltratava se [ela] não procurava tirar a desforra”, ao que Alzira responde que sim, sempre reagia, o que demonstra o lugar de não passividade diante conflitos dentro de seus cotidianos.

Vemos que a afirmação de Pedro Joaquim mencionada anteriormente, de que a sogra e a vizinha Bernardina tentavam convencer Alzira a arrumar outro companheiro *com mais dinheiro*, demonstra que não só para a elite os *casamentos eram negócios*. Conforme disse Alzira ao juiz, a origem de suas desavenças se deveu a Pedro, além de levar para casa roupas de um vizinho sem consentimento desse, também gastava todo seu dinheiro, deixando de pagar seus credores. Essas questões, portanto, evidenciam como para populares a união era igualmente importante em termos de sustento e estratégia de sobrevivência.

O comprometimento da renda e a falta de transparência com os gastos em um contexto de precariedade, se um dos lados (principalmente o homem) não estava cumprindo com sua função de provedor do lar ou de ajudar nas contas domésticas (seja porque desemprega-se facilmente, tem vícios etc.), abria precedente para a troca legítima de parceiro por sua companheira.

Dessa forma, pensar as relações afetivas e familiares entre populares também é pensar nelas enquanto arranjos sociais e econômicos que, no caso de pessoas pobres, dadas as incertezas e vulnerabilidades, eventualmente demandavam a troca de parceiros enquanto estratégia de gerenciamento de recursos que garantissem a mínima dignidade. Nesse sentido, a necessidade de trocar de parceiros era um recurso que funcionava bem livre de *amarras oficiais* que emperravam essa dinâmica. Embora a oficialização das relações na forma de

casamento pudesse ser acompanhada de distinção e respeitabilidade, entre outras vantagens, também podia significar o oposto no caso de ser preciso lançar mão de uma separação burocratizada que poderia dificultar a execução dos projetos de vida dos envolvidos.

Outro processo que nos auxilia é o referente ao assassinato de Doralice Moreira²⁵⁹, realizado por Manoel Trindade²⁶⁰ em um *casebre* onde viviam na rua Itararé nos ajuda a pensar sobre arranjos afetivos,

[...] Respondeu que há quinze meses vivia amasiado com Maria Doralice Moreira, que esta por ciúmes o perseguia por toda a parte que brigava seguidamente com ele depoente, **e que sendo a vítima mais alta e mais corpulenta do que ele, estava habituado a agredi-lo** como se verifica pela cicatriz de um golpe de faca que ele depoente tem no pescoço e diversos sinais no rosto, proveniente das unhas de Maria Doralina; que no dia do crime ele depoente pela manhã foi a estação saber se tinha alguma viagem para aquele dia, e que voltando dez horas da manhã encontrou Doralina em trajes de sair, com o filho no colo e que avistando ele depoente disse que já ia a sua procura, ver aonde estava metido, e que assim continuaram brigando, até que 14:30 quando Maria Doralice depois de ter lutado com ele respondente, pela quarta vez, dirigiu-se a uma mala para tirar uma navalha ali existente, ele respondente julgando-se perdido, lançou mão d'uma faca de uso doméstico, com a qual Doralice trabalhava na cozinha, e que nessa ocasião estava em cima de um caixão que servia de mesa, e com essa arma na ocasião que Doralice abaixada procurava abrir a mala ele depoente deu-lhe uma faca nas costas, que ato contínuo Doralice saiu correndo e caiu no quintal. Sendo ele respondente depois que viu sangue ficado estonteado que não tem certeza do que no momento se passou, porém lembra-se que ouviu a senhora de Alfredo Jorge dizer "não mate a sua mulher, não tem pena do seu filho?" e que em seguida foi preso [...]²⁶¹.

A afirmação de Manoel de que sofria sucessivas agressões de Doralice por ser ela, como destacado acima, *mais alta e mais corpulenta que ele*, não encontra no processo testemunho contrário, e gera a reflexão sobre o acesso a situações em que mulheres são agentes da violência doméstica.

Para Chalhoub (2012), o fato das mulheres populares muitas das vezes dependerem de seus próprios trabalhos seria elemento importante e influente na possibilidade ou não de abandonarem uma relação diante da violência. Mas, ao mesmo tempo, o autor se questiona até onde iria essa margem de autonomia, uma vez que elas continuam prevalecendo entre vítimas da violência intraconjugal, considerando também em que medida o peso dos estereótipos de *ser homem* ou *ser mulher*, partilhados entre as elites, incidiria também nas escolhas entre sujeitos pobres.

²⁵⁹ 20 anos, *morena*.

²⁶⁰ 24 anos, *solteiro*, chefe de trem de carga na Estrada de Ferro, natural e residente nesta cidade. Filho de Hemenegarda Maria da Conceição e Emilio Trindade.

²⁶¹ Processo-crime n. 51. 1912. Santa Maria. AHMSM. Grifos nossos.

As retaliações femininas, nesse sentido seriam, para Chalhoub, menos expressadas através do emprego da violência física contra o companheiro, e sim de maneira *indireta*, utilizando-se do expediente da troca de amásio, sendo ativas na mudança do rumo dos relacionamentos que já não lhes prestassem as garantias consideradas necessárias.

Portanto, a indicação de que Doralice, *mais alta e mais corpulenta* que seu amásio, não só demonstra que ela subverte o estereótipo que credita às mulheres um lugar de passividade e fragilidade física ante aos homens, como nos informa que a violência, a exemplo das suas atitudes, era uma linguagem também partilhada por mulheres, mesmo que aparecendo em menor expressividade nos casos levados à Justiça. Doralice saber brigar — e inclusive o fazer constantemente —, manejar uma navalha e buscar esse recurso de defesa, vai além da autonomia do *trabalhar por conta*, onde esse *saber se virar* das mulheres pobres, em um contexto que precisam ocupar a cidade e se exporem cotidianamente à rua e seus perigos, é determinante em termos de sobrevivência.

No entanto, não sabemos a reação de Manoel ou sequer dispomos de mais detalhes sobre as circunstâncias que envolviam as atitudes de Doralice. Manoel aparece enquanto réu de um processo e, assim, agindo a partir de uma realidade própria, onde a manipulação de fatos, diante da Justiça, poderia lhe favorecer e até mesmo inocentar.

Como Doralice Moreira não estava viva para dar sua própria versão, três vizinhos são chamados para testemunhar. Sabemos por eles que o *casebre* em que moravam Manoel e Doralice era contíguo a pelo menos outras duas residências, e que as três tinham o quintal em comum, quintal onde Doralice, que no dia arrumara seus cabelos pretos em um penteado, trajando uma saia azul, casaco encarnado e botinas amarelo escuro fora morta.

São esses dois vizinhos, Francisco Marcondes²⁶² e Alfredo Jorge²⁶³ que realizam a prisão de Manoel, e afirmam terem visto Doralice correr para o quintal nos fundos da casa. Alfredo relata ainda que o casal não se dava bem, tendo *ouvido dizer* que ela maltratava o réu e que no dia do crime Manoel parecia estar um pouco embriagado, porém sem perder o juízo.

Maria Victoria Impronti²⁶⁴ diz que, ao passar pelos arrabaldes do Itararé viu uma mulher sair pelos fundos da casa gritando e pedindo ajuda à Delphina, sendo ainda

²⁶² 40 anos, solteiro, mecânico, residente nesta cidade.

²⁶³ Aparece também como Jorge Ramos, 45 anos, casado, *comércio*, residente nesta cidade e natural da Síria.

²⁶⁴ 19 anos, solteira, *serviços domésticos*, residente e natural desta cidade.

questionada se, como vizinha, sabia se o casal vivia em harmonia, o que respondeu não saber. Juntando o depoimento de Maria com a versão de Manoel, a Delphina a quem recorria Doralice poderia ser a *senhora de Alfredo* da qual Manoel ouvira "não mate a sua mulher, não tem pena do seu filho?".

A partir das testemunhas e diante da forma como suas moradias e a de Manoel e Doralice eram dispostas, é possível refletir sobre as relações de vizinhança, seus conhecimentos dos conflitos travados no interior dos lares, e das atuações diante deles. No momento da morte de Doralice, vimos como a *senhora de Alfredo*, possivelmente de nome Delphina, buscara interceptar Manoel, apelando para que ele pensasse no filho que tinha com a mulher, na tentativa de evitar a morte da vizinha. Como Francisco e Alfredo além de prenderem o réu logo após assassinar Doralice, são também testemunhas oculares do crime, as informações que dispomos não indicam que tenham tomado qualquer atitude a tempo de impedir a tragédia, parecendo que somente a *senhora de Alfredo*, mulher sequer chamada para testemunhar na Justiça, foi a única que se colocou entre a vítima e seu assassino.

Por não sabermos informações sobre essa vizinha, supomos que esses laços de vizinhança poderiam ter sido potencializados por serem ambas mulheres, enquanto a solidariedade de vizinhos homens apenas se manifestou, nessa ocasião, para prender Manoel quando já tinha matado a companheira, mesmo diante dos gritos de socorro que disseram ter ouvido e da tentativa de fuga que presenciaram. O desconhecimento sobre os convívios pretéritos além dos relatos de que o casal costumava se desentender, também levantam a possibilidade da existência de outras intervenções, ou que até mesmo, por serem esses embates de Doralice e Manoel descritos como corriqueiros, que não agiram antes da morte da vizinha por sequer imaginarem o seu desfecho naquele dia.

Manoel Trindade é, conforme a decisão do júri em audiência realizada em 26 de fevereiro de 1913, incurso no grau moderado-alto do artigo 294 §1º e sentenciado a 25 anos de prisão celular na Casa de Correção de Porto Alegre. No entanto, diante da apelação, um novo julgamento no dia 5 de agosto do mesmo ano absolve o réu das acusações, por três votos a dois, tendo o júri reconhecido assim que Manoel agira “em estado de completa perturbação dos sentidos e de inteligência”. Mas esse ainda não era o fim do processo, pois em 17 de agosto o promotor Anysio Barbora recorre alegando, entre outros motivos que

Apenas uma testemunha disse que o réu parecia embriagado, mas ela mesma apressou-se a declarar em seguida, que, no entanto não perdera o juízo. Embriaguez que não faz perder o juízo, isto é, que não perturbou completamente, **não é**

dirimente. Quando muito será atenuante, segundo a expressão do Cod. Penal, art. 42 §10º. Pela moderna orientação do direito penal, nem isso é, pois, como doutrina Garofalo, se bem que a embriaguez existe os espíritos, todavia nunca é causa de assassinios, pois que não são cometidos por todos os ébrios, mas tão somente por aqueles que tem **temperamento de criminoso**. A causa, portanto, do delito reside, na maior parte dos casos, no temperamento do homem, e não na circunstância de ter ingerido álcool.

Apesar dos esforços do promotor, novamente por três votos a dois, Manoel fora inocentado pelo júri por ter assassinado Doralice em estado de perturbação de sentidos e de inteligência.

Se os processos em que foram vítimas Doralice e Alzira proveram informações sobre os amasiamentos e o emaranhado de situações que podem envolver seu rompimento, a seguir pensaremos sobre as possibilidades de separação ante a uma união civil.

Intuindo pegar o trem em direção à cidade de Quaraí, Francisca Martins Soares²⁶⁵ e Honofre Luiz da Rosa²⁶⁶ dirigiam-se à Estação Férrea na companhia de três amigas. Francisca deixava correndo no foro o processo de seu divórcio de José Ferreira da Silva²⁶⁷, com quem era casada há pouco mais de dois anos.

Aproximando-se da gare Francisca foi interpelada por José e sendo questionada se embarcaria mesmo sem esperar o resultado do divórcio, respondeu que sim, “iria embarcar e não tinha quem a impedisse nem a quem dar satisfações”. Julgando-se ofendido em sua honra José puxou o revólver, atirando em Francisca pelas costas, a matando. Pouco depois José embarcou em um carro de praça e foi se apresentar na Intendência²⁶⁸.

No decorrer do processo, as testemunhas pouco adicionam sobre o dia em que Francisca fora assassinada, no entanto tanto as de acusação quanto as de defesa afirmam o amasiamento existente entre Francisca e Honofre, mesmo tendo ela continuado oficialmente casada com José.

Anasthercia Francisca Erald²⁶⁹, Rosa Maria de Senna²⁷⁰ e Anastacia Dias Lopes²⁷¹ que testemunham ter acompanhado Francisca à estação, não revelam muito das suas relações

²⁶⁵ Inexiste em todo processo informações sobre idade, profissão, residência ou nacionalidade de Francisca. Dela só temos o nome.

²⁶⁶ Segundo documento anexado, Honofre encontrava-se de serviço em Quaraí, motivo pelo qual não pode colaborar com o processo, conhecemos apenas seu nome e profissão.

²⁶⁷ 23 anos, viúvo, carpinteiro, brasileiro e residente nesta cidade. Filho de Francisco Antonio da Silva.

²⁶⁸ Processo-crime n. 42. 1912. Santa Maria, AHMSM.

²⁶⁹ 14 anos, solteira, doméstica, residente nesta cidade e natural deste estado.

²⁷⁰ 27 anos, solteira, doméstica.

²⁷¹ 22 anos, solteira, doméstica.

além desse trajeto que fizeram juntas e que fora interrompido pelo réu, mas nos leva a considerar que compunham uma rede mobilizada em um momento de despedida diante do fato de Francisca estar tomando rumo ao oeste riograndense.

As motivações do crime são bem demarcadas pelo réu, dizendo que Francisca tinha mudado há cerca de uns quatro meses, largando seus deveres domésticos e frequentando com assiduidade a casa da meretriz Ernestina de Tal. Que fazia dois meses desde que abandonara o lar passando, segundo José, a se prostituir imediatamente e que foi diante disso que procurou se divorciar de Francisca, o que ela teria aceitado e, portanto, o processo tramitava no foro.

Para entendermos melhor esse *processo que corre no foro*, é preciso observarmos o que diz o Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, que promulgava a lei sobre o casamento civil e estabelecia, no artigo 82, que o divórcio só poderia ocorrer (§1º) por adultério, (§2º) sevícia ou injúria grave, (§3º) abandono voluntário do domicílio conjugal e prolongado por dois anos contínuos e, por último, (§4º) por mútuo consentimento dos cônjuges, se forem casados há mais de dois anos²⁷². Podendo ser enquadrado em três dos quatro parágrafos, não sabemos se a abertura do processo de divórcio foi realizada por decisão conjunta de José e Francisca, ou se José apenas informou Francisca de que teria encaminhado o processo, realizando-o sozinho com base no adultério e no abandono do lar.

Pela existência transcórrer do divórcio sabemos que, mesmo diante dos indícios de serem em menor quantidade, homens e mulheres pobres optaram pelo casamento civil.

Poderíamos pensar que, aos pobres sem propriedade substancial, o casamento, acarretando uma teia de responsabilidades e restrições legais, listas de ofensas e restrições ou disputas por herança, dificilmente seria algo que valesse a pena se incomodar. Mas, ao contrário, parece que o casamento, precisamente porque trazia implicações tanto para a propriedade quanto para a respeitabilidade, importava profundamente, como os pobres tornavam bem claro.²⁷³

Quando analisamos o desenrolar do assassinato de Francisca, parece que mesmo seu prosseguimento na Justiça considerado procedente pelo promotor e incurso no artigo 294 §1º, o processo não é construído para provar a culpa do réu, e sim para justificar sua reação à desonra que fora exposto. Como escreveu no relatório o delegado Antonio Pimenta do Carmo, o assassinato de Francisca Martins Soares fora praticado “em defesa da honra

²⁷² Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 168 Vol. 1 fasc. 1º (Publicação Original).

²⁷³ GRAHAM, 1992. p. 89.

ultrajada pelo péssimo comportamento de sua mulher que além de adúltera queria ausentar-se dessa cidade”.

Portanto, o tribunal do júri concordou por unanimidade que José Ferreira da Silva matara sim a mulher com um tiro de revólver, mas por três votos a dois o absolveram de todas as acusações, por achar-se no momento do crime sob “estado de completa perturbação de sentidos e da inteligência”.

Na apelação do promotor José Vieira do Amaral diante da absolvição de João Annaurelino dos Santos pelo mesmo “estado de completa perturbação de sentido e inteligência” na ocasião em que tentara assassinar Cecília Moraes em 1909, Ernesto Barros elenca seus argumentos para provar a improcedência da sentença, mencionando que

[...] o corpo de jurados desta comarca, apesar das provas mais robustas da criminalidade dos réus que são submetidos a julgamento tem sempre por objetivo absolve-los, sendo, digo, sejam quais forem os crimes por eles praticados.

A recorrência da absolvição de réus que cometiam os denominados *crimes de paixão*, motivados por amor, ciúmes e desonra demonstra como os membros do júri e os juízes, que em conformidade com as decisões dos jurados livraram homens de quaisquer condenações, é ponto importante de ser analisado. Segundo Elizabeth Cancelli a Escola Positiva de Direito, no início do século XX tinha

Como princípio geral [...] que a paixão amorosa, a exemplo da religiosa, teria normalmente funções úteis a sociedade. Ou seja, mesmo recorrendo ao crime, estariam tratando de concertar um mal socialmente aceitado como o adultério, por exemplo. A paixão seria, então, um elemento dirimente [...] presente no Código Penal de 1890.²⁷⁴

O alinhamento ideológico, e marcadamente misógino, dos homens que compunham esses lugares de decisão implicaram diretamente na garantia da integridade física e do direito de existência das mulheres ante a comportamentos violentos partidos de seus companheiros.

Mesmo abandonando a violência que lhe vitimava no próprio lar e retornando para sua família como Alzira, mesmo buscando deixar a cidade e construir em um novo lugar uma nova relação com outro companheiro como fez Francisca, mesmo sendo morta pelas costas em plena fuga, possivelmente sob os olhos de seu filho como aconteceu com Doralice, e mesmo tendo seu quarto invadido várias vezes e de ter sido arrastada pela rua enquanto lutava pela própria vida tal qual Cecília, cuja violenta e história abordamos no capítulo anterior, a

²⁷⁴ CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei: 1889-1930**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 140.

Justiça masculina fora taxativa nos processos abordados até agora nesse subcapítulo, demonstrando-se, acima de quase qualquer circunstância, solidária aos seus quando desonrados.

Mas parece que nem a todos cabe esse estado de perturbação e nem a todos estende-se a solidariedade masculina. No processo em que é réu Luis Soares²⁷⁵, pela tentativa de assassinato de Maria do Rosario²⁷⁶ na noite do dia 22 de maio de 1914, em um dos casebres existentes aos fundos do prédio nº 81 da rua do Comércio²⁷⁷. Maria, que gritava pedindo socorro, fora atendida por dois vizinhos estabelecidos na mesma rua, que arrombaram a porta de onde ela se encontrava. A vítima revela que há muito Luis tentava convencê-la de viverem amasiados, dizendo que cuidaria da roupa de vestir, que nos últimos tempos vinha sendo violento, lhe ameaçando e algumas vezes tentando lhe matar.

No relatório do delegado Octavio M. de Lemos, é mencionado que Luis afirma que tanto ele quanto Maria se encontravam embriagados naquela noite, essa versão muda ao longo do processo, ora o réu dizendo que apenas ele estava um pouco alcoolizado, ora que a vítima também estaria. Nessa peça ficamos sabendo das motivações pelo próprio réu, que diz ter agido diante das negativas de Maria em viver como sua companheira.

Maria do Rosário em seu depoimento menciona que antes de ser atacada por Luis já se encontrava deitada, e que Luis ao entrar no quarto para arrumar sua cama — destacando que ele sempre teve seu leito separado —, relhando com ela por alguns momentos, foi até a cozinha, voltando com uma faca de pouco corte, e então a atacou.

Podemos imaginar que o casal desenvolvia uma espécie de namoro, dormindo juntos em alguns momentos, mas sem denominarem-se amasiados, uma vez que ele era viúvo e *sempre* tivera um leito separado do de Maria. O fato de Luis dizer que “cuidaria da roupa de vestir” parece ser uma espécie de negociação empreendida por ele objetivando conseguir que Maria fosse sua companheira, possivelmente sabendo que *cuidar da roupa* fosse algo que ela pudesse apreciar. Talvez esses laços não definidos o incomodassem, mesmo que dormissem *juntos* há algum tempo.

Maria, que aos 40 anos declara-se solteira, talvez nos revele que ela, pela idade e talvez por suas experiências pregressas, teria se encontrado confortável em não ser

²⁷⁵ 59 anos, solteiro/viúvo, jornalista, natural desta cidade.

²⁷⁶ 40 anos, *mista*.

²⁷⁷ Processo-crime n. 103. 1914. Santa Maria AHMSM.

companheira de Luis, visto que repetidas vezes negou isso a ele. Já Luis, com 59 anos, viúvo, por ter vivido um casamento anteriormente, estaria descontente com a conformação da relação com Maria a ponto de ameaçá-la e tentar matá-la.

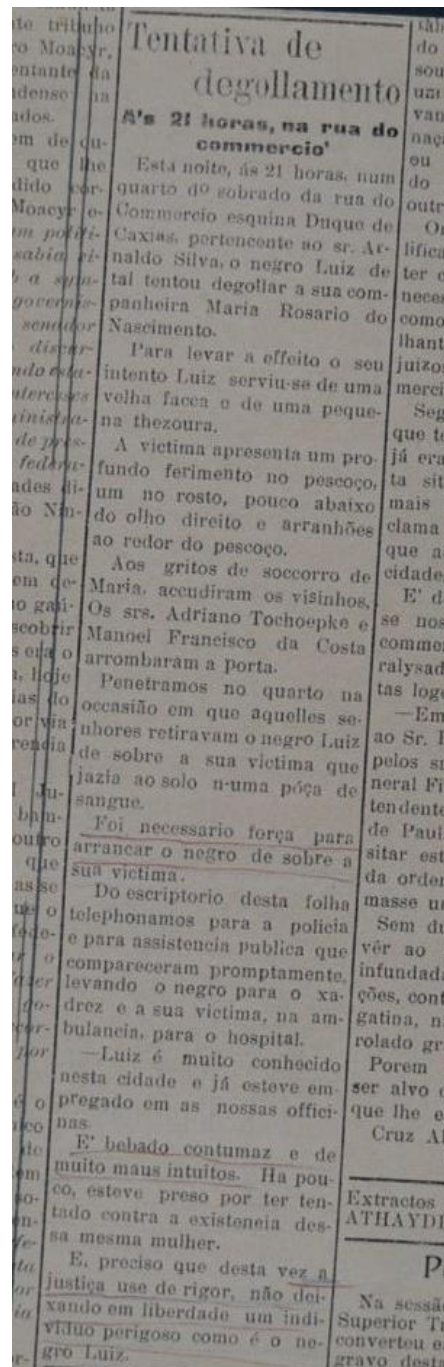
Mais nenhum detalhe sobre a vida dos dois consta no processo, as únicas testemunhas arroladas foram o açougueiro Manoel Francisco da Costa²⁷⁸ e o dentista Adriano Tochoepeke²⁷⁹, aqueles que da rua ouviram os pedidos de socorro de Maria. Ambos mencionando que Luis encontrava-se embriagado, mas não fora de si, pois resistiu as investidas de ambos para não ser impedido de ferir a vítima.

Não são chamados vizinhos próximos ou qualquer pessoa com quem os envolvidos se relacionassem a fim de construir o cenário do delito a partir de outras perspectivas. Essa atuação da justiça pode ser pensada quando observamos a notícia anexada ao processo do jornal “O Federalista” que consta abaixo:

²⁷⁸ 32 anos, casado, residente na rua Venâncio Aires e natural de Uruguaiana.

²⁷⁹ 26 anos, casado, residente na rua do Comércio e natural desta cidade.

Imagem 11 – Notícia d'O Federalista



Fonte: Processo-crime n. 103. 1914. Santa Maria. AHMSM.

A informação mais gritante na manchete sobre o crime é que Luis Soares (nos autos consta com “s” e no jornal com “z”) é um homem negro, a palavra *negro* é utilizada cinco vezes para definir Luis, e das quatro pessoas citadas, apenas a *cor* dele é enfatizada, diferentemente do processo, onde apenas apenas Maria é designada como de *cor mista* no auto de corpo de delicto.

O emprego sucessivo da menção à *cor* tem a explícita intenção de vincular as atitudes de Luis ao fato dele ser negro, mas não só: a ser bêbado contumaz, ser de maus intuitos e perigoso, tanto que o redator fecha a manchete clamando à Justiça que dessa vez se use de rigor, não deixando em liberdade o *negro* Luis.

A notícia d'O Federalista adiciona um delineamento até então não informado no processo: o racial. O documento conta com 61 páginas e o processo se estende por cerca de três meses até a sentença. No dia 24 de agosto o juri vota os quesitos elencados no libelo crime acusatório de maneira desfavorável ao réu, reconhecendo por unanimidade que o estado de perturbação de sentidos e de inteligência não se aplicava a Luis. Em conformidade com o decidido pelo juri, Luis Soares é sentenciado à prisão celular de um ano na Casa de Correção de Porto Alegre.

Não são interpostos recursos, não é anexado qualquer documento favorável ao réu, nada. A Justiça fora sumária. Diante de todos réus absolvidos, de todos os processos que estenderam-se por mais de ano com recursos interpostos, a condenação de Luis parece desproporcional. A cor e a idade avançada do réu certamente influenciaram a ação da Justiça, instigada pelo jornal, em determinar seu encarceramento de um ano. Tendo 59 anos, Luis poderia ter sido escravizado ou descender de pais cativos, assim como Maria, com 40 anos, definida como de cor *mista*, bem poderia ter sido uma criança de ventre livre.

É preciso, portanto, considerar o aspecto da Justiça como instituição que estigmatiza grupos. Para Elizabeth Cancelli²⁸⁰, tanto os Positivistas quanto os Clássicos do Direito confluíam quanto à causalidade entre álcool e criminalidade. Para o primeiro grupo o alcoolismo seria uma forma de degeneração individual e coletiva. Partindo da interpretação de que era decadência do caráter, visto mais como um mal social do que uma doença, a associação do alcoolismo aos sujeitos pobres teria sido explorada à revelia nesse período, incidindo com especial intencidade sobre homens negros. Segundo os juristas das primeiras décadas republicanas, a brandura não se aplicaria aos que se entregavam a esse vício.

Do caso de Luis Soares, portanto, emerge a prática da seletividade penal que vem alimentando há décadas o sistema carcerário brasileiro com corpos negros, os privando da

²⁸⁰ CANCELLI, 2001, p. 13.

liberdade e da cidadania através de uma exposição desigual à uma Justiça arbitrária e profundamente racializada.

Outro fato importante que o processo de Luis e Maria revela é a maneira pela qual a moradia do casal é definida. Em um primeiro momento aparecem como residentes de um dos casebres situados no pátio do prédio nº81, referido em outro momento como um quarto do sobrado. No relatório, quando o delegado descreve a investida dos vizinhos para entrar onde estavam casal, diz que “precisaram forçar a porta a fim de penetrarem no *cubículo* em que estavam encerrados Luis e Maria”. A maneira pela qual a autoridade, manifesta na figura do delegado de polícia, refere-se às maneiras de morar de um casal *não branco* não só evidencia uma qualificação pejorativa, mas também nos conduz a refletir sobre as percepções do judiciário sobre o estabelecimento popular na cidade, uma vez que como vimos no primeiro capítulo, as Posturas Municipais demonstravam um especial interesse em construir obstáculos à determinadas ocupações das ruas centrais da cidade, impedindo a construção e ampliação de moradias de madeira e habitações coletivas.

Ao longo desse subcapítulo viemos tentando explorar o complexo cotidiano das relações afetivas, familiares e de vizinhança, costurados por múltiplos fios de solidariedades, conflitos, racionalidades próprias e noções partilhadas ou não de honra entre a população pobre. A seguir continuaremos a pensar essas relações a partir dos trabalhos e moradias desses sujeitos.

3.2 ENTRE SOBRADOS, CHALÉS, CASEBRES E CASINHAS: COTIDIANO DOS TRABALHOS E MORADIAS

As questões incidentes sobre as ocupações e as moradias das classes populares no pós-abolição foram brevemente abordadas na primeira parte dessa dissertação, de forma que neste subcapítulo nos aproximaremos das mesmas, tanto quanto possível, através dos processos-crimes. Iniciaremos, portanto, com dois casos que envolvem de maneira muito distinta o exercício dos serviços domésticos e de criadas, retomando o caso de Cecilia Moraes e, após, apresentando a história de Ida Dutra Pinheiro.

Quando Mauricio Willker²⁸¹ e Cecilia Moraes²⁸² dormiram juntos na noite de 2 para 3 de março de 1909, e acordaram por volta das quatro horas da madrugada, tendo ele acompanhado Cecilia até o portão da casa do patrão em que ela residia, talvez não esperassem que a noite terminasse em uma tragédia. Após deixá-la, Mauricio logo retornou para casa e ouviu gritos vindos da rua, saindo então para ver do que se tratava descobriu que Cecilia, de quem recém tinha se despedido, estava ensanguentada e pedia socorro, por nesse meio tempo ter sido gravemente ferida por seu ex-amásio João Annaurelino dos Santos.

Mauricio, acompanhado de Affonso Maciel²⁸³ e João Maciel²⁸⁴ conduziram Cecilia à casa de seu patrão Matheus Calazans²⁸⁵, que lhe dispensou cuidados.

O fato de Cecilia residir na casa onde trabalha não é uma excepcionalidade, a conjugação entre a moradia de mulheres que realizavam serviços domésticos e seus locais de labor é muito frequente de acordo com diversos estudos em diferentes recortes temporais.

Sandra Graham (1992) discorre sobre os cotidianos dos serviços empreendidos por mulheres *portas a dentro*, demarcando a atmosfera de vigilância e violência incidentes sobre estas. Residir no trabalho implicava em um contato com os aspectos mais particulares e íntimos do cotidiano, tanto de empregadas quanto de patrões, patroas e outros membros da família que porventura também compartilhassem o mesmo lar. Mas, por mais que os marcadores de *gênero*, *cor* e *classe*, em nível estrutural, produzam hierarquias e uma profunda desigualdade racializada, é preciso atentar para os delineamentos próprios que essas relações adquiriram lar a lar.

Os depoimentos de Matheus Calazans, patrão e dono da casa onde Cecília residia e trabalhava, diante do delegado e depois do juiz, em nenhum momento desqualificam a vítima. Calazans atesta que os antecedentes de sua criada eram bons e confirma sua versão do acontecido.

O fato de a vítima ter dormido fora de casa não foi trazido aos autos de maneira que pudesse ser prejudicial à Cecilia, e sim contado como parte do que ela mesma relatou ao patrão depois de ter melhorado do ataque, pois antes mal podia falar. Essa postura de Matheus Calazans durante o processo pode indicar algumas possibilidades: a existência de relação de

²⁸¹ 19 anos, solteiro, ferreiro, brasileiro e residente nesta cidade.

²⁸² 23 anos, *parda*, criada, residente na rua Venâncio Aires junto a Empresa de Luz Elétrica, natural deste estado.

²⁸³ 35/40 anos, casado, foguista na Companhia de Luz Elétrica, brasileiro e residente nesta cidade.

²⁸⁴ 33 anos, casado, maquinista e artista na Companhia de Luz Elétrica, brasileiro e residente nesta cidade.

²⁸⁵ 33 anos, casado, alfaiate, brasileiro residente na rua Venâncio Aires.

proteção patrão-criada, ou da manifestação da autopreservação de Calazans e sua família em um contexto, como pontuaram Sandra Graham (1992) e Deise Potter (2019), em que os julgamentos sobre as condutas dessas mulheres que moravam onde trabalhavam incidiam também sobre seus empregadores, implicando por vezes em vergonha para estes.

Ficamos sabendo também que na casa de Matheus Calazans reside pelo menos um outro empregado, João Victorio de Oliveira, peão, que no depoimento mencionou dormir num quarto junto ao de Cecília, e que a porta que João Anaurellino amarrara fortemente horas antes de agredi-la dava para o interior da moradia de empregador, onde ficavam os demais aposentos. Que a porta sempre estava aberta por ter sido Cecília anteriormente atacada no seu quarto e então utilizado da passagem para correr e pedir ajuda.

A partir de processos de infanticídio, Deise Potter (2019) delinea as condições dos espaços ocupados por trabalhadoras domésticas nas casas de seus empregadores no início do século XX, visualizando quartos que se confundiam com cozinhas e depósitos, camas improvisadas e de uma limitada privacidade²⁸⁶. Maria Inez Machado Borges Pinto nos auxilia a complementar esse quadro, pois demonstra como esses trabalhadores que coabitavam a mesma residência recebiam os resíduos do consumo familiar, como restos de alimentos, roupas de cama e vestimentas velhas, móveis quebrados e encostados²⁸⁷. O que à primeira vista poderiam ser vantagens como não pagar aluguel e receber alimentação, assim como quaisquer mínimas condições para se ocupar esses lugares com dignidade, poderiam ser usadas como barganhas pelos empregadores, abatendo de seus ordenados ou inclusive lhe privando desses recursos como retaliações, expondo essas trabalhadoras à precariedade e à insalubridade.

Já no caso de Ida Dutra Pinheiro²⁸⁸ podemos observar um cenário muito diferente, pois no dia 19 de maio de 1915 ela fugiu do local onde morava, na residência de Henrique²⁸⁹

²⁸⁶ POTTER, Deise de Siqueira. “Um crime inominável”: mulheres infanticidas, trabalho e etnia no sul do Brasil (1909-1928). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, 2019. p. 75.

²⁸⁷ PINTO, 1994. p. 100.

²⁸⁸ Processo-crime n. 108. 1915. Santa Maria. AHMSM.

²⁸⁹ 31 anos, casado. comerciante, natural de Piratini. sua residência que declara muda ao longo do processo, sendo primeiramente declarada na rua Floriano Peixoto nº 18 e, depois, declara morar em Porto Alegre.

e Luisa Durig²⁹⁰ na rua Floriano Peixoto número 18, e rumou para casa do vizinho Lucio Niederauer²⁹¹, sendo lá socorrida por Luisa Vieira²⁹² que ali trabalhava como serviçal.

O que motivara a busca de Ida — *parda*, com 14 anos, de profissão *serviçal gratuita*, residente nesta cidade e nacionalidade não informada — por refúgio na casa vizinha se deveu ao fato de ter sido naquele mesmo dia, por seus patrões, amarrada pelas mãos e pelos pés com fios de arame, que segundo ela eram daqueles usados pela Luz Elétrica para ligações. A menina ainda fora surrada pelos réus com um outro pedaço do mesmo material, sendo presa no porão da casa, onde Henrique e Luisa disseram que lá ela permaneceria por dois dias.

Ida então teria conseguido se desprender das amarras e correrá pedir ajuda, acompanhada depois por Luisa Vieira até a delegacia.

As testemunhas de defesa apontam o comportamento travesso de Ida, que teria entrado na casa de vizinhos, arrombado janelas, destruindo plantações e jogado pedras nas residências. A esse quadro somam-se as afirmações do réu Henrique Durig, dizendo que de fato Ida fora espancada por ele e pela esposa, e que o fizeram pelo comportamento irregular da menina, que essa não era a primeira vez que faziam isso pois teriam sido furtados várias vezes pela vítima, sendo inclusive requisitado pelo dono do prédio onde moravam que tomassem providências quanto a *menor*.

O juiz de comarca manda prender o casal, e eles pagam 400 mil réis cada para acompanharem o processo em liberdade, pois a reclusão de ambos teria resultado em prejuízos ao estabelecimento de secos e molhados que eram donos. Luisa e Henrique Durig são condenados pelo corpo de jurados, e ordenados pelo juiz de comarca a cumprirem um ano de prisão celular na Casa de Correção de Porto Alegre.

O julgamento, no entanto, é anulado por não estarem nem os réus, nem seu advogado presentes, de maneira que um novo tribunal é montado e o casal é então absolvido de todas as acusações. Nesse meio tempo Henrique e Luisa mudaram-se para Porto Alegre, dado que em depoimento nesta última audiência declaram residir na capital do estado. São apresentados dois atestados justificando a ausência de Luisa, um por ela ter dado à luz

²⁹⁰ 28 anos, casada, *labores/serviços domésticos*, natural deste estado. Sua residência, tal qual a de seu marido Henrique Durig muda ao longo do processo, também primeiramente declarada na rua Floriano Peixoto nº 18 e, depois, declara morar em Porto Alegre.

²⁹¹ 32 anos, casado, empregado da Viação Férrea, residente nesta cidade.

²⁹² Diz não saber a idade que tem, solteira, doméstica e residente nesta cidade.

recentemente, requerendo assim ficar de cama, e o segundo informando o falecimento da filha do casal (já com dezessete meses) devido a meningite.

Esse processo que correu por mais de um ano, foi também utilizado por Ênio Grígio (2018) como exemplo da permanência, no pós-abolição santa-mariense, de práticas escravistas²⁹³, com o que concordamos inteiramente.

Para além disso, o caso de Ida Dutra Pinheiro, *parda*, informa como o trabalho infantil não remunerado era sequer questionado pelas autoridades, mesmo sendo dito pelos réus que a menina fora, pelos pais, confiada a eles ainda muito nova, nos levando a cogitar que desde cedo ela prestava serviços ao casal. O fato de Ida se declamar *serviçal gratuita* é importante, pois demarca esse lugar de não remuneração das atividades que desempenhava.

Ida poucas vezes é referida apenas por seu nome, que na maioria das vezes é precedido pela qualificação dela como *menor*, estabelecendo o recorte etário que se encontrava em relação a todos os demais envolvidos.

A circularidade de crianças pobres fora pontuada por Silvia Arend (2001) como sendo uma prática bastante comum no período, se constituindo também enquanto uma barreira para a construção de afetos entre essas crianças e suas famílias²⁹⁴, gerando inclusive reflexões sobre o quanto esse distanciamento poderia ter influenciado no sentimento de pertencimento de Ida. Tanto Arend, dirigindo-se às famílias populares de Porto Alegre, quando Felipe Brunhauser (2018) aos *menores* populares em Santa Maria, demonstram como a violência compunha a trama social em que essas crianças se inseriam em seus cotidianos. A resolução dos conflitos os envolvendo, ao que parece, ficava na maioria das vezes represadas no âmbito privado, chegando à Justiça apenas casos exemplares como o de Ida.

Nos documentos que se referiam à fuga de empregadas domésticas menores das casas de seus patrões, Maria Inez Machado Borges Pinto (1994) na cidade de São Paulo durante o final do século XIX percebeu que, apesar de muitas dessas crianças e adolescentes habitarem casas ricas e fartas, o trabalho excessivo e as condições em que eles eram exercidos se refletiam nas suas conformações físicas, descritos como de aparência franzina indicando subnutrição, cujos corpos encontravam-se frequentemente cobertos por vestimentas modestas e desgastadas.²⁹⁵

²⁹³ GRÍGIO, 2018. pp. 197-198.

²⁹⁴ AREND, 2001. p. 67.

²⁹⁵ PINTO, 1994. p. 106.

No decorrer do processo pouquíssimo sabemos sobre a família de Ida além de ser seu pai Bilás Dutra Pinheiro, residente em São Gabriel. O que nos leva a questionar o grau de manutenção dos laços entre a *menor* e seus familiares, como também a inferir sobre os possíveis rumos do processo caso algum deles tivesse sido convocado a depor.

Desconhecemos se o casal Durig levava Ida para seguir seus trabalhos como *serviçal gratuita* na cidade de Porto Alegre, onde passaram a residir. Mas a partir dos atestados de Luisa D. apresentados pela defesa é provável que com a chegada de uma criança o trabalho de Ida não tenha sido dispensado, ainda mais sendo este não remunerado.

Os casos de Ida e Cecília demonstraram como diferentes arranjos eram estabelecidos entre trabalhadoras de *serviços domésticos*, fossem eles possibilitando a circulação dessas mulheres ou disciplinando e restringindo, literalmente, suas mobilidades através de atos de extrema violência. Serem as duas vítimas mulheres designadas como *pardas*, não podemos nos furtar de refletir sobre a racialização dessas ocupações, afinal, a coabitação entre patrões e empregadas *não brancas* “*como se fossem da família*” é prática não só recorrente até os dias atuais, como ainda muito naturalizada.

No capítulo dois, quando abordamos as profissões, nos chamou atenção a ausência de prostitutas. Diante disso inferimos que, entre as hospitalizadas do HCSM, havia aquelas que poderiam sim se ocupar do trabalho da prostituição e que, no entanto, não o declararam, fosse pelo caráter religioso da instituição, evitando possíveis constrangimentos, ou que, pela multiplicidade de ocupações desempenhadas concomitantemente, elegeram outras que não a prostituição para declarar. A partir disso, elencamos dois processos que nos ajudam a visualizar a prática da prostituição e a postura das autoridades diante dela.

O primeiro versa sobre o ocorrido na noite de 6 de maio de 1912²⁹⁶ no baile promovido por Lucinda Araujo²⁹⁷ — assim definida pelo tenente coronel Antonio Pimenta do Carmo — em sua residência na rua Tuiuti, em comemoração ao batizado de seu filho de criação. Nessa ocasião Castorina Rodrigues²⁹⁸, que morava com Lucinda, fora pegar uma garrafa de cerveja para levá-la até Malvina de tal, cozinheira, por ter trabalhado muito na festa, e que naquele momento Julio Campão²⁹⁹, que tinha entrado de penetra no baile pelos fundos da residência, lhe pediu um copo da cerveja que carregava. Recebendo de Castorina

²⁹⁶ Processo-crime n. 47. 1912. Santa Maria. AHMSM.

²⁹⁷ 23 anos, solteira, *serviços domésticos*, natural desta cidade.

²⁹⁸ 21 anos, solteira, residente na rua Duque de Caxias.

²⁹⁹ 29 anos, casado, operário e *trabalha em todos os serviços*, residente nesta cidade e natural de Bagé.

resposta negativa, lhe falou algumas palavras e nela arremessou uma garrafa de cerveja que pegara de cima de uma mesa. No auto de corpo de delito Nicolau Becker Pinto, médico convocado para ser o perito, constata em Castorina um corte que se estende da região malar esquerda à direita, atingindo a pele, tendo passado pelo nariz e quase o decepando³⁰⁰.

Para comprovar o péssimo comportamento pelo qual o réu era conhecido, é expedido pelo carcereiro da cadeia um documento constando o registro de todas as prisões de Julio Campão, onde temos: duas no ano de 1900 — uma por assassinato e outra por desordens—, e outras três também por desordens nos anos de 1901, 1909 e 1910.

Entendendo ser o propósito da inquirição das testemunhas diante do júri fornecer aos seus membros informações que possam atenuar a culpa do réu ou até mesmo inocentá-lo, a estratégia adotada pelo advogado de defesa, major Francisco de Mesquita, merece ser mencionada.

O advogado pergunta à Lucinda Araújo diante do fato dela alegar ter visto os sinais no rosto de Castorina decorrentes do ferimento, se eles a deixaram mais feia ou mais bonita depois do ocorrido, ao que Lucinda responde que “na sua opinião ficou mais feia pois eles tornavam o rosto de Castorina defeituoso”. Questionando também Pedro Bustamente³⁰¹, amigo do réu, “se Castorina tinha ficado mais bonita ou mais feia com a cicatriz que tem no rosto”, a testemunha disse que não podia afirmar, justificando por tendo ele apenas visto de relance a vítima duas semanas depois do ferimento e que ela estava com o rosto coberto por uma manta.

O que parece é que, tendo de advogar por um réu tido como *desordeiro contumaz*, e que no momento do crime admitiu estar embriagado o suficiente para dele nada recordar, Francisco de Mesquita empreendeu uma estratégia de buscar nas testemunhas uma consequência minimamente boa do crime, apelando assim para a possibilidade das cicatrizes da ferida produzido por João terem embelezado a vítima.

Esse processo, no entanto, indica ter sido aberto não para investigar o ferimento feito em Castorina Rodrigues, e sim para denunciar e atentar as demais autoridades sobre o

³⁰⁰ O processo de Castorina fora explorado recentemente por Angelica Cicconet em seu trabalho final de graduação, traçando considerações sobre a prática da prostituição e a conformação da cidade. Ver em: CICCONET, Angélica. **Corpos marginais**: a relação entre a prostituição e a construção do espaço urbano de Santa Maria-RS no final do século XIX e início do século XX. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

³⁰¹ 24 anos, casado, barbeiro.

problema das casas onde mulheres se prostituem. Isso constatamos pela leitura do relatório produzido pelo delegado Antonio Pimenta do Carmo, que diz

Quando parece que a cidade estava em plena calma, eis que às 10 horas da noite de 6 do corrente é despertada por uma revoltante cena de selvageria praticada com requintada perversidade. Esta delegacia **apesar das contínuas e severas ordens para reprimir a vadiagem e desordens**, ainda continua lutando com enormes sacrifícios porém pensa, auxiliada a boa vontade da justiça, a cargo de outros poderes, em breve estará normalizado esse serviço. **Devido ao modo pelo qual era feita a fiscalização para a tranquilidade pública, funcionam várias casas onde haviam ajuntamentos ilícitos.** Outros fatos vêm vindo ocupando minha atenção, razão pela qual somente agora volvo-me para ele: **refiro-me às casas de libertinagens, essas que sob pomposos títulos de restaurantes, mercadejam com mulheres, entregues portanto ao lenocínio.** A casa que houve a desordem que motivou os ferimentos em Castorina Rodrigues pertence a Lucinda Araujo, e está provado que essa Lucinda entrega-se ao trafego repugnante punido no Cód. Pen. Da Rep. Artº 278, cap III Tit. VIII.

Mesmo sendo Lucinda definida pelo delegado como *afamada cafetina* e que Castorina também tenha sido qualificada como meretriz, nenhuma delas e das duas testemunhas residentes também com Lucinda declaram essa profissão, todas alegam ocuparem-se de *serviços domésticos*. Evidencia-se, novamente, como *serviços domésticos* compreendiam uma multiplicidade de atividades, como afirmados no capítulo anterior.

Segundo Cristina Schettini Pereira (2002), o Código Penal de 1890 introduziu, pela primeira vez no país, artigos dedicados à punição do lenocínio — o ato de induzir alguém a exercer a prostituição ou se beneficiar da prostituição de terceiros. Trabalhando com processos-crime entre os anos de 1890 e 1920, a autora visualizou que, sob a suspeição do lenocínio, as autoridades públicas agiam no sentido de desarticular laços de convivência e sociabilidades em determinadas localidades da cidade³⁰².

A punição para as chamadas casas de tolerância, no entanto, só fora prevista pela Lei 2.992 de setembro de 1916 que alterava, entre outros, o artigo 278 do Código Penal de 1890 em que se versava sobre lenocínio, determinando pena de um a três anos de prisão celular mais multa a quem

Manter ou explorar casas de tolerancia, admitir na casa em que residir, pessoas de sexos diferentes, ou do mesmo sexo, que ahi se reúnam para fins libidinosos; induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miseria, quer constringendo-as por intimidação ou ameaças a entregarem-se á prostituição; prestar, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, qualquer assistencia ou auxílio ao commercio da prostituição.³⁰³

³⁰² PEREIRA, Cristiana Schettini. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

³⁰³ Coleção de Leis do Brasil - 1915, Página 242 Vol. 1 (Publicação Original)

É justamente intuindo denunciar a existência desse tipo de espaço a que se refere o processo do ano de 1915³⁰⁴, onde Angelina Ilha³⁰⁵, acusada por manter “na rua Riachuelo n° 42 uma casa de tolerância onde se hospedam mulheres prostitutas, pagando diárias e empregando-se no tráfico da prostituição”.

No dia 25 de julho desse ano Janira Ramos³⁰⁶ e Lucette Durieux³⁰⁷ prestaram testemunho e afirmaram estarem hospedadas na casa de Angelina pela segunda vez, onde vivem do meretrício pagando oito mil réis de diária, e que ali se hospedam mulheres também prostitutas.

Angelina, que é interrogada no dia 11 de agosto já na fase secreta do processo, informa ser proprietária de uma casa de pensão onde aluga quartos e fornece comida. Alega ser verdadeiro o fato de que narra a denúncia, mantendo efetivamente uma casa de tolerância, onde é pago à ré a diária de oito mil réis e ali exercem o comércio da prostituição.

Pela segunda vez interrogadas, Janira e Lucette mudam de versão. Janira alega não ter ocupação e viver às custas de seu irmão e de um amigo, negando saber se a pensão recebe pessoas para se entregarem a libertinagem, contando também que era meretriz, mas atualmente vive com seu amante (o qual se nega a dizer o nome por ele ter se ausentado da cidade). Enquanto Lucette se diz pensionista, que era prostituta em Porto Alegre e que, no entanto, agora vive em *amancebia* com João Londero, residente nesta cidade, não sabendo se as companheiras de pensão são meretrizes, e que nunca viu homens a procura de libertinagem, também consta pagar três mil réis de diária pelo quarto, comida e mesa na pensão de Angelina.

Ainda depõe nesse dia Maria da Glória³⁰⁸, residente na casa de pensão de Angelina, pagando a ela também a quantia de três mil réis pela diária, segundo Maria, a proprietária somente recebe no local raparigas amasiadas. Informa que era meretriz em Porto Alegre e agora estava *regenerada*, que exercera o meretrício logo chegou à Santa Maria, morando na época no Hotel Gaúcho, de propriedade de Maria Camargo e que lá pagava seis mil réis pela diária.

³⁰⁴ Processo-crime n. 113. 1916. Santa Maria. AHMSM.

³⁰⁵ 28 anos, solteira, proprietária de uma casa de pensão, e depois diz-se *serviços domésticos*, residente nesta cidade e natural de Livramento.

³⁰⁶ 21 anos, solteira, *sem profissão*, *vivendo às custas de um amigo*, residente em Bagé e natural de Livramento.

³⁰⁷ 23 anos, solteira, *serviços domésticos*, residente nesta cidade e natural da França.

³⁰⁸ 23 anos, solteira, *vivendo às custas de um irmão chefe de trem e de um amigo*, residente nesta cidade e natural de São Paulo.

A referência feita por Maria da Glória à Maria Camargo parece conter nas entrelinhas a sinalização da existência de uma casa de tolerância para qual a Justiça deveria atentar, já que se dedicava com tanto afinco em provar a culpabilidade de Angelina. O que podemos pensar é que o processo aberto pelas autoridades sobre a propriedade de Angelina ser para *dar o exemplo* às outras casas de tolerância, ou seja, que Angelina fora tomada como uma espécie *boi de piranha*.

As testemunhas que residem no espaço de Angelina terem variado na afirmação, dizendo-se serem meretrizes e depois não mais, jogando a ocupação para um passado, mesmo que muito recente, Paulo Moreira (2003) pode nos ajudar a entender isso:

O pequeno número de “*prostitutas, mulheres dama e meretrizes*” constantes nos dados retirados dos processos tem várias explicações. Primeiro, muitas destas profissionais deviam assumir a categoria *serviço doméstico*, negando suas atividades como *mulheres de má nota*. Além disso, as próprias autoridades, num período em que a “*moralização pelo trabalho*” já tinha sido pregada para sanar a causa da maioria dos crimes (já que o ócio era considerado a “*mãe de todos os vícios*”), negavam-se a dar o status de profissão a tais práticas preferindo qualificações genéricas como “*serviços domésticos*”, “*sem trabalho*”, etc. Entretanto, mesmo quando usado, o rótulo de *prostituta* deve ser questionado: na maioria dos casos, os homens envolvidos com essas mulheres não eram meros clientes, mas mantinham relações não mediadas apenas por laços monetários, estruturados também afetivamente. Não devemos projetar sobre o passado conceitos atuais, englobando “*um largo espectro de processos culturais*”, dando o mesmo significado social a práticas complementares distintas. Não se trata de negar a atuação como meretrizes, mas contextualizar o trabalho feminino numa época de considerável mobilidade profissional.³⁰⁹

Para defender Angelina outras três testemunhas são inqueridas na fase pública do processo são, no caso, três vizinhos homens. João Alberto Moreira³¹⁰, proprietário do prédio em que a pensão de Angelina funciona, informa nunca ter chegado ao seu conhecimento qualquer imoralidade ou desordem na pensão da ré, e que se soubesse teria sido o primeiro a tomar providências. Os outros dois, Constantino Gomes³¹¹ e Cyrillo Von Coeneghen³¹² também dizem saber da existência da pensão, porém igualmente desconhecem a prática de desordens e imoralidades no local.

Angelina paga 400 mil réis para responder ao processo em liberdade, é inocentada pelo tribunal do Juri, esse julgamento, porém, é anulado dado ao recurso apresentado pelo promotor devido as “deficiências das perguntas”. A ré é então julgada novamente e absolvida.

³⁰⁹ MOREIRA, 2003. p. 223-227.

³¹⁰ 73 anos, casado, capitalista, residente nesta cidade e natural da Argentina.

³¹¹ 62 anos, casado, capitalista, residente nesta cidade e natural da Espanha.

³¹² 52 anos, casado, comerciante, residente nesta cidade e natural da Bélgica.

É anexado ao processo o comprovante de pagamento de imposto referente à pensão de Angelina.

Nos casos de Castorina e de Angelina foi possível visualizarmos a postura de dois promotores de Santa Maria, preocupados não somente com a prática da prostituição na cidade, mas também com os espaços onde elas se realizavam. O pensamento dos primeiros juristas republicanos convergia na interpretação de que criminalização do lenocínio era objetivado, segundo Cristiana Schettini Pereira (2002), não com vistas à proteção de pessoas exploradas sexualmente, mas sim da contenção de sua prática no sentido evitar que mais mulheres fossem por elas maculadas, onde “o ataque à integridade física e à liberdade pessoas de prostitutas simplesmente não afetava os interesses coletivos nem a sociedade”³¹³

Ainda citando Pereira, a prostituição

[...] envolvia muito mais do que trocas de relações sexuais por dinheiro. Ela não apenas viabilizava certas estratégias de sobrevivência para uma variedade de mulheres, brasileiras e estrangeiras, como articulava múltiplas redes de sociabilidade, crivadas por hierarquias sociais e de gênero. Permitia, enfim, que muitos homens e mulheres insistissem em certas maneiras de ocupar e significar a cidade.³¹⁴

Ao mesmo tempo que visualizamos a incidência dessa repressão e fiscalização, também observamos que certos graus de tolerância também são empregados, no sentido de ser o trabalho sexual um *mal necessário*.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse capítulo buscamos, através dos processos, investigar os cotidianos das mulheres pobres componentes do cenário santa-mariense dos anos iniciais do século XX. Dessa maneira conseguimos visualizar a multiplicidade de arranjos afetivos e de estratégias, fossem tomadas pelo casal ou individualmente, assim como as condições nas quais as vidas destes homens e mulheres eram vividas nos seus cotidianos influíam decisivamente para o prosseguimento ou não dos arranjos afetivos.

As condições de moradias geravam não somente solidariedades e proteções, mas também expunham vizinhos às violências nos lares uns dos outros, cujas motivações de intervirem ou não nesses cenários acabavam por evitar ou não desfechos trágicos. Podendo

³¹³ PEREIRA, 2002. p. 184.

³¹⁴ Ibid. p. 8.

também observar um pouco mais de perto o trabalho doméstico exercido por mulheres nas casas onde residiam e trabalhavam, transparecendo não só as especificidades que adquiriam de lar a lar, como também a permanência de elementos característicos do trabalho compulsório. Ainda sobre os *serviços domésticos*, mais de um processo reforçou a multiplicidade de afazeres que poderiam estar inclusos nessa declaração de ocupação, uma vez que parece ser um grande conceito guarda-chuva.

A agência feminina, seja através da busca pela justiça, do abandono da relação, ou até mesmo pelo emprego da violência denotaram como as frentes de atuação tomada pelas mulheres construía estratégias de efetivação não somente da garantia de suas integridades físicas e de suas autonomias, mas também de seus projetos de futuro.

Análises considerando sempre a cor e o gênero expressados na materialidade dos homens e mulheres que protagonizaram os processos aqui utilizados, mostrou como a justiça e as opressões incidiram diferentemente entre *brancos* e *não brancos* quando a *cor* foi explicitada na documentação.

Conseguimos abordar um pouco da prática da prostituição na cidade, possibilitando enxergar de maneira mais atenta não só as mulheres que habitavam em *casas de tolerância*, mas a maneira pela qual as autoridades lidavam com esses *espaços de meretrício*, buscando coibir suas atuações.

Foi possível observar como o espaço da Justiça e seu caráter pedagógico na escolha da judicialização de conflitos, intuindo reforçar ou inibir comportamentos, assim como conseguimos evidenciar elo e a solidariedade entre o judiciário, júri e os réus no sentido de absolvição daqueles que empenharam tentativas, bem sucedidas ou não, de assassinato de mulheres, ou que as feriram gravemente, mas que também este elo não era irrestrito, uma vez que sobre ele incidiram recortes de cor, desfavorecendo assim réus *não brancos*.

Desta maneira, acervo dos processos-crimes de Santa Maria abriga uma infinidade de possibilidades de pesquisa, e inclusive os próprios processos aqui estudados comportam outras análises, no entanto, esse capítulo buscou cobrir apenas algumas, no intuito de iluminar um pouco o cotidiano das mulheres no pós-abolição da Santa Maria da Boca do Monte.

4. CONCLUSÃO

Às onze horas da noite de 14 de fevereiro de 1917³¹⁵, na Avenida Rio Branco em direção à rua Carrapicho onde morava, Antonia Maxima de Oliveira foi recolhida correccionalmente à cadeia civil por dois soldados da Brigada. Quatro dias depois compareceu no cartório para “representar contra o carcereiro da cadeia civil sr. Manoel de Magalhães³¹⁶”. O embasamento da denúncia é mais bem explicado pelo que consta no processo, onde

a patrulha alegou que tinha que ir dormir na cadeia porque estava um pouco alcoolizada e já era tarde da noite; que a patrulha conduziu a depoente com humanidade, e que ao entregá-la ao carcereiro esse disse “bota aí que amanhã ela me paga”; que às quatro horas, o carcereiro mandou tirar a depoente para o pátio, e daí pelo cabo da guarda mandou cortar os cabelos da depoente; que o cabo estava cortando com cuidado e o carcereiro Manoel Magalhães, interveio e disse “assim não, agarra aos manojos e **corta como quem tosa égua**” que cortados os cabelos irregularmente conforme a queixosa mostrou, o carcereiro ordenou que ficasse nua para tomar banho; que a queixosa chorando pediu que não lhe fizesse passar essa vergonha e que além disso a queixosa estava menstruada; que os presos dum xadrez que dá para o pátio, ficaram com pena e principiaram pedir, e afinal o carcereiro desistiu do banho e recolheu-a de novo ao xadrez, e que ao transpor a porta foi violentamente espancada pelo carcereiro, indo bater com a fronte no portal, tendo a parte da ofendida ficado inchada por alguns dias; que no dia seguinte o carcereiro andou mostrando a cadeia a algumas moças e ainda mandou a depoente tirar o lenço da cabeça para verem como estava tosada [...].

No relatório, onde o delegado define Antonia como *mulata*, temos a versão de Manoel de Magalhães e a das testemunhas interrogadas. Manoel afirma que em conformidade com as previsões do regulamento da cadeia teria procedido uma limpeza no recinto do xadrez, aí encontrando *a correccional* Antonia em completo estado de desasseio na cabeça.

Todas as testemunhas arroladas, três praças da Brigada Militar e cinco homens que se encontravam detidos na cadeia naquela noite, declaram não ter havido nudez alguma e que os cabelos de Antonia foram cortados por questões de asseio. Somente um dos *presos processados* relata ter pedido que respeitassem a mulher quando ordenaram que ela fosse banhada.

Em sua defesa, Manuel Magalhães constrói a imagem de Antonia como alguém que constantemente é levada ao xadrez por estar embriagada e perambulando pelas ruas, a ameaçando em ocasião anterior de que *se não tomasse caminho melhor e tratasse de asseiar-se* seria a ela aplicado um corretivo. Diz ainda que os cabelos de Antonia portavam uma

³¹⁵ Processo-crime n. 158. 1917. Santa Maria. AHMSM.

³¹⁶ não consta nenhuma informação além de ser ele carcereiro.

infinidade de animáculos e que ela fazia parte “dessas mulheres para quem o pudor e o decoro não são nem palavras conhecidas dos seus sentimentos deturpados”.

No decorrer dessa dissertação tentamos somar, capítulo a capítulo, elementos que tornassem possível responder perguntas sobre quem eram as mulheres pobres de Santa Maria e como construíram seus cotidianos, afetos, trabalhos e moradias em um contexto de profundas mudanças, em que a cidade não só crescia, como também buscava lidar com os problemas que considerava incompatíveis com a modernidade e urbanização.

Percebemos como mesmo compartilhando da pobreza, mulheres *brancas* e *não brancas* tiveram diferentes acessos à saúde, que os arranjos afetivos-sexuais foram também delineados conforme *gênero* e *cor*. Que a lente da *cor* nos proporcionou perceber que apesar do universo das ocupações desenvolvidas por essas mulheres na cidade se concentrar em peso nos *serviços domésticos*, mulheres *brancas* espalharam-se em profissões especializadas, nos levando a considerar que trabalhar para terceiros dentro ou fora de casa era uma opção para apenas um grupo racial.

Vimos que mulheres num geral recorreram ao HCSM não para tratar de enfermidades femininas, ou seja, que estavam ocupando outros espaços e sendo cuidadas por outras pessoas, possivelmente mulheres próximas de sua realidade.

Quanto à justiça acessamos estratégias, conflitos e solidariedades empenhadas por mulheres que buscavam mover-se em direção aos seus projetos de futuro de maneiras distintas e que muitas vezes lhes custaram a própria vida. Que a Justiça, mesmo sendo universal, agia no sentido de reforçar o direito masculino de reparar a sua honra, fosse através da violência dentro de casa, fosse do assassinato de suas companheiras. Foi demonstrado, porém, que essa instituição tinha seus próprios critérios de estabelecimento daqueles que mereciam ou não o encarceramento e a absolvição e que a *cor* dos réus influía decisivamente nos desfechos dos processos.

O caso de Antonia Máxima de Oliveira foi escolhido para fechar essa dissertação por ter sido fruto da representação feita no cartório por ela, levando a público as condições às quais fora exposta, o constrangimento de ter seus cabelos cortados, de ter sido agredida e ordenada que ficasse nua, precisando expor que estava menstruada para que não a despissem. Dele salta aos olhos, sobretudo, o protagonismo de Antonia pela reparação da dignidade que lhe foi negada ante à uma instituição hegemonicamente masculina.

Não surpreende que recaia sobre Antonia a descredibilização através das testemunhas, uma vez que eram homens detidos na cadeia civil, dificilmente dariam depoimentos que pudessem justificar a denúncia contra o carcereiro encarregado do espaço onde eles se encontravam, pois segundo o réu “não há preso que reclame da forma como ele procedia”.

Pela denúncia de Antonia é possível acessar uma realidade desconhecida quando se trabalha apenas com processos-crime, ou seja, a das prisões correccionais que levaram mulheres, como as *desabusadas e levadas do diabo* que dão o título a trabalho, a passar um tempo na cadeia, cujos delitos nem sempre acabaram resultando em processos-crime. Tema sobre qual cabem mais investigações e pesquisas.

Conforme o processo de Antonia Máxima de Oliveira foi lido, o projeto de mobilização da municipalidade e da Justiça — como demonstrado no primeiro capítulo —, aliadas em construir impedimentos à circularidade, residência e existência de determinados grupos sociais na cidade, e em especial da população pobre, ficou ainda mais estabelecido. Captamos, também, evidências da racialização do encarceramento e dos procedimentos extremamente abusivos empreendidos nas cadeias com o aval da Justiça.

O fechamento de um trabalho exige que conclusões sejam construídas ainda que, neste caso, reste a autora que escreve mais dúvidas e perspectivas a serem exploradas do que portas fechadas e análises esgotadas. O estudo da pobreza em Santa Maria, assim como seus delineamentos quanto a *cor, classe e gênero* ainda carecem de investigações, e para exemplificar, pesquisas acerca da relação entre as masculinidades e a pobreza, as condições de saúde, trabalho e afeto de homens pobres no pós-abolição é uma janela que se abre a espera de algum pesquisador ou pesquisadora.

A escrita dessa dissertação não foi um trabalho fácil. Concentrar esforço e tempo integral à elaboração de um trabalho científico sério e transparente em um contexto de profunda precarização da ciência brasileira foi um desafio. Não bastasse isso a trajetória acadêmica e a escrita, que tem seus momentos de solidão muitas vezes necessários, exigiu um afastamento maior com a chegada da pandemia, dificultando que redes de afeto se estreitassem e que acolhimentos fossem realizados, afetando profundamente a saúde mental de quem persistiu como pesquisador ou pesquisadora nesse último ano.

Espero que este trabalho tenha sido uma companhia agradável a quem tenha resolvido lê-lo, seja por descuido ou de maneira deliberada, e que a indignação nos movimente a futuro digno e justo, por quem segue conosco, por quem não está mais aqui, e pelos que ainda virão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMALEH, Priscila. **Pobres mulheres ou mulheres pobres?** Uma análise da condição de vida feminina no século XIX (1889-1895) a partir da Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

ALMALEH, Priscilla. **Ser Mulher: Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (1889-1900)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Coleção Feminismos Plurais – Coordenação de Djamilia Ribeiro – Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ANDREWS, George Reid. Desigualdade: raça, classe e gênero. In: ANDREWS, George R. LA FUENTE (Orgs.). Alejandro de. **Estudios afro-latino-americanos: uma introdução**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 75-118

AREND, Silvia Maria Fávero. **Casar ou amasiar?** a família popular em fins do século XIX. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. “**José casou com Maroca e Antônio casou-se com Fina:** relações de gênero e violência afetivo-sexual no sul do Brasil (RS, 1889-1930). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR_RS, 2015.

BECKER NETO, Octávio. **Requerimentos e concessões fundiárias:** experiências sociais de apropriação do solo urbano (Santa Maria, Rio Grande do Sul, século XIX). Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria 1797-1933**. Santa Maria: Edições UFSM, 1989.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho:** 1787-1930. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.

BRUNHAUSER, Felipe Farret. **Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917-1921)**. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia:** A Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei:** 1889-1930. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 140.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.) **Pensamento Feminista Brasileiro:** formação e contexto. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-292.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. “**Entre a solidariedade e a animosidade**”: Os Conflitos e as Relações Interétnicas Populares. Santa Maria – 1885-1915. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918 – 1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma História das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: O cotidiano dos Trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª ed. 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril** - cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Cia. Das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**. São Paulo, n. 19, p. 33-62, 2010.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980, **Cadernos AEL**, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10, p.171 – 188, 2002.

COWLING, Camillia, **Concebendo a Liberdade**: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades Havana e Rio de Janeiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018

DAUDT Filho, João. **Memórias**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DORNELES, Izadora da S. **Os loucos e a rua**: espaço da loucura em Santa Maria/RS 1900-1910. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o contexto do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FARINATTI, Luís Augusto. **Sobre as Cinzas da Mata Virgem**: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880). Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

FARINATTI, Luís Augusto. Construção de Séries e Micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90** (UFRGS), v. 15, pp. 57-72, 2008.

FARINATTI, Luís Augusto E. Lavradores, escravos e criadores de gado: o universo agrário de Santa Maria (meados do século XIX). In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira. **Nova História de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2010.

FERRARI, Mercedes García; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do Rio da Prata ao Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 23, p. 171–194, 2016.

FLORES, Ana Paula Marquesini. **Descanse em paz: testamentos e cemitério extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900**. Dissertação (Mestrado), PUCRS/FFCH, Porto Alegre, 2006.

FLORES, Giane C. **Sob a farda da polícia: controle social, trabalho, cor e prestígio** (Porto Alegre, fins do século XIX). Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

FONSECA, Claudia. Ser mãe, mulher e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 510-553.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.) **Pensamento Feminista Brasileiro: perspectivas decoloniais**. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp.39-51.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Cia das Letras 1992.

GRIGIO, Ênio. **“No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse”**: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). Santa Maria – Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2018.

GRUNEWALDT, Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do século XIX e início do século XX. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira. *Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2010.

GUTERRES, Leticia B. S. **Escravidão, Família e Compadrio ao Sul do Império do Brasil: Santa Maria (1884-1882)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2013.

HAACK, Marina. “A suplicante apesar de ser uma mísera preta forra tem contudo coração de mãe”: a experiência da maternidade entre escravizadas e libertas em Cachoeira do Sul, século XIX. n: **9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2019, Florianópolis. Anais do 9º Encontro, 2019.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1998.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

ISAIA, Antônio. **Os 80 anos do Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo 1903-1983**. Edição Comemorativa do 80º aniversário de inauguração do HOSPITAL de CARIDADE de SANTA MARIA.

LAGUARDIA, Josué. O uso da variável “raça” na pesquisa em saúde. **Physis**, 2004, Jul; 14(2): 197-234.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.) **Ensaio de Micro-História, Trajetórias e Imigração**. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX, **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 6, n. 11, p. 289–326, 2005. p. 304

LUGONES, María. Colonialidade de Gênero. In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. pp. 52-83

KULZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento à Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. **Santa Maria: Relatos e impressões de viagem**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004, p. 265.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). **Cadernos Pagu** (4) 1995: pp. 97-115

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: o significado da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX**. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2013.

MONSMA, Karl. Vantagens dos Imigrante e desvantagens dos negros: emprego, propriedade estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 509-540.

MOREIRA, Paulo. **Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre**. Porto Alegre: Armazém Literário, 2009.

MOREIRA, Paulo R. e PINTO, Natalia G.: “Sem lar, viviam abrigados sob o teto da casa de seus senhores”: Experiências de vida e morte dos filhos do Ventre Livre (Porto Alegre e Pelotas, RS – 1891/1888). In: CARDOZO, José Carlos S. et al (Orgs.). **História das Crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 20016. p. 164-193.

MOTTA, Alda Britto da. Mulheres Velhas: elas começam a aparecer.... In: PINSKY, Carla B. e PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. – São Paulo: Contexto, 2018.

NASCIMENTO, Álvaro. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, nº 59, p. 607-626, setembro-dezembro, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. In: HOLLANDA, Heloísa B. (Org.) **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 270.

OLIVEIRA, Daniel. **Morte e Vida Feminina: Mulheres Pobres, Condições de Saúde e Medicina da Mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1900)**. POA, UFRGS, 2012 (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Daniel. “**Os facultativos são obrigados a declarar [...] cor, [...] moléstia**”: mortalidade, atuação médica e pensamento racial em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2018.

OLIVEIRA, Franciele Rocha. **Moreno Rei dos astros a brilhar, Querida União Familiar: trajetórias e memórias do clube negro fundado m Santa Maria, no pós-Abolição**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2016.

OLIVEIRA, Franciele Rocha. **Dos laços entre José e Innocência: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

PADOIN, Maria Medianeira. Viação férrea e o desenvolvimento do comércio e da indústria de Santa Maria. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira. **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2010.

PAROLO, María Paula. Ocupaciones y oficios. Los sectores populares en la ciudad de Tucuman, 1880-1870, **5º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo**, 2001.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880- 1920*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994.

PEREIRA, Cristiana Schettini. “**Que tenhas teu corpo**”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PINTO, Maria Inez Borges. **Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914**. São Paulo: Edusp, 1994.

POTTER, Deise de Siqueira. “**Um crime inominável**”: mulheres infanticidas, trabalho e etnia no sul do Brasil (1909-1928). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, 2019.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. **Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História., Porto Alegre, 2013.

RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

REVISTA COMEMORATIVA DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SANTA MARIA. Porto Alegre: Globo, 1914.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997. ROSA, Marcus Freitas da. *Além da Invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre no pós-abolição*. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

ROSA, Marcus Freitas da. **Além da Invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre no pós-abolição**. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

ROSSI, Daiane Silveira. **Ações de Saúde Pública em Santa Maria/RS na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

ROSSI, Daiane Silveira. **Assistência à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)**. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2019.

ROSSI, Daiane Silveira. Assistência pública no Rio Grande do Sul da Primeira República. **Outros Tempos**, vol.17. n. 30, 2020, pp. 289-309.

SANGLARD, Gisele. Pobreza e assistência na escrita da história. In: KORNDÖRFER, Ana Paula; BRUM, Cristiano Henrique de; ROSSI, Daiane Silveira; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; e QUEVEDO, Éverton dos Reis (Orgs.) **História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

SANTOS, Gabriela R. dos. **Na saúde e na doença: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903 - 1913)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017..

SANTOS, Gabriela . R. dos; BRUNHAUSER, Felipe F. Sobre pretos, pardos, mistos e morenos: notas de pesquisa acerca do perfil social de trabalhadores no Pós-Abolição a partir de registros hospitalares em Santa Maria nas primeiras décadas do séc. XX. In: **9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2019, Florianópolis. Anais do 9º Encontro, 2019. p. 1-16.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCOTT, Rebecca J. Exploring the Meaning of Freedom: Postemancipation Societies in Comparative Perspective, **The Hispanic American Historical Review**, v. 68, n. 3, p. 407–428, 1988.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, cidadania e racialização na fronteira Brasil-Uruguai no pós-Abolição (1870-1960)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

SOHEIT, Rachel. **Condição feminina e formas de violência:** mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TELLES, Lorena Férres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas:** maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX). Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TEXTOR, Bárbara Golçalves. **Trilhos de honra e violência em Santa Maria da Bocca do Monte:** defloramentos, estupros e raptos (1910-1939). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, 2019.

THOMPSON, Edward P. **A formação da Classe Operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. **Crime de Fronteira:** a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1899). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança:** redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Histórias das Sociedades Ibéricas e Americanas – Porto Alegre, 2013.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branda de liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre, **Fênix — Revista de História e Estudos Culturais**, v. 6, p. 16, 2009

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar:** Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928. Santa Maria: Ed. UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade Sagrado Coração, 1999.

WEIMER, Rodrigo. **A gente da Felisberta.** Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço:** as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

WITTER, Nikelen Acosta. **Males e epidemias:** sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

WITTER, Nikelen. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX. In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira. **Nova História de Santa Maria:** contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2010.

6. FONTES

Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

Coletânea da Legislação Municipal de Santa Maria. Volume I, 1892-1901. Of. Graf. do Globo: Porto Alegre.

Coletânea da Legislação Municipal de Santa Maria, Volume II (1892-1910). Of. Gráfica do Globo: Porto Alegre.

Coletânea da Legislação Municipal de Santa Maria, Volume III, 1910-1913. Of. Graf. do Globo: Porto Alegre.

Jornal O Estado 20 de abril de 1904, Ano VII, edição número 32.

Jornal O Estado, 11 de fevereiro de 1903, Ano VI, edição número 37.

Jornal O Estado 18 fevereiro de 1903, Ano VI, edição número 37.

Jornal O Estado, 14 de julho de 1904, Ano VII, edição número 56.

Jornal O Estado, 10 de setembro de 1904, Ano VII, edição número 73.

Processo-crime n. 01 de 1910. Josephina Cortulo e Victória Cortulo.

Processo-crime n. 03 de 1909. João Annaurelins dos Santos.

Processo-crime n. 42 de 1912. José Ferreira da Silva, Francisca Martins.

Processo-crime n. 47 de 1912. Castorina Rodrigues e Júlio Campão.

Processo-crime n. 51 de 1912. Manoel Trindade e Doralice Moreira.

Processo-crime n. 77 de 1914. Pedro Joaquim da Fonseca.

Processo-crime n. 103 de 1915. Luis Soares.

Processo-crime n. 108 de 1915. Henrique During e Luiza During.

Processo-crime n. 133 de 1916. Angelina Ilha.

Processo-crime n. 158 de 1917. Manoel Magalhães.

Arquivo do Hospital de Caridade de Santa Maria

Livro de Registro de Entrada de Pacientes do Hospital de Caridade de Santa Maria. nº 1 e 2.

Casa Memorial Edmundo Cardoso

Hospital de Caridade de Santa Maria. Comemoração do 25º aniversário da inauguração do Hospital. Publicação do Jornal Diário do Interior, de 25 a 26 de setembro e 3 de outubro de 1928.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Jornal O Combatente, 09 de julho de 1895, Ano IX. 1909.